

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DOUTORADO

ANA PAULA MONTEIRO DOS REIS EMMENDORFER

O SIGNIFICADO SOB UMA PERSPECTIVA NATURALISTA:  
REPRESENTAÇÕES HUMANAS E SÍMBOLOS LINGUÍSTICOS

SÃO LEOPOLDO

2019

ANA PAULA MONTEIRO DOS REIS EMMENDORFER

O SIGNIFICADO SOB UMA PERSPECTIVA NATURALISTA:  
REPRESENTAÇÕES HUMANAS E SÍMBOLOS LINGUÍSTICOS

Doutorado - como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sofia Inês Albornoz Stein

São Leopoldo

2019

E54s Emmendorfer, Ana Paula Monteiro dos Reis.  
O significado sob uma perspectiva naturalista : representações humanas e símbolos linguísticos / Ana Paula Monteiro dos Reis Emmendorfer – 2019.  
132 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2019.  
“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sofia Inês Albornoz Stein.”

1. Significação (Filosofia). 2. Representação (Filosofia). 3. Intencionalidade (Filosofia). 4. Função normal própria. 5. Substâncias. I. Título.

CDU 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

ANA PAULA MONTEIRO DOS REIS EMMENDORFER

O SIGNIFICADO SOB UMA PERSPECTIVA NATURALISTA:  
REPRESENTAÇÕES HUMANAS E SÍMBOLOS LINGUÍSTICOS

Tese como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Sofia Inês Albornoz Stein

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_ Sofia Inês Albornoz Stein (Orientadora)

\_\_\_\_\_ Itamar Soares Veiga (UCS)

\_\_\_\_\_ Juliano do Carmo (UFPEL)

\_\_\_\_\_ Adriano Naves de Brito (UNISINOS)

\_\_\_\_\_ Inácio Helfer (UNISINOS)

SÃO LEOPOLDO

2019

***Ao meu companheiro Felipe,***

*pelos conselhos, paciência e amor,*

***À minha amiga Deise,***

*por ter sido minha companheira em todos os momentos desde o início desta minha trajetória e pelo apoio incondicional e*

***Aos meus avós Dejair e Percília (in memoriam),***

*pelos exemplos de vida.*

*“As pessoas querem dizer (atribuir significado) a várias coisas. Órgãos do corpo são destinados a fazer várias coisas. Ferramentas e/ou outros artefatos são feitos para várias coisas”.*

*Ruth Millikan*

## AGRADECIMENTOS

Como reconhecimento ao apoio à realização deste trabalho, agradeço: a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sofia Stein, por sua paciência e dedicada orientação; à Capes pelo financiamento do meu doutorado; aos Professores Adriano Naves de Brito e Inácio Helfer pelos conselhos e participação na banca da qualificação; ao meu companheiro Felipe, por ele existir e fazer parte da minha vida; aos meus avós Percília e Dejair (*in memoriam*); à minha mãe Iara Monteiro; aos (as) amigos (as), especialmente, Deise de Oliveira Ribeiro, Vanessa Veiga, Márcia Pereira, Richeli Herreira, Dener Solano Araujo, Maurício Vollino, Samuel Telles, Rafael Emmendorfer e Jonas Roos, pela amizade e conselhos nos momentos mais difíceis; ao amigo Ives Araujo, pelas dicas intelectuais; ao pais e mães que adotei Gil Bordão, Décio Araujo, Iva Ramos Emmendorfer (*in memoriam*) e Acienir Solano Araujo; e às famílias Ramos Emmendorfer e Solano Araujo, pela acolhida e carinho.

## RESUMO

O tema central desta tese é o significado sob uma perspectiva naturalista. Para tanto, levantaremos os pilares principais da teoria biosemântica de Millikan, a saber: as ideias de teleologia, intencionalidade e função normal de projeção como representação, já que a filósofa, no âmbito da filosofia da mente, une teleologia e semântica. O cerne da sua teoria dos signos é a intencionalidade naturalizada (LTOBC, WQPA, VM). O seu eixo principal é a função própria, uma versão teórica da noção prática de propósito, ideia advinda da biologia. A teoria biosemântica de Millikan se concentra no escopo da teleosemântica que busca explicar como as representações são usadas na comunicação. Ademais, ela toma o conceito de substância para estipular como podemos rastrear conteúdos ligados a signos semânticos, na medida em que, em sua concepção, a constituição do significado naturalista não é uma mera aplicação de regras, porém depende de uma relação externalista com objetos. A abordagem de Millikan é viável porque, mediante uma concepção biologicista, é pautada em dados empíricos. Ela explica como categorias biológicas, psicológicas e linguísticas são significativas e, por vezes, podem resultar em erros e/ou falharem. Faremos, ao longo da tese, uma exposição das origens dos conceitos de função biológica, intencionalidade mental e signo, vinculando a perspectiva de Millikan com a de autores como Dretske, Brentano e Peirce.

**Palavras-chave:** significado, representação, intencionalidade, função normal própria, substâncias.



## ABSTRACT

The central theme of the present dissertation is an analysis of meaning under a naturalist perspective. To do so, the main pillars of Millikan's biosemantics theory were investigated, which regard the ideas of teleology, intentionality and normal projection function such as representation, given that the philosopher, within the scope of philosophy of mind, combines teleology and semantics. The core of her theory of signs is the naturalized intentionality (LTOBC, WQPA, VM). The main axis is its proper function, a theoretical version of the practical notion of purpose, an idea that originated from biology. Millikan's biosemantics theory concentrates on the scope of teleosemantics, which seeks to explain how representations are used in communication. Moreover, she takes the concept of substance to stipulate how one can track contents related to semantic signs in that, in her conception, the constitution of the naturalist meaning is not a mere application of rules, although it depends on an externalist relationship with objects. Millikan's approach is viable because, in face of a biological concept, it is based on an empirical data. She explains how biological, psychological and linguistical categories are significant and, at times, may result in errors and/or fail. Throughout this dissertation, we will expose the origins of the concepts of biological function, mental intentionality and signs, connecting Millikan's perspective to that of authors such as Dretske, Brentano and Peirce.

**Keywords:** meaning, representation, intentionality, proper function, substance.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **LIVROS DE RUTH MILLIKAN**

1984 – Language, Thought, and other Biological Categories - LTOBC

1993 – White Queen Psychology and other Essays for Alice - WQPA

2000 – On Clear and Confused Ideas - OCCI

2004 – Varieties of Meaning - VM

2010 – Language: A Biological Model - LBM

### **ARTIGOS DE RUTH MILLIKAN**

1989 –In Defense of Proper Functions - DPF

1997 –Content Perceptual and Myth - CPM

1998 – A common structure for concepts structure for concepts of individuals, stuffs, and real Kinds: More mama, more milk, and more mouse - ASCSCI

2006 – Useless Content – UC

2015 a - Em defesa da linguagem pública (In Defense of Public Language) - DPL

2015 b - Naturalizing Intentionality - NI

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO I</b> .....	<b>21</b>
<b>O SIGNIFICADO: DE UMA ABORDAGEM FUNCIONAL À TELEOSEMÂNTICA</b> .....	<b>21</b>
<b>2.1 Apresentação</b> .....	<b>21</b>
<b>2.2. O significado linguístico e a representação</b> .....	<b>22</b>
<b>2.3. Uma abordagem sobre teorias teleológicas</b> .....	<b>26</b>
2.3.1 Uma análise sobre funções.....	34
2.3.2. Sobre os termos utilidade, acidente e função .....	38
<b>2.4. O funcionalismo computacional: uma abordagem mecanicista</b> .....	<b>41</b>
<b>2.5. Alguns aspectos da teleosemântica</b> .....	<b>45</b>
<b>2.6 Reflexões finais</b> .....	<b>51</b>
<b>3. CAPÍTULO II</b> .....	<b>53</b>
<b>O CARÁTER DUPLO DA INTENCIONALIDADE</b> .....	<b>53</b>
<b>3.1 Apresentação</b> .....	<b>53</b>
<b>3.2. Os fenômenos físicos e a percepção externa</b> .....	<b>53</b>
<b>3.3. A intencionalidade: conceito e abrangência</b> .....	<b>57</b>
<b>3.4. O mapa conceitual da intencionalidade naturalizada de Ruth Millikan</b> .....	<b>64</b>
3.4.1. O motor propulsor da intencionalidade: os propósitos.....	64
3.4.2. Função própria: a base da intencionalidade de Millikan .....	71
3.4.3. Mecanismos normais: o apoio das funções próprias .....	78
3.4.4. A Intencionalidade naturalizada de Ruth Millikan.....	81
<b>3.5. Reflexões finais</b> .....	<b>85</b>
<b>4. CAPÍTULO III</b> .....	<b>87</b>
<b>O CONCEITO DE SUBSTÂNCIA NO ESCOPO DOS SIGNOS</b> .....	<b>87</b>
<b>4.1. Apresentação</b> .....	<b>87</b>
<b>4.2. O conteúdo das representações em Dretske e Millikan</b> .....	<b>87</b>
4.2.1. A teoria informacional de Dretske .....	87
4.2.2. A teleosemântica informacional de Dretske.....	91
4.2.3. Millikan e os conteúdos das representações.....	93
<b>4.3. Peirce e Millikan: um diálogo sobre signos</b> .....	<b>103</b>
4.3.1. Os signos sob a perspectiva de Peirce.....	104

4.3.2. Millikan e a sua forma particular de lidar com os ícones e a sua subcategoria, as representações .....	110
<b>4.4. Millikan e o conceito de substância.....</b>	<b>114</b>
<b>4.5. Reflexões finais .....</b>	<b>119</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>125</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Amiúde, o significado de símbolos é vinculado referencialmente a objetos e/ou estados de mundo<sup>1</sup> que exprimem algo relevante. A relevância é delimitada pela compreensão e, por conseguinte, a interpretação dos sujeitos, os vetores responsáveis por atribuir significância aos símbolos. No cotidiano, diz-se que o significado das coisas costuma ter relação com benefícios, coisas úteis e/ou que nos fazem bem, enfim com uma esfera positiva. No âmbito filosófico, o significado guarda relação com a verdade, com aqueles elementos da linguagem ou da representação simbólica que estão envolvidos na possibilidade de determinação da verdade: os principais seriam o sentido e a referência. Na filosofia analítica da linguagem, usamos termos, muitas vezes equivalentes, para falar desses aspectos da representação e da linguagem que são necessários à determinação da verdade, tais como: sentido, referência, intensão, extensão, função, intencionalidade, função própria<sup>2</sup> etc. Constata-se, pois, que o significado não possui apenas um aspecto, já que pode ser abordado por mais de um viés.

Para iniciarmos, partimos de algumas perguntas: o que quer dizer um nome, como João, ou uma sentença exclamativa, ou um pensamento, ou um utensílio doméstico, ou um órgão, ou uma obra de arte? O nome está no lugar de alguém que se chama “João”; a sentença exclamativa traduz surpresa, admiração ou susto; um pensamento trata sobre objetos e/ou estados de coisas do mundo, existentes ou inexistentes; um utensílio doméstico foi feito para desempenhar uma função, apesar de poder ser útil para muitas outras coisas; órgãos possuem funções: como a tireoide, que produz hormônios, o fígado, que metaboliza e armazena nutrientes, o estômago, que digere os alimentos, e assim por diante; e uma obra de arte expressa algo, um estado de espírito.

O conceito de significado, portanto, pode ser aplicado a diferentes objetos e/ou contextos, verificamos distintas nuances em suas aplicações, sendo uma tarefa árdua defini-lo exclusivamente para as formas de representação que estamos vinculadas aos nossos sistemas linguísticos ou de comunicação. Certo é que a noção de significado linguístico ou comunicacional está vinculada à noção de representação, de “estar por algo”. Porém esta é uma imagem muito ampla de significado. Nesta tese queremos aprofundar o estudo da noção

---

<sup>1</sup>Millikan (2006) usa o termo estados de mundo, Wittgenstein (1921), estado de coisas e Carnap (1947), estado descrição.

<sup>2</sup>Para Carmo, com a ideia de função própria pode ser possível oferecer uma solução sobre o significado que “não envolve necessariamente a tese de que o significado seja intrinsecamente normativo”. (CARMO, 2012, p.381).

de significado enquanto representação de forma a estreitar aquilo que esta noção quer dizer. Uma representação é uma ideia, um pensamento, uma imagem, é o ato de representar, não é o objeto representado. No entanto, o aspecto formal de uma representação assinala uma espécie de configuração e, em decorrência, não delimita exatamente um conteúdo e sim uma disposição em que notamos similaridades entre a representação e aquilo representado, componentes que possuem uma configuração determinada e aludem, por meio de um conteúdo simbólico, a algo outro, externo à representação.

Pode-se vincular o estudo das representações comunicativas à teleologia<sup>3</sup> das ações humanas, todas elas dirigidas a um fim. Também é possível diferenciar entre a finalidade intrínseca e a derivada. No mundo natural, animais<sup>4</sup>, especialmente os mamíferos, comportam-se conforme os seus papéis, natos ou adquiridos, em suas comunidades. Atuam de acordo com as suas disposições genéticas ao adquiridas: protegem-se, rastreiam presas, perseguem alimentos, buscam abrigo, alertam os seus semelhantes quanto ao perigo, e isso é inerente às suas naturezas. Analogamente, no meio físico, artefatos e itens normalmente são projetados para uma finalidade determinada, apesar de, por vezes, terem outras serventias.

A indagação da função, em determinados casos, é confundida com a utilidade<sup>5</sup>, pois algumas coisas são úteis e, com isso, podem cumprir múltiplas tarefas sem *a priori* conseguirmos identificar a sua função específica (WRIGHT, 1973). A utilidade também deve ser discernida daquilo que é acidental.<sup>6</sup> Algumas funções fornecem razões<sup>7</sup> para algo existir e

---

<sup>3</sup> Assim, as explicações teleológicas, i.e, explicação dos processos dirigidos a fins, observados nos seres vivos, seriam feitos com base na atribuição de intencionalidade, previsão ou planeamento a esses seres vivos. (HANI; NETO, 2006, p.19).

<sup>4</sup> O estudo funcional do comportamento é a busca de suas consequências para a sobrevivência e para a reprodução. É no exame do contexto adaptativo e dos efeitos do comportamento que podemos descobrir suas funções. Entendido o organismo como um sistema que está configurado para manter-se e reproduzir-se, com a manutenção subordinada à reprodução, é no entendimento do papel de cada comportamento que se dá o estudo funcional. Pois são estas, as funções, o alvo direto das pressões seletivas ao longo do processo de seleção natural. (...) O que leva a içá a fazer cada um de seus movimentos são os estímulos do ambiente e de seu próprio corpo, seus hormônios e as programações de seu sistema nervoso. Portanto, a pergunta "por que a içá alimenta as larvas?" tem duas respostas, uma funcional e outra causal. A observação de que as larvas de formigas são inertes, incapazes de se alimentarem sozinhas, terá valor no plano funcional. (RIBEIRO, 2008, p.13).

<sup>5</sup> Uma coisa pode ser inútil e ainda assim ver mantida a sua função. Um artefato ou um órgão com defeito de formação é inútil e, às vezes, até danoso, ainda assim mantém a sua função. (CHEDIAK, 2006, p.164).

<sup>6</sup> Por vezes, é necessário distinguir entre funções e acidentes, como a função do telefone em que é eficiente para a comunicação, mas faz muitas outras coisas, como ocupar espaço em minha mesa ou perturbar-me à noite. (WRIGHT, 1973, p.141).

<sup>7</sup> Funções etiológicas tais como de Wright (1973) e Millikan (LTOBC, WQPA).

outras são sistêmicas<sup>8</sup> por explicarem como um dispositivo atua em um complexo, natural ou físico.

De qualquer modo, em muitas teorias filosóficas, especialmente na junção entre a filosofia analítica da linguagem e filosofia da mente, a expressão “significado” é usada no mesmo sentido que a expressão “representação”<sup>9</sup>. No campo da filosofia da mente, o conceito do significado tem sido tratado a partir do conceito de intencionalidade<sup>10</sup>. Brentano (1874) aborda a intencionalidade como um fenômeno psíquico<sup>11</sup> que é fonte dos conteúdos de fenômenos psíquicos. A teoria de Brentano possui um caráter referencial<sup>12</sup>, já que mostra como conteúdos representacionais de fenômenos mentais são o resultado de atos psíquicos intencionais que vinculam as representações a seus referentes.

Além disso, o conceito de significado tem sido abordado por diferentes ângulos ao longo do século XX. É possível destacar, pelo menos três fases no estudo deste conceito: a estática<sup>13</sup> (representacionista), a dinâmica (pragmática) e a teleosemântica.

A fase estática corresponde às teorias referenciais, que explicam o significado por meio da correspondência entre as coisas do mundo e os signos. A fase estática lida com a linguagem a partir de um viés representacionista, pautada na semelhança entre representante e representado, seja mediante símbolos proposicionais ou por ícones.<sup>14</sup> Como nos seguintes exemplos:

A) “Totó é o cachorro de Dorothy”.

B) “Paris é a capital da França”.

C) “Aristóteles” é um nome próprio.

---

<sup>8</sup> Cummins é um dos filósofos que trata sobre este tipo de função. As principais características de sua teoria são as estratégias, da suposição e a analítica, além disso, usa a noção de disposição para explicar as funções. (CUMMINS, 1975, pps.757-759).

<sup>9</sup>“(…) Aquilo que entendemos por representação – *Vorstellung* – não é o representado (a imagem da coisa como tal), mas o ato de representá-lo (o ato de dar significado ou formar ideia).” (BRENTANO, 1973, p.80).

<sup>10</sup> “ (...) centrada na discussão da natureza da ‘objetividade imanente’, e uma caracterização psicológica, concentrada em torno da expressão ‘direção para um objeto’. (ALVES, 2014, p.18).

<sup>11</sup> “(...) O prefixo “in” encontrado em inexistência é locativo e não negativo. (...) o prefixo locativo visa caracterizar uma modalidade específica da existência, ao passo que o negativo implica na sua simples nulidade”. (WINOGRAD, 2013, p.39).

<sup>12</sup> Um dos sentidos da intencionalidade é lógico e epistemológico. “Etimologicamente, o vocábulo “intenção”, *intention*, expressa a ação e o efeito de tender (*tendere*) a algo (*aliquid tendere*)”. (WINOGRAD, 2013, p.38).

<sup>13</sup> Pertencentes a esta fase estão as teorias descritivistas. “ (...) uma mais primitiva, defendida por Frege e Wittgenstein, Strawson e Searle, segundo a qual o sentido de um nome próprio é dado por um feixe ou agregado de descrições”. (COSTA, 2009, p. 186).

<sup>14</sup>A semelhança ou ícones; que servem para transmitir ideias das coisas que eles representam simplesmente, imitando-os. (PEIRCE, 1998, p. 06).

D) “Platão foi discípulo de Sócrates”.

A sentença (A) faz referência à personagem Dorothy do livro “O mágico de Oz”, de Frank Baum, um livro transformado em filme por Hollywood. A (B) é uma sentença que apresenta uma relação de identidade a qual poderíamos expor outras características sobre o país mencionado. A (C) é um nome próprio que conforme o contexto inserido aponta para o filósofo estagirita, e, ainda, mesmo apenas com o nome, podemos expor outras características do filósofo, tais como que ele é o pai da lógica, discípulo de Platão, etc. E a (D) também apresenta um estado de mundo verdadeiro e do mesmo modo que a (C) pode nos levar a outras características, como as descrições definidas que podem ser usadas para fazermos referência ao filósofo, como “o criador da alegoria da caverna”, “o autor de A República” etc.

Segundo Peirce, ícones expõem informações acerca de objetos e/ou estados de coisas do mundo de modo direto, estabelecem relações e dependem do grau de similaridades entre o signo e àquilo pretendido. Pode-se retratar o que ocorre na realidade por meio de sentenças, fotografias, mapas, maquetes, placas de trânsito etc. Para Peirce, ícones são signos qualitativos e, embora tenham um caráter estático, indicam possibilidades de ações porque nos dão base para nossas interpretações deles. Os símbolos linguísticos têm relação com os ícones, mas são ícones especiais, gramaticalmente organizados, estruturados, que não se assemelham, materialmente, àquilo que representam.

A fase dinâmica ocupou-se com aspectos pragmáticos<sup>15</sup> da linguagem, analisando contextos de fala específicos, isto é, trata a linguagem a partir das suas várias possibilidades de uso. Essa fase ampliou a investigação do significado na medida em que se ocupa com a linguagem de forma mais ampla, ao abranger múltiplos tipos de sentenças, imperativas, pedidos, promessas, anedotas etc. Pode-se estabelecer relação entre os aspectos pragmáticos da linguagem, como as intenções, as normas implícitas, etc., com os índices, como definidos por Peirce, que apontam para conexões (e/ou associações) indiretas entre agentes (falantes e intérpretes) e objetos representados simbolicamente.

Índices<sup>16</sup> são elementos nem sempre expressos linguisticamente, tais como rastros de animais ou pingos de sangue na cena de um crime. Ou seja, índices abrem alternativas para explicarmos eventos comunicativos de forma a incluir aspectos do contexto ignorados se analisarmos apenas os signos linguísticos. Pode-se dizer que ícones dependem de índices,

---

<sup>15</sup> Essa prática da linguagem pode ser verificada nos jogos de linguagem de Wittgenstein (1953), nos atos de fala de Austin (1956, 1962, 1963) e no resgate dos atos de fala por Searle (1995), em sua intencionalidade.

<sup>16</sup> Indicações ou índices mostram algo sobre as coisas. É um indicador que aponta para o caminho a ser tomado. (PEIRCE, 1998, p.06).



sinais concretos, físicos, para exercerem suas funções referenciais, para estabelecerem relações com objetos. Levarei, neste trabalho, em conta essas distinções terminológicas feitas por Peirce para conseguir avançar em minha interpretação da teoria da representação de Ruth Millikan, que utiliza explicitamente a terminologia peirciana.

A biosemântica proposta por Millikan é teleológica e funcionalista, e contribui para esclarecer a intencionalidade naturalizada, cujo foco central é a função própria (teleofuncionalismo). Millikan (LTOBC, WQPA, VM) traz novidades para o domínio não só da semântica (teoria do significado), como também para a filosofia da mente. Ao propor a sua interpretação do que seja a intencionalidade naturalizada utiliza como cerne de sua teoria a ideia de propósito<sup>17</sup>. Para ela, assim como para muitas teorias científicas e biológicas, todos os seres vivos exercem funções, têm propósitos.

No funcionalismo, a mente é explicada pelo modo como os estados mentais funcionam, quais os seus papéis na mente, independentemente da ontologia. Essas funções são alicerçadas em relações causais comuns pautadas em padrões de relações causais semelhantes ocorridas no passado. No teleofuncionalismo, pautamo-nos naquilo que teve sucesso biológico durante uma sucessão de ocorrências, desde o primeiro exemplar. Este teleofuncionalismo é explicado por um dos possíveis evolucionismos biológicos.<sup>18</sup>

Para Millikan (VM, QWPA), todas as principais categorias que participam da explicação biosemântica, a biológica, a psicológica e a linguística, possuem como propósito cumprir funções próprias. Tomando a teleosemântica como base e considerando que o estudo do significado não é pautado apenas pela forma da representação, e sim, também, pelo seu conteúdo, as funções próprias de organismos vivos em relações de comunicação estão relacionadas tanto às estruturas mentais necessárias à representação do mundo externo quanto a como essas estruturas estabelecem conexões (pontes, projeções) com estados de coisas externos.

Inicialmente, Millikan (LTOBC) lidava com os signos linguísticos como se uma teoria da correspondência<sup>19</sup> da verdade fosse correta. Em sentenças conteúdos expostos resultam de correspondências com objetos externos. Os referentes são estabelecidos por meio de projeções de mapeamento do mundo. Os mapas são elaborados conforme uma relação lógica e não

---

<sup>17</sup> Millikan fala de propósitos, para ela, todas as coisas possuem um propósito natural. (VM, p.13).

<sup>18</sup> A natureza da representação, *aboutness*, só poderá ser compreendida por meio da consideração dos propósitos biológicos dos estados mentais, via apelo aos efeitos produzidos pela sua presença, os quais darão então razões históricas para a sua seleção e presença atual. (MIGUENS, 1998, p.468).

<sup>19</sup> “A teoria das funções próprias comporta uma teoria da verdade como correspondência no âmbito de uma teoria geral dos signos.” (MIGUENS, 1998, p.481).

causal em que as informações locais do ambiente são utilizadas para a formação de representações<sup>20</sup> (MILLIKAN, VM). Os signos servem para traçar linhas que se projetam da mente ao mundo. Esses símbolos podem ser sentenças e/ou representações. Para Millikan, esses símbolos linguísticos são propositadamente construídos por uma relação ontogenética entre organismos biológicos e o mundo externo. Pode-se, na teleosemântica, investigar como os seus componentes são dispostos linguisticamente. As sentenças que demonstram esse tipo de habilidade de projeção sobre o mundo são estruturadas, na linguagem humana, por meio da divisão sujeito e predicado, e, as mais simples, são indicativas e imperativas.

A diferença entre os símbolos, as sentenças indicativas e as imperativas, e os signos naturais primitivos, como nuvens de chuva, encontrados na natureza em geral, consiste em que, enquanto aqueles são organizados conforme as funções de sujeito e predicado, esses não possuem elementos referenciais semelhantes: informam forma holofrástica, mas não são propriamente representativos, servem como alertas, avisos etc., em determinados contextos, mas não representam propriamente. Entre signos naturais primitivos<sup>21</sup> não representativos e as representações mentais ou linguísticas humanas, encontramos os signos naturais de organismos como coelhos —o bater de suas patas— e abelhas —a sua dança, já representativos. Signos intencionais falam do mundo, estabelecem correspondências, e, quando isso ocorre, é porque têm valor real (sentido). As representações *pushmi-pullyu*<sup>22</sup>, que podem ocorrer em diversas espécies, tanto entre abelhas quanto entre humanos, como foram denominadas por Millikan, assinalam que os dois dispositivos linguísticos, o indicativo e o imperativo, ocorrem no meio biológico. As estruturas linguísticas evoluíram para cumprir as duas funções: a indicativa e a imperativa.

As sentenças, por meio de seus signos, mostram como tipos de coisas se enquadram no mundo e/ou são dispostos no mundo, ou ainda, como delimitar tipos no mundo. Os quais estão no meio do caminho entre os dois dispositivos: os signos produzidos e os signos consumidos e, ainda podem ser compreendidos por dispositivos cooperantes. Em atos de identificação, sentenças de identidade, há os elementos protoreferentes<sup>23</sup>, que apenas referem. Existem

---

<sup>20</sup> Millikan (VM) estipulou três tipos de representações, descritivas, diretivas e *Pushmi-Pullyu* (PPs). Essas representações são formadas mediante dois dispositivos, um que produz signo a partir da informação recebida e o outro que consome, interpreta os signos.

<sup>21</sup> Inicialmente, Millikan (LTOBC), chamou esses signos de ícones primitivos e, posteriormente, em LBM, passou a considerá-los como representações *pushmi-pullyu*.

<sup>22</sup> As representações *pushmi-pullyu* são o modo como Millikan interpreta o conceito de *affordances*. (CHEDIAK, 2014, p.261). Em linhas gerais *affordances* são oportunidades de ação. (GIBSON, 1986).

<sup>23</sup> Como “Cícero é Túlio”. (MILLIKAN, LTOBC, p. 193).

nomes que dizem respeito a um único objeto e aqueles que reconhecem múltiplas ocorrências no mundo.

Na linguagem humana mais primitiva, que se assemelha, segundo Millikan, à linguagem das abelhas, existem os signos produzidos, exteriorizados, pelo falante, já representados antes em sua mente, e os signos consumidos pelo ouvinte interlocutor, representados e compreendidos por este. Por isso, esclarecer o conceito de significado depende de se esclarecer como signos são aplicados, de forma a referirem objetos e/ou estados de coisas no mundo. Requer também compreender os casos em que as funções semânticas e comunicativas não são realizadas. Mesmo porque, se lidássemos apenas com o executável, muitas coisas não se adaptariam. Assim como um órgão do corpo pode falhar em sua função, um coração pode parar de bater, signos podem não significar ou não referir.

Millikan propõe no tocante à teleosemântica uma alternativa. Para ela, a capacidade de representar, em linhas gerais, é adquirida por meio de fatores biológicos endógenos (herança genética, fisiologia etc.) associados às experiências, sendo aqueles mais importantes que esses. A dança das abelhas e a galinha que guia os pintinhos até a comida, entre outros exemplos na natureza, operam mediante as constituições desses animais, fortes instintos de sobrevivência que caracterizam suas habilidades em saber reconhecer como podem fazê-lo, apesar de haver a possibilidade da falha, já nas tentativas.

Quando pensa o mundo referido pelos signos, Millikan trabalha com a noção de substância<sup>24</sup>, como substrato. A estrutura biológica serve como ferramenta para percebermos o mundo e apenas em seguida começarmos a nomeá-lo para, conseqüentemente, qualificá-lo. A substância é a palavra-chave porque a matéria vem antes da forma, por exemplo, crianças bem pequenas reconhecem suas mães não por conseguirem usar os mecanismos linguísticos e sim por todo o alicerce que elas encontram no seio materno. A formação do significado linguístico é posterior a este processo.

Haja vista o exposto, a temática trabalhada nesta tese é o conceito de significado linguístico naturalista sob o viés da biosemântica de Millikan. Como foi apresentado, tradicionalmente atribuir o significado consiste em estipular sob que circunstâncias um símbolo e/ou uma expressão linguística é verdadeira e/ou satisfaz uma condição de verdade. As principais teorias que conduzem essa discussão são as referenciais e/ou pragmáticas. Esses encadeamentos sugerem relações de semelhança, como as de Frege (1892) e Wittgenstein

---

<sup>24</sup> A teoria sobre os signos de Millikan é associada à sua teoria acerca da substância. Para ela, substâncias são aquilo que, por definição, pode dar um tipo de suporte, uma oportunidade para o aprendizado, e onde esse *affordance* não é um acidente, mas um suporte ontológico com conexões reais. (MILLIKAN, OCCI, p. 02).

(1921) ou transitórias, Wittgenstein (1953). Contudo, são explicações formais e não se envolvem diretamente com os conteúdos semânticos. Dessa forma, perseguimos uma teoria que envolva o viés duplo da linguagem, a saber: o formal e o material e, ainda, que possa elucidar como ocorrem as representações deturpadas. Para tanto, escolhemos a abordagem naturalista de Ruth Millikan (LTOBC, LBM, VM, WQPA, OCCI). A relevância desta questão localiza-se em uma das principais tarefas filosóficas, na busca por esmiuçar as teorias mediante o discernimento dos signos, bem como na compreensão desses signos, sendo esses verdadeiros ou falsos.

O núcleo do primeiro capítulo consiste na análise dos conceitos de significado e representação, além de discorrer sobre posições teleológicas e funcionalistas, mostrando os alicerces da teleosemântica de Millikan. Posto que os signos possuem como propósito representar objetos e/ou estados de coisas, buscamos estabelecer relações entre significado e representação. Analisamos a representação a partir de três perspectivas: semântico-linguístico, mental (intencional) e naturalista. As duas primeiras lidam com a representação mediante configurações estruturais que se vinculam a coisas, ao fazer referência entre signos e objetos e/ou estados de coisas. E a abordagem naturalista avança em sua investigação ao tratar de convenções linguísticas, isto é, da origem das representações significativas.

O significado linguístico, que são conteúdos intencionais, são também, assim como órgãos e artefatos, teleológicos. Sendo assim, iremos expor explicações teleológicas que, de acordo com o neodarwinista Mayr (1988, 1998, 2005), seguem dois processos: teleonômicos e teleomáticos. Esses processos são relevantes para explicarmos as causas remotas (consideradas na biologia evolucionista) e as causas próximas (consideradas na biologia funcional). Além disso, trataremos da ideia de seleção natural de Darwin. Isso porque, apesar da abordagem de Millikan não ser, estritamente falando, darwinista, seu construto teórico é pautado em uma espécie de evolucionismo, cujo cerne é a seleção natural e cultural. Já as causas remotas e as causas funcionais trazem uma contribuição para a discussão acerca das funções. Escolheu-se tratar as duas principais, função etiológica e a função sistêmica, para que um paralelo seja traçado com a teoria etiológica de Millikan. A ideia de Millikan é etiológica, mas se distancia de Wright no que tange aos itens que falham.

Por fim, apresentamos alguns aspectos do funcionalismo mecanicista para reforçarmos a divisão entre o *como* e a razão. Ou seja, o funcionalismo no sentido estrito preocupa-se com os modos operantes dos estados mentais, com o *como*. A teleosemântica (biosemântica), por

sua vez, concentra o seu questionamento nos conteúdos dos signos e/ou representações, em suas *razões* impressas por suas funções. Julgou-se importante trazer essa diferenciação porque, afinal de contas, o escopo da teleosemântica é, justamente, a fixação dos conteúdos representados, expressados e compreendidos (consumidos), que dependem de intenções (*razões*) para se originarem.

O cerne do segundo capítulo é a análise do conceito de intencionalidade. Tratamos a visão da intencionalidade naturalizada de Millikan a partir da investigação de como o conceito de intencionalidade foi forjado por Brentano (1874). O estudo sobre os fenômenos psíquicos de Brentano não consegue explicar sua relação com o estudo de fenômenos físicos porque, segundo ele, a percepção mental de fenômenos físicos pode ser enganosa, enquanto os psíquicos deveriam carregar veracidade. Millikan enfrenta essa questão epistemológica por meio de sua visão externalista e biologicista.

Na segunda parte do segundo capítulo, mostramos os pilares da concepção de intencionalidade de Millikan. Segundo ela, todos os objetos, físicos e mentais, possuem um propósito natural. Propósito esse que pode ser sobreposto aos propósitos intencionais, todavia suas características, em qualquer âmbito, físico ou natural, são essenciais porque advêm de uma seleção. Em seguida, analisamos a noção de função própria, cujo embasamento é dado pelos mecanismos normais. Todo item é suposto ter uma função em condições normais e/ou ideais devido uma frequência média de sucessos dos primeiros exemplares. Por último, exporemos as principais características dos signos no que tange à intencionalidade naturalizada. O conteúdo semântico, segundo a biosemântica, apresenta-se principalmente em dois mecanismos, os que produzem e os que consomem signos.

O foco do terceiro capítulo são as seguintes temáticas: i) o conteúdo das representações (dos signos), ii) o diálogo entre Millikan e Peirce e iii) o conceito de substância na biosemântica. O propósito é percorrer a análise teórica de Millikan quando esta avalia o que são signos e os seus conteúdos. A colcha da teleosemântica possui uma característica em comum, que é tratar os conteúdos semânticos a partir da ideia de função. Todavia, os pioneiros dessa linha, Dretske e Millikan, lidam com essa abordagem de formas diferenciadas. Optou-se por estabelecer essas distinções para esboçar como a teleosemântica funciona.

Tratamos, portanto, com o modo como Millikan lida com os signos. Em LTOBC, ela tratou os signos como ícones, tal como Peirce, e apenas em LBM passou a usar o termo “representação”. Iremos falar sobre as representações *pushmi-pullyu*, uma espécie de representação, verificada, sobretudo na comunicação entre os animais, que não precisa recorrer a inferências para se firmarem como tais. Por fim, iremos especificar o conceito de substância. Uma substância é uma espécie de *affordance* que atua como espaço em aberto para ações e/ou aprendizados. Signos para substâncias dependem, para serem aprendidos e dominados em seu uso, de ocorrer uma relação ativa entre o organismo que representa e a cena representada.

A investigação proposta tem as pretensões gerais de: i) mapear a edificação teórica da biosemântica de Millikan, desde o seu caráter teleológico até o seu conceito de substância; ii) mostrar que a sua edificação semântica é feita a partir de produtividade mental que faz signos interagirem com objetos representados; iii) explicar como a biosemântica pode ser uma alternativa para a compreensão das representações deturpadas; iv) explicar que a semântica naturalizada, ao optar por uma visão dependendo de dados empíricos, aliada a um construto teórico, traz uma compreensão bem mais abrangente do fenômeno do significado. Em suma, considerando que as teorias tradicionais acerca do significado se preocupam em elucidar regras semânticas, Millikan toma outro caminho. Dessa forma, a meta principal deste trabalho é mostrar que o naturalismo semântico de Millikan, sobretudo por meio da ideia de função própria, é uma alternativa viável para lidar com o conceito de significado linguístico e/ou conteúdo intencional, na medida em que a sua teoria, a partir de uma abordagem evolutiva, fundamenta a teoria dos signos mediante, especialmente, duas perspectivas: de adaptação e constante aprendizagem.

## 2. CAPÍTULO I

### O SIGNIFICADO: DE UMA ABORDAGEM FUNCIONAL À TELEOSEMÂNTICA

#### 2.1 Apresentação

Este capítulo elucidará o significado naturalista de Millikan (LTOBC, OCCI, VM, WQPA) por meio da análise de seus pilares. Para tanto, inicialmente discorre-se a respeito de algumas nuances dos conceitos de significado e representação. Em um segundo momento, trabalha-se alguns aspectos da teleologia, para mostrar como as explicações teleológicas podem ser abordadas na semântica naturalizada, levando-se em consideração que, em sua abordagem, Millikan une teleologia e semântica. Na sua concepção, o significado linguístico e o conteúdo das representações mentais são compreendidos por via dupla: por seu aspecto biológico (parte de uma evolução biológica) e, mais especificamente, por suas funções comunicativas.

Com o objetivo de compreender a concepção de seleção natural e cultural em Millikan, decidiu-se esmiuçar os componentes teóricos de Millikan no que se refere à biologia a partir das explicações teleológicas de Mayr (1988, 1998, 2006). Mayr é um neodarwinista que traçou uma divisão entre processos teleonômicos e teleomáticos para justificar o motivo pelo qual a biologia não é uma ciência em sentido estrito. Em seguida, abordaremos a concepção evolucionista (descendência com modificações) de Darwin (1859) para introduzir o processo de seleção natural e cultural em Millikan. Isso porque, embora ela não seja darwinista, a sua teoria naturalista é amparada pela biologia.

Tendo em vista que um dos elementos principais de Millikan é a ideia de função própria, elegeu-se investigar as principais linhas teóricas que explicam o que seja uma função, a saber: a etiológica teleológica de Wright (1973) e a sistêmica de Cummins (1975). O intuito é encontrar um vínculo com a versão etiológica privilegiada por Millikan em sua análise (MILLIKAN, DPF). Os dois seguimentos relativos à função servem como base para a explicação das causas remotas e as causas funcionais (MAYR 1988, 1998, 2006), *background* da biologia evolucionista e da biologia funcional respectivamente. Escolheu-se essa abordagem porque os alicerces teóricos de Millikan concentram-se em uma espécie de biologia evolucionista, cujo foco é a noção de propósito. Por fim, será exposto o funcionalismo sob uma perspectiva mecanicista para estabelecermos um contraponto a alguns



aspectos da teleosemântica (PAPINEAU 1987, 2006), (DRETSKE 1986, 1995), (MILLIKAN LTOBC, WQPA, VM). A teleosemântica (teleofuncionalismo) é o eixo central da teoria de Millikan. Em suma, este primeiro capítulo insere-se na pesquisa para mostrar a viabilidade do conceito de significado e representações enquanto parte de uma estrutura biologicista. Haja vista que, segundo Millikan, a seleção natural é a origem da aprendizagem semântica, da identificação de substâncias e da possibilidade de comunicar conteúdos semânticos (MILLIKAN, OCCI).

## 2.2. O significado linguístico e a representação

O sistema linguístico é maleável e adaptável às mais diversas situações. Por exemplo, em tempos de guerra, códigos criptografados servem para traçar estratégias de ataque e defesa. Até pouco tempo atrás as pessoas escreviam cartas umas para as outras, meninas escreviam diários para expressar seus sentimentos. Antes dos computadores se usava máquinas de escrever, muitos povos locais utilizam dialetos. Ao longo dos anos, a complexidade do fenômeno linguístico, ajustado às necessidades e/ou contextos específicos têm transformado a intercomunicação. Nas redes sociais, os *emojis*, *emoticons* e *stickers* são usados para expressar emoções, personalizar, divertir e simplificar as conversas de modo que mostram o quanto esses símbolos são versáteis e evoluem ao facilitarem o diálogo entre os usuários.

Palavras isoladas, descontextualizadas, que não nos fazem inferir outras palavras ausentes, não dizem nada. Aquelas frases de uma palavra apenas, que indicam alerta, cumprimento, pedido de ajuda, como ‘Fogo!’, ‘Olá!’, ‘Socorro!’, entre outras, apenas aparentemente contêm apenas uma palavra, pois implícitas nas frases estão outras palavras, que as completam (“Está pegando fogo!” ou “Cuidado com o fogo!”). Encontramos sentido e compreensão nas frases, nos argumentos e nos textos os quais têm como papel esboçar e/ou expressar como podemos lidar com o mundo, organizá-lo, estipular as relações com os outros e com o meio ambiente. Pela interação linguística rastreamos o significado. O termo “significado” é próximo em função ao termo “verdade” que, por sua vez, possui relação com outros termos tais como “propósito”, “finalidade”, “função”. No âmbito filosófico, os significados, bem como os termos mencionados acima, carregam propriedades semânticas



positivas e são usados por filósofos, especialmente da filosofia analítica da linguagem. Entre os termos mais utilizados na semântica, estão: sentido, referência, intensão, extensão etc.

Além disso, o ato de buscar um modo de simbolizar os objetos e/ou estados de coisas mediante uma ideia, imagem, pensamento etc., configura uma representação. Os termos “significado” e “representação” são, por vezes, considerados sinônimos. Todavia, não o são. Na esfera filosófica, a representação pode ser utilizada sob três vieses: linguístico-semântico, sem posicionar-se necessariamente a respeito na natureza mental ou material do significado, mental, que não deixa de ser semântico, porém que tenta explicar como o fenômeno semântico está vinculado a funções mentais, e naturalista. Sob a perspectiva semântica, há as teorias referenciais, também chamadas de representacionistas, as quais baseiam a possibilidade de estabelecimento da verdade de uma frase na referência de seus termos a objetos. A representação é uma das maneiras de esboçar o significado, que seria o conteúdo proposicional de uma proposição  $p$  e que permitiria estabelecer uma correspondência com fatos, de maneira a, desta forma, estabelecer a verdade da proposição:

*Como a expressão “é verdade que  $p$ ” tem o mesmo significado que “é fato que  $p$ ”, ou “é real que  $p$ ” etc., pode-se dizer que o uso daquela expressão indica que o conteúdo proposicional expresso por  $p$  representa o real ou mais simplesmente corresponde a um fato. O que justificaria assim a aceitação de que  $p$  é a correção da representação, isto é, a correção do próprio conteúdo proposicional. E um conteúdo proposicional é concreto se corresponde a um fato. (LANDIM FILHO, 1984, p. 35 – grifos nossos).*

Sob a perspectiva mental, segundo Twardowski<sup>25</sup> (1894), uma representação (fenômeno mental ou psíquico) é diferenciada de fenômenos físicos. Um objeto imanente é marcado por dois aspectos, por um ato (representação) e pelo conteúdo (representado). Nesse sentido, há o ato de representar, uma atividade que é caracterizada por um verbo, pensar, imaginar, crer, desejar etc. Na realidade, o representar é ambíguo, possui uma perspectiva do conteúdo, do que é representado, o que está (*in*) na mente, um pensamento, uma imaginação, uma crença, um desejo etc., e pela perspectiva do objeto, algo representado pelo conteúdo da

---

<sup>25</sup> No âmbito da filosofia da mente, a questão da intencionalidade é um problema para qualquer teoria do significado. (LEAHY, 2014, p.198). Segundo Brentano (1874), há três classes de fenômenos psíquicos: as representações<sup>25</sup>, os juízos e as emoções. De acordo com o filósofo, é impossível que haja algum fenômeno psíquico que não seja uma representação. (BRENTANO, [1874] 1995, p.148). Twardowski e Meinong foram os principais discípulos de Brentano. Ademais, conforme Brentano (1874), um juízo possui um objeto (representado) que pode ser afirmado ou negado e as emoções são fundamentadas pelo sentimento que nutrem em relação a um objeto. Esta classe deve compreender todos os fenômenos psíquicos que não estão contidos nas primeiras classes. Representações e juízos e são ligados por excitações físicas notáveis. (BRENTANO, [1874] 1995, p.149).

representação, aquilo sobre o que se trata, tais como indivíduos, animais, artefatos, símbolos abstratos etc. (TWARDOWSKI, [1894] 2005, p. 63).

Exemplo:

Maria pensa que mamíferos mamam e Luzia pensa que animais domésticos são doces.

Ato: O verbo pensar.

Conteúdo: Os distintos pensamentos de Maria e Luzia.

Objeto: O primeiro, o de Maria, faz referência aos mamíferos e uma de suas características e o segundo, o de Luzia é acerca de um dos aspectos afetivos dos animais domésticos.

Representações expressam conteúdos e, por conseguinte, indicam objetos e/ou estados de coisas que são especificados por suas propriedades e/ou características mediante aos seus nomes. De acordo com Twardowski (1894), os nomes especificam melhor a distinção entre objeto e conteúdo em relação às representações.

As três funções do nome são: primeiro, a informação dada de um ato de representação que ocorre naquele que fala. Segundo, a evocação de um conteúdo psíquico, da significação do nome, naquele a quem a fala se dirige. Terceiro, a denominação de um objeto que é representado pela representação significada pelo nome. (Twardowski, [1894] 2005, p. 55).

Além disso, o conhecimento que temos do mundo, bem como as representações que fazemos, também são consideradas quando são aplicadas ideias finalistas e/ou funcionalistas dos itens artificiais e/ou seres naturais. Esses aspectos, a finalidade e/ou a função, nos auxiliam a esclarecer como os significados são construídos e, por conseguinte, classificados por meio dos nomes.

Consideremos por um momento os nomes de artefatos – palavras como “lápiz”, “cadeira”, “garrafa” etc. Na visão tradicional, estas palavras são certamente definidas por conjunções, ou possivelmente feixes, de propriedades. Qualquer coisa com todas as propriedades em conjunção (ou suficientemente muitas propriedades no feixe, ou no modelo de feixe) é necessariamente um *lápiz*, *cadeira*, *garrafa*, ou o que seja. Além disso, algumas das propriedades no feixe (no modelo de feixe) são usualmente asseveradas como *necessárias* (no modelo de conjunção de propriedades, *todas* as propriedades na conjunção são necessárias). Supostamente é necessário *ser um artefato*, bem como pertencer a um tipo com determinada finalidade padrão – exemplo. “Lápiz são artefatos” e “lápiz devem ser usados na escrita” são supostos ser necessários. Finalmente este tipo de necessidade assevera ser uma necessidade *epistêmica* – de fato, analiticidade. (PUTNAM, 1975, p. 242 - tradução nossa).

No que tange ao tratamento naturalista dado à semântica,<sup>26</sup> para Millikan, a linguagem é apoiada em convenções cuja função primária é essencialmente comunicativa (MILLIKAN, DPL, p.283). A linguagem possui várias funções, muitas delas sobrepostas, tais como informar, associar, relacionar, descrever, explicar, elucidar; dentre outras, como expressar reações de surpresa e outras emoções, a capacidade informativa talvez seja uma das principais.

O argumento será, então, que uma função central da faculdade linguística nos seres humanos é tornar as convenções linguísticas possíveis, e que as funções das convenções são tornar possível a comunicação. Neste caso, interpreto “tem como sua função” como uma relação transitiva. Ao mesmo tempo, sustentarei que a rede de convenções que forma a massa que é a linguagem pública não é um objeto abstrato, mas um conjunto concreto de interações falante-ouvinte que formam linhagens *grosso modo* no sentido biológico. Essas linhagens e suas interações entre si são dignas de um estudo científico. E suas propriedades tampouco são derivativas meramente de propriedades do eu – linguagem. (MILLIKAN, DPL, p. 285).

Para Millikan (LBM), há duas características importantes nas convenções da linguagem natural: a reprodução de padrões e a capacidade de proliferação desses padrões em realizarem certas funções. No tocante à reprodução, as estruturas gramaticais não são reproduzidas a partir de parâmetros fechados, em que não haja abertura para aprendizagem. O “equipamento humano”, a estrutura endógena que comporta o sistema linguístico, é uma base de apoio, fornece-nos uma habilidade e não modelos formatados que devem ser seguidos. Nossa visão de mundo está diretamente ligada ao modo como podemos formar representações, porém, nem sempre obtemos êxito ao fazê-lo.<sup>27</sup> De todo modo, o fato de sermos conscientes – e, sobretudo, autoconscientes – nos fornece o primeiro subsídio capaz de indicar como funciona a nossa interação e/ou conexão com aquilo que está ao nosso redor.

Em virtude da *autoconsciência*, somos capazes não só de perceber as coisas no mundo, mas interagir, fazer parte do que nos cerca não apenas como meros espectadores; pelo contrário, somos atuantes, seja como coadjuvantes e/ou protagonistas. Sentimos, cremos, pensamos, desejamos, manipulamos, dialogamos, avaliamos, utilizamos a técnica, fazemos ciência, etc., mas, sobretudo, estabelecemos relações e/ou classificações a respeito do nosso redor. Ademais, nossas emoções podem ou não interferir em muitos aspectos de nossas vidas.

---

<sup>26</sup> Millikan (LTOBC, WQPA, VM) investiga a intencionalidade naturalizada, sobre a qual discutiremos no segundo capítulo.

<sup>27</sup> Millikan comenta acerca das representações deturpadas, as quais ocorrem devido, por exemplo, ao mal funcionamento das funções próprias, das quais trataremos também no segundo capítulo.

E ainda somos os únicos<sup>28</sup> capazes de admirar uma obra de arte, nos emocionar com uma peça de teatro, ainda que nosso senso estético possa ser bastante apurado ou não. Somos múltiplos e criativos. E talvez essa seja a nossa maior distinção em relação aos outros animais, porque não só fazemos tudo isso, tomando como referência o mundo que nos cerca – mas também podemos pensar fazer planos e/ou escrever sobre todas essas experiências.

Dessa forma, no âmbito linguístico, intencional e naturalista a interação entre os falantes, entre as representações e os representados configura um processo, em primeiro lugar, de reconhecimentos, estabelecimento de padrões – e, em consequência, de sermos capazes de identificarmos em qual classe um determinado item, conforme as suas características e/ou propósitos, se encaixa. Em segundo lugar, pode-se citar o fato de que a língua está em constante mutação, pois as representações que fazemos do mundo não são estanques, uma vez que nossas capacidades cognitivas<sup>29</sup> podem ir além da nossa habilidade de simplesmente nomear objetos.

A concepção complexa do significado nos mostra que apesar dos seus múltiplos aspectos há algo em comum dentre esses, a saber: toda expressão linguística e/ou conteúdo intencional possui uma finalidade, isto é, possui um cunho teleológico. Para Millikan (LTOBC), assim como em Wittgenstein (1953), as palavras são equivalentes a ferramentas, ou seja, possuem o propósito de representar e/ou executar uma função conforme normas biológicas. Tendo isso em vista, iremos expor na próxima seção uma explicação acerca de teorias teleológicas para situarmos como essas são compreendidas e, por conseguinte, podem ser refletidas no mapa conceitual de Millikan.

### 2.3. Uma abordagem sobre teorias teleológicas

Entre os gregos<sup>30</sup>, imperava o essencialismo, uma visão que, além das leis da natureza serem imutáveis, todo ser teria propriedades sem as quais não seria o que é, as propriedades

---

<sup>28</sup> “Somos animais que empregam linguagem – *homo loquens*, não *homo sapiens*. (...) Todos os poderes distintivos citados são ou constitutivos ou corolários de nosso domínio de uma linguagem desenvolvida. O horizonte de pensamento possível é determinado pelos limites de expressão do pensamento; porém, em nosso caso, ao contrário do de outros animais, esses limites são determinados pela *expressão linguística* do pensamento”. (HACKER, 2010, p. 243).

<sup>29</sup> “(...) A cognição envolve o discurso, a comunicação ordenada do pensamento ou o poder de pensar logicamente”. (ANDALÉCIO; SOUZA, 2008, p. 74).

<sup>30</sup> Na Grécia Antiga, a natureza da vida e o que gerava a propriedade de estar vivo era explicada admitindo que os organismos representavam um número limitado de *eidos*, ou essências, claramente imutáveis. (POLISELI, 2013, p.108).

essenciais. O essencialismo sugere um vínculo prescritivo entre um objeto, a sua finalidade e a sua execução. As teorias teleológicas afirmam que todo e qualquer objeto<sup>31</sup> possui, além de suas características, um projeto e/ou um papel a cumprir. Qualquer ser se desenvolve em relação a um ou mais propósitos.<sup>32</sup> Se o ser for um ser vivo, poderá ter intencionalidade, ou seja, intencional alguns de seus propósitos conscientemente e persegui-los com sucesso. Mas ter ou intencional propósitos não significa necessariamente atingi-los. E, ainda, a avaliação do funcionamento de órgãos, organismos, sistemas, não é tão fácil – levando-se em conta que essa análise depende de uma compreensão acerca da sua natureza multifacetada<sup>33</sup>.

De todo modo, teorias teleológicas costumam ser explicativas e perseguem um modo de justificar os propósitos de organismos vivos ou órgãos e podem ser acopladas às teorias funcionalistas. A biologia, no entanto, é um caso de ciência que não está pautada em cálculos e experimentos exatos, do mesmo modo que a física e a química (MAYR<sup>34</sup>, 2006, p. 576). A ciência moderna tem um caráter mecanicista, que recorre principalmente à explicação de relações causais que se baseiam em eventos passados, porém a teleologia recorre às explicações causais que estabelecem relações entre fins esperados futuros e eventos passados, presentes ou previstos.

Assim, o uso de explicações de cunho teleológico em biologia foi criticado, porque envolveria explicações de natureza teleológica e metafísica que, não sendo verificáveis, não poderiam fazer parte da ciência. Também se mostrou problemático o modo como a causalidade se apresenta nos enunciados teleológicos, pois explicações teleológicas recorreriam a eventos futuros, enquanto a explicação causal normal recorreria apenas a eventos passados. Além disso, criticou-se o uso da linguagem teleológica na biologia por ela implicar antropomorfismo, através da assimilação da função biológica às funções dos sistemas intencionais humanos, que envolvem liberação e consciência. (CHEDIAK, 2018, p. 106).

Sendo assim, torna-se complicado esboçar qual o papel da biologia no âmbito da ciência, bem como estabelecer sob que circunstâncias as explicações teleológicas são válidas.

---

<sup>31</sup> Usaremos o termo objeto em um sentido amplo, como sinônimo de indivíduo, animal não humano, órgão, artefato, item, dispositivo etc.

<sup>32</sup> Para Millikan (VM), em muitas circunstâncias, aliás, esses propósitos são sobrepostos, como analisaremos no segundo capítulo.

<sup>33</sup> Além disso, “nos mostra exemplos de explicações teleológicas que não recorrem a fins conscientes, mas sim aos conceitos de ‘objetivo’ e ‘função’, entre outros, explicações funcionais que devem ser distinguidas das explicações intencionais”. (NETO; EL-HANI, 2006, p.19).

<sup>34</sup> Mayr é um neodarwinista. Segundo ele, talvez nenhuma outra ideologia tenha influenciado mais profundamente a biologia do que o pensamento teleológico. De certa forma, era a visão prevalecente do mundo antes de Darwin. (MAYR, 1992, p.117).

Mayr (1992) traçou uma demarcação epistemológica<sup>35</sup> na teleologia ao estipular que os fenômenos teleológicos podem ser delineados a partir de dois processos: pelos processos teleomáticos, que são orientados passivamente por objetivos direcionados, característicos de objetos inanimados e pelos processos teleonômicos, caracterizado por processos orientados em direção aos objetivos controlados da natureza viva (MOSSIO, 2017, p. 1092). O termo teleomático aplica-se a entes que “alcançam um fim apenas em obediência às leis naturais ou físicas” (CHEDIAK, 2018, p. 107).

Processos teleomáticos pertencem à natureza inanimada. Muitos movimentos de objetos inanimados, bem como processos físico-químicos, são as simples consequências das leis naturais. Por exemplo, a gravidade fornece o estado final para uma pedra que eu solto em um poço. Ela atingirá seu estado final quando sua temperatura e a de seu ambiente forem iguais. (MAYR, 1998, p.03).

Os processos teleomáticos são verificados, amiúde, em fenômenos físicos nos quais seus objetivos são completados quando seus potenciais são alcançados (POLISELI, 2013, p.110). As leis de Newton<sup>36</sup> são alguns exemplos desses processos. A primeira lei de Newton, a lei da inércia, estabelece que um corpo tende a se manter, em repouso ou movimento, quando nenhuma força é exercida sobre ele. Na segunda lei de Newton, a força é resultado da massa de um corpo multiplicado pela aceleração, nas corridas os carros fazem ultrapassagens graças a relação entre a força, a massa e a aceleração. Na terceira lei de Newton, toda ação gera uma reação na mesma proporção e sentido oposto, como no caso da colisão de dois veículos e/ou em um jogo chamado *cabo de guerra*. Todas essas leis exemplificadas, dentre outras, são constituídas por etapas que, em seus ápices, seguem um padrão cujo desfecho é previsível dado as particularidades dos elementos envolvidos.

---

<sup>35</sup> Para a presente discussão é interessante trazer essa divisão metodológica de Mayr. Isso porque ele expõe a razão pela qual a biologia não é uma ciência exata. Essa discussão é relevante para a teoria de Millikan porque em seu escopo a biologia é uma alternativa para justificar a constituição dos signos como um processo e não como resultado de leis normativas.

<sup>36</sup> A primeira lei, também chamada lei da inércia, serve para limitar o escopo da segunda lei, de modo que a validade desta última é restrita à classe de referenciais inerciais (aqueles que obedecem a lei da inércia). A segunda lei introduz o coeficiente de inércia  $m$ , que é uma constante positiva característica de cada objeto. A lei de forças  $F$  deve ser obtida, em última análise, de forma empírica e a solução do problema mecânico pressupõe seu conhecimento. Além disso, a segunda lei afirma que o estado de um objeto é completamente determinado por sua posição e velocidade em qualquer instante do movimento, pois qualquer derivada da posição de ordem maior ou igual a dois pode ser obtida recorrentemente de (1). De certo modo, a terceira lei complementa a primeira, pois um objeto composto, onde os seus constituintes interagem somente entre si e não sofrem ação externa, obedecerá a lei da inércia. Ambas as leis equivalem à conservação do momento linear total do sistema. (ANTUNES, 2018, p.3312).

Os processos teleonômicos podem ser analisados como fenômenos biológicos. E, ainda, são marcados por serem conduzidos por um programa que persegue um objetivo e “podem ser utilizados tanto para explicar funções programadas quanto adaptativas” (POLISELI, 2013, p.110). Dizem respeito às causas últimas, pois todo e qualquer movimento do mundo orgânico – assim como das espécies que, por exemplo, migram de uma região para outra, seja para obtenção de alimentos ou melhores condições para suas reproduções e sobrevivências – giram em torno do comportamento teleonômico dos organismos (MAYR, 2006, p. 38). Dependem, pois, de explicações mecânicas e funcionais. O programa teleonômico<sup>37</sup>, portanto, contém não apenas um objetivo, mas também um plano para atingir o seu objetivo.

Mayr<sup>38</sup> (1998) analisa duas expressões adicionais com o intuito de deixar mais claro o papel da biologia, a saber: as causas remotas e as causas próximas. As causas remotas podem fazer parte da biologia evolucionista; já as causas próximas dizem respeito à biologia funcional. As causas remotas têm relação com questões associadas ao surgimento dos organismos, já as causas próximas estão ligadas a questões individuais físicas e moleculares das espécies (CAPONI, 2001, p. 29). A história evolutiva<sup>39</sup> é o relato das causas remotas avaliadas a partir da história natural, buscando explicações para características e comportamentos das espécies considerando seus desenvolvimentos ao longo dos anos. Em contrapartida, as causas próximas se apoiam em pesquisas experimentais dos organismos particulares, analisando, por exemplo, a sua fisiologia e neurologia.

Cabe ressaltar que esses são dois segmentos distintos, mas que podem ser integrados, uma vez que, quando não for possível encontrar respostas na história, é bem provável que a perícia médica possa fornecer as elucidações necessárias (MAYR, 1988, 1998). Essas duas causas remotas e próximas são complementares na medida em que as engrenagens do mundo natural são sobrepostas por esses dois tipos de propósitos, os naturais e os intencionais. Por essa razão, enquanto a história é amparada por fatores evolutivos, filogenéticos, os aspectos funcionais são amparados por fatores ontogenéticos.

---

<sup>37</sup> Um programa não é uma descrição de uma dada situação, mas um jogo de instruções. (MAYR, 1992, p.127).

<sup>38</sup> Grosso modo, Mayr compreendeu a diferença entre as causas próximas e as causas remotas como uma distinção entre a decodificação de um programa genético (causas próximas) e a mudança de um programa genético pela evolução (causas remotas). (MAYR,1998).

<sup>39</sup> “A biologia evolucionista trouxe para o estudo dos seres vivos o que a revolução científica e o mecanicismo haviam proposto para a natureza em geral: a substituição das causas finais por causas eficientes imediatas”. (FERREIRA, 2003, p.186).



Tendo em vista que os seres biológicos são constituídos a partir de suas partes (caráter funcional), mas também podem ser analisáveis pelo todo (caráter histórico). Observa-se que em muitas circunstâncias é necessário pesquisar por qual motivo uma espécie  $x$  herdou uma característica  $y$  e, por conseguinte, age de forma semelhante aos seus ancestrais. Em outras ocasiões, é preciso avaliar como a fisiologia de  $z$  funciona, considerando que um dos seus órgãos vitais possui má-formação. Podemos dizer que Darwin<sup>40</sup>, de maneira indireta, ao pesquisar as espécies e suas dinâmicas colocou luz nessa divisão, apesar de apenas, mais tarde, ter sido Mayr (1988, 1998, 2005) que a estabeleceu.

Darwin revolucionou os estudos na esfera da biologia, porque suas investigações empíricas no ambiente abriram espaço não só para interrogações, mas para constatações relevantes. Ele constatou, por exemplo, influenciado por Thomas Malthus (1826), que as espécies se multiplicam na natureza por meio de uma progressão geométrica. E que, “em virtude do princípio tão poderoso da hereditariedade, toda a variedade objeto da seleção tenderá a propagar a sua nova forma modificada” (DARWIN, [1859] 2003, p.17). Darwin também verificou que alguns elementos pertencentes à mesma espécie, são mais capazes que outros porque conseguiram se adaptar, apesar das contingências ocorridas ao longo dos tempos.

Uma das conclusões de Darwin está relacionada ao comportamento das espécies. Isso porque os hábitos comportamentais têm ligação com a interação<sup>41</sup> entre as espécies e o ambiente. A seleção natural passou a ser a pedra angular na construção teórica de Darwin.<sup>42</sup> A natureza é organizada a partir de teorias que não são constantes.<sup>43</sup> Há variáveis em jogo quando, por exemplo, se busca estudar uma determinada espécie de répteis, cujo objetivo é detectar o motivo de uma repentina mudança de comportamento sexual. O problema em

---

<sup>40</sup> O estudo de Darwin é denominado teoria da evolução, porém o biólogo não utilizava essa definição, ele usava a expressão descendência com modificações. Todas as regras, todas as dificuldades, todos os meios de classificação que precedem se explicam, a menos que eu esteja completamente enganado, admitindo que o sistema natural tenha por base a descendência com modificações, e que os caracteres olhados pelos naturalistas como indicando afinidades reais entre duas ou muitas espécies são os que devem por hereditariedade a um pai comum. (DARWIN, [1859] 2003, p.480). A evolução é um termo que possui uma conotação positiva, todavia as espécies não possuem um caráter apenas favorável e a descendência com modificações não ocorrem apenas sob a perspectiva positiva.

<sup>41</sup> A evolução ocorre especialmente por meio da divergência entre as espécies, um processo de caráter não linear. (MEYER; EL-HANI, 2005, p.15).

<sup>42</sup> “Tanto amigos quanto opositores de Darwin ocasionalmente o classificaram como um teleologista. É verdade que ele era no princípio da carreira, mas abriu mão da teleologia depois de ter adotado a seleção natural como mecanismo de mudança evolutiva”. (MAYR, 2005, p. 32).

<sup>43</sup> Darwin trabalha em um espaço em que se pode estabelecer algo, ou seja, o espaço das possibilidades, do verdadeiro e do falso. (HACKING, 2006, p. 27).



questão pode advir de vários motivos: uma disfunção fisiológica, um fator ambiental referente a alguma contaminação, uma característica herdada de um ancestral, dentre outros. Há algumas variáveis a serem consideradas nas causas próximas, já que essas são pautadas em conhecimentos funcionais do organismo, como a fisiologia.

A seleção natural nada pode produzir numa espécie, com um fim exclusivamente vantajoso ou nocivo a outra espécie, se bem que possa trazer a produção das partes, de órgãos ou excreções muito úteis e mesmo indispensáveis, ou muito nocivas a outras espécies; mas, em todos os casos, estas produções são ao mesmo tempo vantajosas para o indivíduo que as possui. (...) Admite-se geralmente que a formação de todos os seres organizados repousa sobre duas grandes leis; a unidade do tipo e as condições de existência. (DARWIN, [1859] 2003, p. 226).

O mecanismo da seleção natural é uma chave mestra de Darwin, cuja fonte se baseia na fixação das espécies no ambiente. Com isso, o meio natural, bem como seus membros, sobrevive, se reproduz, permanece por um tempo e depois desaparece – graças à sua capacidade de se adaptar ao meio dadas as condições e circunstâncias envolvidas. Consequentemente, o interesse maior é trazer benefícios para todas as espécies. Por essa razão, não sobrevive o mais forte, mas o mais habilitado a sofrer as mudanças: seja devido a predadores, a alterações climáticas ou busca por alimentos. Essa adaptação<sup>44</sup> é possível graças às constantes mudanças ocorridas, seja nos aspectos individuais das espécies, como a fisiologia ou neurologia, ou nos aspectos ambientais.

Sendo assim, alterações na flora e na fauna podem modificar muitos organismos e/ou espécies, alguns melhoram, outros declinam. Suas manutenções em seus habitats dependem do modo como irão interagir, em como essas mudanças irão afetá-los. Digamos que uma espécie *e* tenha os mesmos hábitos que uma espécie *e<sub>1</sub>*, o impacto de uma sobre a outra dependerá, entre outras coisas, da concorrência por alimentos, abrigo e o modo como irão lidar com essa competição. Por essa razão, a biologia é mais bem compreendida e/ou lida melhor com teorias e não com leis estanques. No entanto, isso não quer dizer que a flora e a fauna estão sujeitas a uma constante variabilidade ao ponto de não ser possível delimitar parâmetros. Dentre os estudos de Darwin<sup>45</sup>, iremos exemplificar dois: o primeiro se refere à

---

<sup>44</sup> “Para o darwinismo não há adaptação ideal, absoluta de um organismo. A adaptação de um ser vivo é sempre local, relativa a um meio ambiente particular.” (ABRANTES, 2004, p.14).

<sup>45</sup> O estudo de Darwin é denominado teoria da evolução, porém o biólogo não utilizava essa definição, ele usava a expressão descendência com modificações. Todas as regras, todas as dificuldades, todos os meios de classificação que precedem se explicam, a menos que eu esteja completamente enganado, admitindo que o sistema natural tenha por base a descendência com modificações, e que os caracteres olhados pelos naturalistas como indicando afinidades reais entre duas ou muitas espécies são os que devem por hereditariedade a um pai

variabilidade das espécies e o modo como os animais domésticos se desenvolvem em comparação aos selvagens. No ambiente selvagem, há mais homogeneidade, os traços são preservados, uma vez que os indivíduos costumam se reproduzir com exemplares similares. Já no âmbito doméstico, a variação ocorre com muita frequência, pois a diversidade facilita a reprodução de espécies mescladas (DARWIN, [1859] 2003, p. 28). O segundo diz respeito à seleção inconsciente que os seres humanos fazem e/ou, involuntariamente, ocasionam à procriação de animais com raças diferentes, tornando possível a formação de híbridos. Nesse caso, “é uma seleção metódica, criar novas castas ou sub-raças superiores a todas aquelas que existem no país” (DARWIN, [1859] 2003, p. 46).

No que tange aos sistemas perceptuais e cognitivos dos animais, para Millikan (VM), esses sistemas atuam em consonância com as informações locais advindas dos ambientes em que vivem. Assim, a origem evolutiva das espécies, seus traços, seus ancestrais, parentescos etc são essenciais para que sejam firmados enquanto tais. Contudo, seus desenvolvimentos (ontogenética) e suas fixações no meio ambiente são vinculados ao modo como conseguem enfrentar, resistir, superar, enfim interpretar o mundo. Diante disso, Millikan considera que essas informações podem ajudá-los a gerenciarem e a controlarem o que é útil para que possam introduzir considerações sobre o ambiente de um modo controlado (MILLIKAN, VM, p. 35).

Ademais, embora Millikan não seja darwinista, a sua linha argumentativa transita pelo processo de seleção, não só natural, mas cultural também (MILLIKAN, VM, p.05). Segundo Millikan (LTOBC, VM) a sobrevivência e a proliferação das espécies ocorrem mediante condições ideais e/ou mecanismos Normais<sup>46</sup>, resultados do nosso desenvolvimento biológico. Na realidade, para Millikan rastreamos no mundo “propriedades” ou “substâncias”<sup>47</sup> que não são conectadas diretamente ao encadeamento de categorização linguística, já que somos conduzidos por uma teoria naturalista do conhecimento.

No que diz respeito ao significado linguístico e ao conteúdo intencional, conforme Millikan (LTOBC), esses são enigmáticos porque são desprovidos de elementos factuais. Os signos naturais costumam ter uma relação direta entre representação e representado, como “nuvens negras indicam chuva”, apesar de ser possível não chover imediatamente e/ou não

---

comum (DARWIN, [1859] 2003, p.480). A evolução é um termo que possui uma conotação positiva, todavia as espécies não possuem um caráter apenas favorável e a descendência com modificações não ocorrem apenas sob a perspectiva positiva.

<sup>46</sup> Analisaremos os mecanismos Normais no segundo capítulo.

<sup>47</sup> Trataremos sobre as substâncias no terceiro capítulo.

chover no local em que essas nuvens estão sendo vistas. Mas no que tange às expressões linguísticas, tais como as analíticas, seus resultados advêm de uma conexão direta, aquilo que está sendo dito precede de uma espécie de análise essencial, como “o homem é um animal racional” porque *a priori* se retirarmos a racionalidade do ser humano, ele deixa de ser humano.

No entanto, os conteúdos intencionais e significados linguísticos exigem uma análise mais complexa, como as noções de compreensão e contexto. Quanto ao significado linguístico<sup>48</sup>, um indivíduo pode dizer *x*, sem que *x* seja o caso e aquele que produziu, não necessariamente, precisa se comprometer com a compreensão do ouvinte. Cabe ao ouvinte, o consumidor, construir a sua análise semântica dadas, sobretudo, as circunstâncias em que está inserido, isto é, fazer a interpretação. Millikan sugeriu a produtividade e a incorporação para tratar os signos. “As estruturas que determinam o significado são arquitetônicas. O significado de um signo é determinado como uma função dos valores de variáveis significantes ou por exibições determináveis pelo signo” (MILLIKAN, VM, p.48).

A produtividade envolve a incorporação de ingredientes mediante elementos que se repetem e que são úteis (MILLIKAN, UC, p.100), logo são verificáveis em circunstâncias semelhantes. O conteúdo da representação é firmado por uma função, por funções biológicas que anexam produtos da seleção natural e cultural (LEAHY, 2014, p.198). Por esse motivo, os novos conhecimentos podem ser incorporados, já que, como seres múltiplos e criativos, nós, seres humanos temos habilidades o suficiente para usarmos os mesmos signos para formarmos novas representações e/ou reforçarmos outras.

Em Connecticut, os gansos que voam para o sul são signos naturais locais recorrentes da aproximação do inverno. Agora, considere o que é que se repete. Os gansos estão voando para o sul através de Connecticut em 25 de novembro de 2003, é um signo natural de que haverá inverno em Connecticut logo após o dia 25 de novembro de 2003. Exatamente este "mesmo signo" - outro símbolo do mesmo tipo de signo - ocorrerá. Eu suponho que, mais tarde naquele mesmo dia, mais gansos irão voar para o sul através de Connecticut. (MILLIKAN, VM, p.48)<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Outras teorias acerca do significado, tais como a de Frege (1892) utiliza a composicionalidade em sua teoria.

<sup>49</sup> In Connecticut, geese flying south are local recurrent natural signs of the approach of winter. Now consider what it is that recurs. That geese are flying south through Connecticut on November 25, 2003, is a natural sign that there will be winter in Connecticut soon after November 25, 2003. Exactly this "same sign"- another token of the same sign type - will recur, I suppose, if later that same day more geese fly south through Connecticut. (MILLIKAN, VM, p.48).

Quanto à seleção das formas linguísticas, segundo Millikan, essa seleção ocorre no nível social. A linguagem sobrevive quando ela cumpre funções cooperativas com frequência suficiente, funções que recompensam de uma só vez tanto os oradores quanto os ouvintes (embora muitas vezes possam ser recompensados de outras maneiras no final). As expressões linguísticas proliferam quando se ajuda o orador e a cooperação dos ouvintes em projetos comuns - normalmente, o orador de compartilhamento de informações e o ouvinte têm um interesse mútuo em compartilhar e/ou coordenar projetos e atividades (MILLIKAN, LBM, p. 85). O fenômeno do conhecimento advém de uma teoria evolucionária (MILLIKAN, WQPA, p.242). Dessa maneira, levando em consideração que essa abordagem de Millikan é pautada na noção de função própria, iremos abordar na próxima seção as principais linhas teóricas acerca de função, a etiológica de Wright (1973) e a funcional sistêmica de Cummins (1975).

### 2.3.1 Uma análise sobre funções

As causas remotas e próximas também podem ser esboçadas a partir de uma abordagem funcional. Assim, enquanto elas podem ser explicadas a partir das funções etiológicas, como em Wright (1973), Neander (1998) e Millikan (LTOBC, WQPA), as causas próximas podem ser delineadas mediante a análise funcional de Cummins (1975). O estudo das funções é inserido em um escopo natural e intencional. Reconhecer a função de um objeto é tão importante quanto discernir o significado de uma expressão linguística, já que ambos os conceitos, o de função e o de significado, têm relação com o modo como identificamos objetos e/ou seus conceitos.

Funções podem ser muito variadas. Quando uma droga  $x$  é produzida para combater microrganismos  $y$  e controlar a enfermidade  $z$ , processo de elaboração do medicamento passa por testes os quais têm como objetivo verificar a atuação e a resistência da droga nos organismos. Os experimentos são controlados e seus resultados obtidos primeiramente através da indução. Uma máquina  $w$  é feita com a finalidade de confeccionar tecidos. A função do sistema respiratório é garantir as trocas gasosas. Um artefato cultural possui o papel de divulgar e propagar a herança de uma localidade. Uma espécie  $n$  possui uma pele mais espessa para facilitar a absorção de calor e a transpiração e, com isso, essa espécie consegue aguentar as altas temperaturas da região onde vive. Uma das abordagens mais estudadas sobre função é a de Wright (1973). Fazem parte do escopo, aspectos teleológicos, históricos e

etiológicos. O estudo da etiologia se preocupa em avaliar qual a origem de um determinado item no âmbito histórico. Millikan<sup>50</sup> (LTOBC, DPF, WQPA) também têm preocupações etiológicas, mas com nuances um pouco diferentes das de Wright (1973). A função de algo a partir do aspecto etiológico, “explica como algo chegou lá – *teve sucesso porque fez tal e tal* (o porquê sendo etiológico)” (HACKER, 2010, p.171).

Colocando a questão dessa maneira sugere que as explicações funcionais de atribuição são, em algum sentido, etiológicas, concernentes ao fundo causal do fenômeno em consideração. E isso é, de fato, o que desejo argumentar: explicações funcionais, embora claramente não causais no sentido usual e restrito, dizem respeito a como a coisa com a função *f* chegou lá. Portanto, são etiológicos, o que significa dizer "causal" em um sentido estendido. (WRIGHT, 1973, p.156)<sup>51</sup>.

Para Wright (1973), o fato de outras teorias não ter estabelecido com clareza a distinção entre utilidade, acidente e função, ocasionaram uma imprecisão na tentativa de delinear uma proposição que comportasse algo realmente plausível sobre funções. Embora muitos itens tenham sido feitos para algo específico, há atividades que esses itens podem desempenhar que indicam o quanto essas atividades podem ser úteis, mas não são necessariamente suas funções. No entanto, cada um possui um papel que, além de caracterizá-lo, permite diferenciá-lo de outros itens – sendo também capaz de repassar tal característica para outros itens da mesma classe. Esta é sua função.

Wright (1973) analisa quais traços foram selecionados para fazer o que fazem. Sua maior preocupação é delinear o caminho das características (NEANDER, 1998, p. 454). Dentro do domínio da ciência, a biologia se encontra na tarefa de fazer uma demarcação clara que diferencie itens selecionados daqueles não selecionados. Levando em conta que não é possível universalizar as leis da biologia, visto que na natureza observamos elementos inconstantes e muitas variáveis para serem calculadas, é perfeitamente possível traçar alguns elementos gerais, ao invés de estabelecer exatamente sob quais condições um traço emergiu e/ou quais as causas exatas para a sua permanência (CARMO, 2012, p. 380).

Wright (1973) definiu como determinar a origem de uma função de dois modos:

(A) *X* existe porque faz *Z*,

---

<sup>50</sup> No segundo capítulo, esboçaremos a teoria acerca das funções próprias de Millikan (DPF, LTOBC, WQPA).

<sup>51</sup> Putting the matter in this way suggests that functional ascription-explanations are in some sense etiological, concern the causal background of the phenomenon under consideration. And this is indeed what I wish to argue: functional explanations, although plainly not causal in the usual, restricted sense, do concern how the thing with the function got there. Hence, they are etiological, which is to say 'causal' in an extended sense. (WRIGHT, 1973, p.156).

(B)  $Z$  é uma consequência (ou resultado) de  $X$  existir.<sup>52</sup>

O (A) indica a condição necessária, é uma forma etiológica de descrição, uma explicação funcional; a (B) distingue esta de outras explicações etiológicas, ou seja, é uma condição suficiente. Para Millikan, a busca por condições suficientes e necessárias e/ou critérios para funções é um programa, no mínimo, confuso. Em específico, quando está investigando as funções semânticas, considera esta busca uma visão equivocada da natureza da linguagem e do pensamento, equivalente a defender o círculo quadrado de Meinong (1904) (MILLIKAN, DPF, p. 290).

A concepção de Wright (1973) possui limites, pois as pressões seletivas e o ambiente natural são inconstantes. Portanto, é um pouco difícil precisar a atuação da pressão seletiva sob um determinado traço. A dificuldade inicial é referente aos efeitos que surgem correlacionados com outros e, assim, determinar qual o efeito é possível para identificar sua função. Exemplo: A seleção de genes ocorrida em uma dada espécie pode ter ocasionado, simultaneamente, um aumento em suas capacidades respiratórias e uma maior incidência de problemas cardíacos (AMUNDSON; LAUDER, 1994, p. 448).

O outro problema é exemplificado por casos que mostram a incidência de um traço complexo, tornando complicado determinar qual o seu foco, o que tornou possível a existência de um traço por meio de sua função. A concepção de Wright é uma “abordagem explicitamente causal das funções, em termos do que ele chamou de etiologia da consequência (*consequence-etiology*)” (NETO & EL-HANI, 2009, p. 360). No entanto, para Millikan (DFP, p.297), uma das falhas de Wright (bem como a de muitos outros teóricos) é a de não considerar os casos falhos e, com isso, não lidar exatamente com uma abordagem naturalista. Os casos falhos de Wright (1973) surgem como se eles fossem isolados.

Uma outra possível abordagem do que sejam funções é a de Cummins, apresentada em seu artigo “Functional analysis”, de 1975. Lida com o conceito de função como se fosse uma capacidade que um item e/ou traço tem de desempenhar um determinado papel em um sistema, não importando sua informação histórica. “Uma capacidade complexa de um organismo (...) pode ser explicada mediante ao apelo a uma análise funcional, independentemente de como essa capacidade se relaciona à capacidade do organismo de manter à espécie” (CUMMINS, 1975, p. 756).

---

<sup>52</sup> WRIGHT, 1973, p. 161.

Para Cummins (1975), a noção de função não tem a ver com a história evolutiva. Por essa razão, o escopo de sua teoria se concentra na biologia funcional, cuja base é fundamentada por e/ou é alinhada a aspectos físico-químicos. Para Cummins, um sistema tem de ser avaliado no seu todo e cada peça trabalha conforme a sua disposição de se encaixar ou ajustar ao sistema.

A sua teoria parte de dois prismas:

A) A estratégia da subsunção: as peças se encaixam de acordo com as suas capacidades em se adaptar àquele sistema. Por exemplo, os metais reagem aos fenômenos da dilatação e da contração porque as suas propriedades têm a disposição de dilatar com o aumento da temperatura e voltar ao seu volume original, com o resfriamento.

B) A estratégia analítica faz referência à disposição das peças de um objeto (como uma máquina) que funcionam por intermédio de um arranjo em cadeia. O bom funcionamento da máquina é consequência do ajuste das peças em conjunto.

As suposições (A) e (B) formam o núcleo das abordagens que buscam minimizar as diferenças entre explicações funcionais e explicações não formuladas em termos funcionais. Tais abordagens não deram muita atenção à caracterização da estratégia explicativa especial que a ciência emprega ao usar a linguagem funcional, pois o problema, tal como foi concebido em tais abordagens, foi mostrar que a explicação funcional não é realmente diferente em aspectos essenciais de outros tipos de explicação científica. (CUMMINS, 1975, p. 757)<sup>53</sup>.

Se aceitarmos ambas as posições funcionalistas apresentadas acima, podemos afirmar que órgãos e organismos podem ser, primeiramente, analisados a partir do caráter histórico — quando for necessário investigar, por exemplo, por qual razão um animal *x* possui asas; e, no que se refere aos órgãos, quanto à fisiologia, por ser preciso estudar o comportamento alimentar do animal ou, para identificar o mau funcionamento do estômago, se houve alguma mudança fisiológica que possa ter afetado o processo digestivo. Assim como em relação às causas remotas e próximas, a abordagem das funções, etiológica e funcional, é complementar, na medida em que, quando não for possível encontrar respostas na história, será necessário

---

<sup>53</sup> The assumptions (A) and (B) form the core of approaches that seek to minimize the differences between functional explanations and explanations not formulated in functional terms. Such approaches have not given much attention to the characterization of the special explanatory strategy science employs in using functional language, for the problem as it was conceived in such approaches was to show that functional explanation is not really different in essentials from other kinds of scientific explanation. (CUMMINS, 1975, p. 757).



avaliar sob a perspectiva físico-química. Amiúde o conceito de função é confundido com outros termos bem diversos, tais como utilidade e acidente, que iremos expor na próxima seção.

### 2.3.2. Sobre os termos utilidade, acidente e função

A utilidade é uma qualidade que podemos atribuir a itens, objetos, artefatos, seres naturais, entre outros, que são capazes de realizar múltiplas tarefas. Em uma abordagem ampla e/ou no campo do ordinário, a utilidade se aplica a algo diverso, faz referência às atividades que quaisquer pessoas podem executar. Por essa razão, muitos itens, bem como qualquer pessoa pode ocupar o mesmo espaço e/ou lugar que tantos outros. Ter muitas habilidades fornece a chance de muitos indivíduos executarem, de modo similar, o mesmo trabalho. O foco da utilidade é tudo aquilo que é feito em relação a algo maior, é um meio para se alcançar um fim, ou seja, um meio para se alcançar um objetivo específico.

As coisas são úteis apenas em relação umas às outras, a utilidade não ocorre na coisa em referência a si mesma. Quando algo é útil, somente o é porque serve como um degrau para se alcançar algo maior. Deve-se distinguir, portanto, as coisas boas em si mesmas das coisas úteis em relação às coisas boas em si. Por conseguinte, “(...) o útil, portanto, enquanto útil, existe apenas em vista de outra coisa diferente de si” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 5-10, p.22).

No mundo físico, podemos observar os mais variados exemplos de itens, dispositivos, artefatos, etc., produzidos com uma finalidade específica, mas que, apesar do seu design, podem cumprir outras atribuições. Ou seja, mesmo que tenham sido fabricados visando à realização de algo determinado, seus experimentos iniciais deram lugar a outras utilidades. Como um relógio que, embora tenha por propósito a verificação e/ou mensuração das horas do dia, pode servir também como um cronômetro e/ou um despertador. Outro exemplo são as folhas das plantas que, por meio da clorofila, realizam a fotossíntese, mas que comportam também outras utilidades, como a elaboração de chás, medicamentos naturais – ou que podem também ser úteis para os indígenas, como para elaboração de adornos e vestimentas.

Na indústria farmacêutica, muitas drogas não são capazes de erradicar e/ou atenuar o problema que a originou, como a substância sildenafil, cuja indicação inicial era servir como auxílio da pressão arterial e para a angina – e que, no entanto, passou a ser usada para tratar a



disfunção erétil (FREITAS, 2015, p. 04). Ou ainda, a bebida Coca-Cola, originalmente inventada no século XIX por John Pemberton<sup>54</sup> com propósito inicial de ser usada como um fármaco, mas que se tornou mundialmente famosa como um refrigerante à base de um xarope de amido gasoso doce.

Nessa perspectiva, o relógio e as folhas podem ser entendidos como portadores de múltiplas tarefas. Já no caso dos exemplos do medicamento sildenafil e do refrigerante, estes são produtos que foram feitos para um determinado fim, porém, por acidente, passaram a ter outros propósitos. O acidente enquanto uma contingência permite inferir que esses produtos, portadores de uma finalidade inicial, podem perfeitamente concretizar outras funções imprevistas na ocasião da sua elaboração.

A contingência é um campo minado e, por isso, não se consegue obter resultados conclusivos em relação ao real propósito de algo. Analogamente, estar no campo da contingência é equivalente a estar no meio de um oceano, sem uma bússola e sem saber para onde navegar. Esse fato, do mesmo modo que no caso da utilidade, pode nos deixar incomodados e até mesmo perplexos. Isso porque a contingência não nos fornece uma ideia clara sobre por qual motivo desses itens específicos existirem e o que torna possível suas continuidades. O seu caráter múltiplo não nos oferece uma explicação plausível acerca da relação existente entre o objeto e a sua competência, isto é, indica apenas as suas possibilidades. O acidental é impreciso e, por definição, não costuma apontar uma direção correta, já que interfere naquilo que parece ser essencial. Ou seja, não mostra o caminho que devemos seguir para compreendermos a explicação finalista envolvida, seja no mundo físico e/ou natural. Sendo assim, tanto a utilidade, quanto o acidente são prejudiciais quando perseguimos a função de algo.

É muito provável que a distinção central desta análise (*entre função e acidente*) seja a diferença entre a função de algo e outras coisas que não são sua função (ou uma de suas funções). A função de um telefone está efetuando uma comunicação rápida e conveniente. Mas há muitas outras coisas que os telefones fazem: ocupam espaço na minha mesa, me perturbam à noite, absorvem e refletem a luz e assim por diante.<sup>55</sup> (WRIGHT, 1973, p.141 – *grifos nosso*).

---

<sup>54</sup> FAVARETTO, M.C. Nasce um gigante. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/PDFTrabs/MI-CocaCola.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

<sup>55</sup> Very likely the central distinction of this analysis is that between the function of something and other things it does which are not its function (or one of its functions). The function of a telephone is effecting rapid,

Já a função, ao contrário, da utilidade e do acidente, nos fornece uma justificativa para especificarmos com clareza não só a *razão* (final) da existência de algo, mas também de apontar qual mecanismo e/ou dispositivo é competente e apto a executar o seu trabalho. O termo função não é exatamente sinônimo de finalidade, porém ambos estão vinculados.<sup>56</sup> O termo finalidade apresenta-se na biologia como “propósito natural” e a expressão biológica “função”, dependendo do contexto, pode ser equivalente a desempenhar um papel. Desempenhar um papel, estritamente falando, é ocupar um espaço, uma posição, um cargo e/ou um lugar em um sistema. Um bibelô, por exemplo, costuma ocupar espaços em uma prateleira e/ou em uma estante. Mas a ocupação ou desocupação do espaço não caracteriza precisamente o enfeite como algo realmente importante, ou seja, se o retirarmos de onde ele se encontra, possivelmente nada irá mudar.

O coração produz uma variedade de sons que são úteis para propósitos de diagnóstico. Mas produzir sons não é uma das funções do coração, e ser útil para o diagnosticador não é o mesmo que servir ao bem de um ser que tem um coração. A especificação da função ou funções de uma coisa explica para que ela serve: ela existe a fim de executar ou preencher essa função ou essas funções. (HACKER, 2010, p.175).

Ter uma função ou desempenhar um papel pode, ainda, ser equivalente a fazer algo que seja insubstituível por outrem e/ou trabalhar em uma tarefa que apenas pessoas preparadas podem executar. No caso das profissões, para cada uma delas, há uma classe específica de indivíduos, os quais podem desempenhá-la, por terem perícia, conhecimento e formação para tanto. Ou seja, “cada um discerne corretamente apenas em matérias que conhece, e é também a respeito delas que é um bom juiz” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 1095a1-5, p.19). Vale ressaltar que o aspecto teleológico de uma função pode não implicar que deva existir uma causa final que determine a função. O aspecto teleológico pode estar contido no próprio organismo, ou seja, o organismo sabe exercer determinada função porque ele contém em si a disposição, propósito, de exercer tal função, com vistas a executar determinada tarefa, finalizar certa tarefa, concretizá-la.

---

convenient communication. But there are many other things telephones do: take up space on my desk, disturb me at night, absorb and reflect light, and so forth. (WRIGHT, 1973, p.141).

<sup>56</sup> Para Aristóteles, todas as coisas tendem para um Bem, essa é a sua finalidade. Assim, do mesmo modo que não posso ser a Rainha da Inglaterra, papagaios não miam, porque não faz parte de nossas naturezas. Os seres humanos agem sempre tendo em vista um determinado fim. E a finalidade das ações humanas é em prol de um sumo bem, cujo objetivo maior é a Felicidade. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 1094a1, p.17).

Um professor cumpre a sua função, seu papel como docente é ensinar; um juiz exerce seu cargo de presidir casos; um engenheiro desenha projetos – e no caso desses três exemplos, eles não guardam semelhança com aquele do bibelô. O professor, o juiz ou o engenheiro, ou qualquer outro sujeito que exerça uma profissão específica, realiza determinadas ações porque foi preparado para isso – ou seja, inúmeras pessoas estudaram para desempenhar essas atividades. Por esse motivo, em nenhuma das três profissões citadas (ou em muitas outras), não é qualquer sujeito que é capaz de executar essas funções e, exatamente por isso, não é permitido a indivíduos não preparados exercer uma profissão sem a formação necessária. Isso é bastante diferente de algo que é usado apenas como um ornamento.

Certamente que em se tratando de seres humanos, situá-los em um caráter mecanicista funcional restringe bastante as potencialidades humanas. Mesmo porque embora seja um traço distintivo dos bancos escolares a função propedêutica e, em consequência, as graduações e titulações especializem cada vez mais os profissionais, as nossas capacidades estão além de tudo isso. Contudo, apesar de mercado de trabalho ter essa particularidade preparatória, as aptidões e competências das pessoas são múltiplas já que podem escolher entre uma gama de possibilidades. Aliás, um dos maiores talentos das pessoas é justamente as suas possibilidades de ações. Estamos sempre abertos a novos aprendizados e atuações. Na realidade, o caráter biológico é apenas um aspecto, como coloca Millikan (VM). De qualquer modo, para a presente discussão interessa-nos o caráter mecanicista funcional. Tendo isso em vista, na próxima seção analisaremos o funcionalismo computacional para traçarmos um contraponto ao teleofuncionalismo (teleosemântica) de Millikan.

#### **2.4. O funcionalismo: uma abordagem mecanicista**

Costumamos perceber o mundo por intermédio de nossos sentidos. Observamos pela janela a chuva que cai no final da tarde, não precisamos verificar um termômetro quando a temperatura está elevada, pois nossos corpos suados podem denunciar esse aumento. Somos capazes de saber como está o tempo, mesmo que estejamos trancados em nossas casas. Mesmo no escuro, temos ciência da disposição dos objetos em nossas casas, já que estamos acostumados a visualizá-los diariamente. Além disso, todos esses exemplos podem ser compartilhados com outras pessoas, embora possam ter variações perceptivas, como o fato de algumas delas sentirem mais calor que outras.

Pode-se dizer que não existe uma única concepção de percepção, comum a todas as pessoas, que pessoas com idades diferentes e com diferentes graus de instrução podem ter concepções um pouco diferentes entre si, mas talvez caiba falar de algumas características muito gerais que delinham algo como um conceito comum de percepção, embora vago e impreciso. (SMITH, 2014, p.111).

No que se refere a outras sensações, posso, ao degustar um alimento diferente, começar a sentir uma comichão no rosto e essa experiência é algo particular e impossível de ser compartilhada com alguém que se encontre próximo – é possível, no máximo, explicar a sensação. Do mesmo modo, não podemos aliviar a dor de um filho, não tem como senti-la por ele. Comichões, coceiras, dores, etc., podem ser uma espécie de enigma, uma vez que são sensações privadas – embora, em muitos casos, possam ser denunciadas pela forma como nos comportamos.<sup>57</sup> No entanto, qualquer pessoa é capaz de fingir, tendo em vista que a verificação empírica, nesses casos, não é possível.

Em virtude disso, os filósofos que têm se debruçado a estudar a mente não chegaram à conclusão sobre algumas questões. No entanto, como é o esperado em qualquer teoria filosófica, levantaram perguntas relevantes. Sendo assim, algumas questões mais significativas giram em torno de uma possível ontologia da mente e sobre qual a relação existente entre o físico e o mental. Por conta disso, diferentes hipóteses começaram a ecoar nos bancos filosóficos. Dentre elas, podemos expor especificamente duas, as quais podem, ao serem contrapostas, nos conduzir em uma linha explicativa viável aos nossos interesses: o dualismo cartesiano e o funcionalismo.

O dualismo cartesiano<sup>58</sup> coloca o corpo (cérebro) e a mente em dois patamares distintos, já que, para Descartes (1637), são duas substâncias ontologicamente distintas. Desse modo, enquanto ocupa espaço, o corpo é extenso; a mente, por sua vez, é imaterial e carrega a alma<sup>59</sup>. “Suponho, portanto, que todas as coisas que vejo são falsas; persuado-me de que jamais existiu de tudo quanto minha memória referta de mentiras me representa” (DESCARTES, [1637] 1973, p.98). “A introspecção desponta na obra de Descartes como o modo privilegiado de acesso ao mental.” (VICENTINI, 2001, p.224).

---

<sup>57</sup> Em concordância com os critérios de objetividade científica, os behavioristas procuravam reduzir todo estudo do mental a fenômenos que pudessem ser observados publicamente. (VICENTINI, 2001, p.226).

<sup>58</sup> Com efeito, deve-se a Descartes a revolução filosófica que trouxe como consequência fundamental a separação entre mente e corpo, ou entre *res cogitans* e *res extensa*. (TEIXEIRA, 1991, p.109).

<sup>59</sup> Essa posição ganhou adeptos no campo teológico.

Ao traçar uma analogia para melhor expor essa teoria, podemos analisar um caso simples: um ventríloquo e seu boneco. Um ventríloquo é um artista que utiliza bonecos, manipula-os com as mãos e projeta a sua voz para simular a fala e, com isso, cria a ilusão diante da plateia de que o boneco tem vida. Podemos estabelecer uma correlação entre o artista (mente) e o boneco (corpo-cérebro). É claro que tal comparação é, no mínimo grosseira, pois humanos são criaturas vivas, mesmo pensando na dualidade cartesiana; já bonecos são objetos inanimados, inertes. Por outro lado, essa analogia pode ser utilizada com fins explicativos e é útil a esse trabalho.

Nesse caso, o boneco é análogo a um corpo, e o artista a mente, cujas atitudes e ações fornecem movimento ao boneco – mesmo que esse não seja provido de vitalidade. Assim como o corpo para Descartes, o boneco é, grosso modo, uma máquina que necessita de uma mente (o artista), que para trabalhar por completo necessita do suporte do boneco.

O funcionalismo, por sua vez, não se interessa pela ontologia da mente, tampouco busca especificar o corpo. No sentido estrito, a linha argumentativa dos funcionalistas compete às informações que se referem a “*como*” trabalha uma mente – posto que, em última instância, um cérebro é a parte física que comporta o mental, cujos estados mentais funcionam, analogamente, a um computador (PUTNAM, 1960, p.20).

De acordo com o funcionalismo, a natureza essencial dos desejos e das dores não deve ser buscada na matéria de que são compostos, mas sim na função que cada um executa. De que tipo de matéria a dor é feita? As dores são feitas de alguma espécie de moléculas físicas? Ou são feitas de alguma espécie de matéria mental imaterial? De acordo com o funcionalismo, podemos descrever as características essenciais dos nossos estados mentais sem mencionar o material de que são feitos. (CESCON, 2010, p. 324).

O aspecto funcional não é material, mas necessita de uma base material para trabalhar. De maneira semelhante, em um computador o hardware é caracterizado pela parte física, enquanto que o software é operacional, não sendo possível operar uma delas isoladamente. Ademais, diferentes hardwares podem lidar com o mesmo software e vice-versa (SANT’ANNA, 2012, p. 02). Putnam (1960), ao tratar sobre isso, menciona a máquina de Turing. Sua arguição compara, em primeiro lugar, um sujeito sentindo dor em contraposição a um computador em um estado específico.

Na realidade, a base para compreendermos isso se concentra na relação entre entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*). Em um computador, o sistema operacional é, basicamente, negativo *versus* positivo, o sistema binário. Em uma mente, por outro lado, em linhas gerais recebemos um *input*, um determinado estímulo ou percepção do exterior, que é processada em nossas caixas pretas (nossas mentes) para, logo em seguida, ser respondida por meio de um *output*. Assim, “o que parece ter posto o funcionalismo no centro do debate em torno do problema mente-corpo, nos últimos trinta anos, foi o fato dele ter apresentado como uma terceira via entre dualismos de substâncias e fisicalismos de tipo”. (ABRANTES; AMARAL, 2002, p.14).

As sensações, os sentimentos, bem como os estados mentais intencionais, como a intenção, desejo, crença etc., são relativamente razoáveis de avaliar. Assim, a maioria das situações que ocorrem no cotidiano são passíveis de serem analisadas: alguém feliz quando constata aprovação em uma prova, receber a notícia é um *input*, e a reação de ficar feliz é o *output*; um pai costuma ficar zangado quando o time dele perde; a amiga grávida com o desejo de comer melancia quando sentiu o cheiro da fruta ao passar por uma feira; a intenção de ser professora (o) e, com isso, realizar o ingresso em um curso de licenciatura, e assim por diante.

Estados mentais não são idênticos a estados físicos porque se movimentam de modos distintos. Quando escorrego no chão molhado e machuco o joelho, o hematoma produzido não é o mesmo que a dor sentida, mas sim aponta para algo e a sensação dolorida é processada. O que podemos dizer é que um complementa o outro. Do mesmo modo, o funcionamento da mente se dá mediante um software amparado por um hardware – grosso modo, uma base matemática – cujo processamento ocorre a partir da programação efetuada. Nesse sentido, de maneira equivalente a como fazemos operações matemáticas e lógicas, os resultados se dão em um processo abstrato.

Do mesmo modo como fizemos a analogia do ventríloquo e o boneco, para o funcionalismo é possível pensar paralelamente com um robô. Consideremos, então, hipoteticamente um robô que foi criado para realizar tarefas domésticas. Para realizar tais tarefas, seu sistema opera a partir de uma programação determinada, cujos comandos principais são ativados pelo pressionamento de uma combinação de teclas. Diante disso, por meio desses comandos essa máquina varre, coloca a roupa para lavar, a louça na máquina e tira o pó, sendo esses seus *inputs*. Com efeito, a partir desses comandos o robô irá operar

“sozinho”, e só precisará de um reparo se algo em seu sistema for desativado por algum descuido ou curto-circuito.

Nesse sentido, a base desse robô poderia ser compreendida como sendo o corpo, e a sua programação como equivalente à mente. O seu modo de operar é distinto do boneco manuseado pelo ventríloquo. Isso porque a maneira como ele funciona é relativamente independente, pois, uma vez que ele é programado e ativado, não é preciso manuseá-lo de modo regular. Seus comandos são gerenciados a partir de parâmetros iniciais, cujo princípio básico é orientá-lo para a execução do seu trabalho doméstico.

Ele recebe os *inputs* específicos e seus *outputs* são efetuados sem grandes problemas. Assim, a realização das tarefas (*outputs*) é efetuada normalmente, com precisão e exatidão. As duas situações hipotéticas mostram que, enquanto o manuseio do ventríloquo com seu boneco é uma relação bastante complicada – já que os dois trabalham apenas juntos –, no caso do robô doméstico a relação é independente, embora programada, mostra o quanto a interação representa melhor a relação mente-corpo.

O funcionalismo pode ser explicado também a partir de outros âmbitos, como o linguístico. Assim, no contexto linguístico, a língua atua como um fator determinante para a interação social e, diante disso, os termos e expressões usadas não podem ter um caráter isolado, já que a função da linguagem é promover a comunicação. “Em resumo, o paradigma funcionalista enfatiza a interação verbal, a performance e o papel da experiência e do meio físico para a explicação dos fenômenos linguísticos” (DUARTE, 2001, p. 41). Na próxima seção iremos abordar alguns aspectos sobre a teleosemântica.

## **2.5. Alguns aspectos da teleosemântica**

O senso comum<sup>60</sup> ou psicologia popular são crenças fortalecidas pela verificação da ocorrência de alguns elementos que, geralmente, não possuem comprovação científica, tal como “o céu repleto de estrela geralmente é um indício de chuva”. As crenças desse tipo de conhecimento são pautadas em sua funcionalidade, seu comprometimento com a verdade não possui o mesmo rigor que nas teorias científicas, porém, assim como na ciência, visam padrões em seus resultados.

---

<sup>60</sup>“A integração da imagem de senso comum, filosófica e das ciências sociais, de um lado, e da biologia evolutiva, de outro, busca-se gerar cenários acerca de como possivelmente evoluiu a arquitetura dos sistemas intencionais (descrita, em linhas gerais, pela psicologia do senso comum)”. (ABRANTES, 2006, p. 193).



A ciência faz recortes da realidade, cria hipóteses, pesquisa, analisa, faz experimentos, usa metodologias que, embora não tenham um caráter absoluto, apontam para conclusões previsíveis considerando as mesmas circunstâncias, sob as mesmas condições e dado os mesmos componentes analisados. A previsibilidade é medida por cálculos estocásticos. A probabilidade, considerada por alguns autores, como Hacking (2005, 2006), o âmbito do acaso<sup>61</sup>, que deve ser domesticado, surgiu fazendo oposição à causalidade<sup>62</sup> com o propósito de determinar padrões e estabelecer estatisticamente o controle sobre os fatos relativos ao todo tipo de ciências, exatas, naturais, sociais, médicas etc.

Tanto a psicologia popular, quanto a ciência, podem ser pautadas em modelos que buscam, de formas diferentes, estabelecer ordem, regularidade, harmonia e/ou sob que circunstâncias um signo pode ser verdadeiro. Isso porque as pessoas costumam ser guiadas pela ordem, já que, ao que tudo indica, não se ajustam ao caos. Os organismos são preparados cognitivamente para lidar com situações que nos conduzem, especialmente, a sobrevivência e a reprodução, dentre outras funções subjacentes. As funções cognitivas dos humanos fornecem suporte e os conduzem às funções<sup>63</sup> que estipulam subsídios para que eles possam saber o que fazer e/ou como realizar tarefas desde as situações mais simples até mais complexas.

Há uma série de signos e/ou elementos da psicologia popular passados de geração para geração que, mesmo sem fundamentos comprovadamente científicos, podem trazer soluções para a prevenção e/ou auxílio de enfermidades, tais como alho que auxilia na imunidade do corpo ou chá de limão que ajuda na precaução de resfriado. As relações entre esses signos e/ou objetos ou estados de coisas do mundo que fazem parte do processo biológico e como tais são naturais. E, ainda, essa conjunção formam conjecturas que podem ser analisadas e/ou reduzidas a propriedades semânticas. “Se a psicologia popular nos dá um modelo que pode ser

---

<sup>61</sup> A causalidade durante muito tempo, o bastião da metafísica foi derrubado, ou pelo menos inclinada e em suspenso: o passado não determina exatamente o que ocorrerá logo. Esse acontecimento esteve precedido por uma transformação gradual. Durante o século XIX se pode ver que, embora o mundo era regular, não estava com tudo sujeito as leis universais da natureza. Assim foi acomodado o acaso. (HACKING, 2006, p. 17).

<sup>62</sup> “(...) A ciência moderna, nasce, pois, com a determinação de um objeto específico de investigação e com o método pelo qual se fará o controle desse conhecimento.” (RAMPAZZO, 2005, p.19).

<sup>63</sup> As funções cognitivas permitem-nos saber “o que fazer” e “como fazer” as atividades em resposta às demandas advindas do ambiente. Exemplificando, um indivíduo, para executar uma atividade que faz parte de seu cotidiano, como trocar de roupa, necessita de diversas funções cognitivas e motoras preservadas, como atenção, memória, planejamento lógico e motor, entre outras funções. (MONTEIRO, 2018, p. 31-32).



aplicado ao processo mental, então a psicologia popular pode ser associada a um conjunto de hipóteses forte ou fraco sobre a mente.”<sup>64</sup> (GODFREY-SMITH, 2004, p.156).

O desenvolvimento da linguagem é posterior ao processo da apreensão dos objetos e/ou estados de mundo por meio de veículos representacionais, como sentenças, crenças, pensamentos etc. (MILLIKAN, LTOBC, LBM). Levando-se em consideração as teorias tradicionais acerca do significado, os códigos linguísticos servem para organizar objetos e/ou estados de mundo, sobretudo no que tange aos significados.<sup>65</sup> Nesse sentido, as informações contidas em símbolos linguísticos expressam aspectos do significado, intensão e extensão<sup>66</sup>, nomes designam objetos, descrições definidas apontam características de objetos, lugares, situações etc. Já utensílios e/ou sistemas mecânicos costumam trabalhar conforme àquilo que foram produzidos para fazer, dos mais simples aos mais complexos, de um termômetro a uma máquina de inteligência artificial.

Os filósofos são guiados e/ou perseguem o conhecimento e usam a linguagem para organizar as suas teorias. As teorias teleosemânticas lidam com a correspondência entre os signos e o mundo. Em tese, signos são utilizados para fazer referência a objetos e/ou estados de coisas; outros itens, porém, são identificados por suas funções. O foco da teleosemântica não é a informação expressa pelo signo (representação) e sim em estipular sob que circunstâncias ocorre o erro e/ou como é possível interpretá-lo. Na realidade, é uma teoria que se apoia na ideia de função para estabelecer o significado de signos (representações).

Os teleosemânticos passaram a abordar a ideia de significado a partir de outro viés, eles uniram os dois conceitos, o de significado e o de função. Com isso, rastreiam uma teoria dos signos com base em suas funções, as quais, na prática, são alicerçadas em seus propósitos naturais<sup>67</sup>. Segundo Papineau (1987), não há lugar para mentes fora do reino natural. Ademais, a questão não é exatamente saber como ou quando um signo é verdadeiro e sim como podemos trabalhar ou como ocorre o erro, levando-se em consideração que a falha é guiada por um processo constituído por crenças não confiáveis. Essas crenças limitam o conhecimento porque são falíveis já que seus significados são fundados a partir da relação que estabelecem com o mundo, isto é, são dependentes de elementos contingentes. No que se refere

---

<sup>64</sup> If folk psychology gives us a model that can be applied to mental process, then folk psychology can be associated with either a strong or a weak set of hypotheses about the mind. (GODFREY-SMITH, 2004, p.156).

<sup>65</sup> Frege (1892), Wittgenstein (1921) e Peirce (1958).

<sup>66</sup> Sob a perspectiva de Carnap (1947) em sua teoria da intensão e da extensão.

<sup>67</sup> Trataremos sobre a noção de propósito no capítulo II.

às representações mentais, uma representação é mais bem compreendida como um tópico de função biológica (PAPINEAU, 1987, p. 63).

O problema da teoria causal é que não tem nenhuma maneira óbvia de excluir essas causas enganosas da condição de verdade desse estado. Assim, a teoria causal parece implicar, absurdamente, que todas as identificações desse estado de crença são verdadeiras. A teleosemântica, pelo contrário, é uma abordagem que explica o conteúdo de um estado mental, como uma crença, não em termos de causas típicas, mas em termos de como são designados biologicamente. (MACDONALD; PAPINEAU, 2006, p. 04)<sup>68</sup>.

Para Dretske (1986, 1995), nem todo o signo pode ser avaliado da mesma maneira, pois há os que expressam fatos que, por natureza, são verossímeis e não podem ser corrigíveis e os intencionais os quais abrem espaço para a falsidade justamente porque, grande parte, são linguísticos. Dretske<sup>69</sup> (1986, 1995) aborda que os signos naturais podem ser apreendidos pelo verbo indicar, como “o fato da água ter fervido Indica<sup>70</sup> que a sua temperatura atingiu 100°C” ou “o corpo quente Indica febre alta”. Além disso, os signos naturais representam estados de coisas corretamente quando a informação carregada pelo signo tiver uma probabilidade igual a 1. A partir disso, verifica-se que sua teoria abrange apenas predicados não levando em conta a ideia de contexto<sup>71</sup>, sendo esse um dos pontos que diverge de Millikan (VM).

A maneira como Dretske aborda a condição para que um signo natural seja verdadeiro é problemática, pois considera apenas propriedades gerais deste signo. Há elementos locais que podem pôr à prova essa regularidade. Millikan (VM) salienta que, quando Dretske diz que  $s$  é  $F$ , não inclui a existência dos aspectos particulares que devem ser ponderados, como o que é em um tempo  $x$  e/ou sob uma condição  $y$  ser  $F$ . Para Dretske, a informação é veiculada por um signo e/ou o mesmo signo poderia carregar mais de uma informação. No entanto,

---

<sup>68</sup> The problem for the causal is that it has no obvious way of excluding these misleading extra causes from this state's truth condition. So the causal theory seems to end up implying, absurdly, that all tokenings of this belief-like state are true. The teleosemantic approach, by contrast, explains the content of a belief-like state, not in terms of its typical causes, but in terms of how it is biologically designed to function. (MACDONALD; PAPINEAU, 2006, p. 04).

<sup>69</sup> Dretske (1986, 1995) possui dois tipos de teorias, informacional e teleosemântica, que serão melhor abordadas no terceiro capítulo.

<sup>70</sup> Para Clapin, indicações são transitivas, representações não são, logo indicadores podem ser sinais arbitrários. (CLAPIN, 2004, p.23).

<sup>71</sup> Millikan observa que não é correto considerar que as informações adquiridas por meio de representações estejam assentadas em relações nomológicas. E nisso, ela tem razão. Os signos que carregam informação relevante para os organismos não precisam ter caráter absoluto; eles precisam carregar apenas informação localmente relevante. (CHEDIAK, 2014, p.259).

digamos que haja a possibilidade de dois animais  $w$  e  $z$  deixarem pegadas no mesmo ambiente. Dretske coloca que a informação carregada pelo signo faz parte de um processo normativo intransponível. Contudo, como diz Millikan, não há leis naturais que componham as informações de modo que possamos determinar exatamente como funcionam os signos. Para ela, há signos naturais localmente recorrentes<sup>72</sup>. Existem frequências estatísticas da fonte que aparecem no canal de informação considerando que os resquícios dessa informação possam ser carregados para indicar sua presença. Além disso, há informações adquiridas pelo processo de aprendizagem, isto é, não contidas nos genes dos animais.

Exemplo: Um animal  $x$  pode adquirir novos hábitos, se o ambiente onde ele costuma se alimentar, proteger, sobreviver tiver algum tipo de mudança, considerando que esse novo ambiente seja propício e lhe dê boas condições, deixando-lhe pistas de como fazê-lo. E, com isso, regiões úteis e relevantes para a exploração podem ser rastreáveis a partir da capacidade dos animais em gerenciar essas informações e saber usá-las. Bem como incluí-las nas estatísticas por meioda fonte e condições do canal. E, ainda, os organismos devem ter predisposição para manter essas estatísticas, de modo que consigam usufruí-las a seu favor.

Para Millikan (VM), os signos naturais são localmente recorrentes quando realizam suas funções Normalmente, cujo propósito é representar um estado de mundo. Signos intencionais, embora não tenham o propósito de carregar informação natural, figuram como um modo de torná-los verdadeiros. Ademais, os signos intencionais devem ser cooperativos e são capazes de produzir signos naturais. Por isso, a ideia do signo natural recorrente é um modo de explicar como será possível que os animais não acidentalmente reconheçam ocorrências. Considerando  $x$  como uma classe de referências, no caso em signo natural recorrente de  $y$ , como é possível que todos os  $ys$  encontrem  $xs$  e consigam adquirir crenças verdadeiras não acidentalmente. De qualquer modo, signos naturais localmente recorrentes caracterizam uma maneira de explicar como os animais conseguem juntar informações sobre o mundo.

Por exemplo:

É Normal que um tipo de planta chamada verdelho floresça em um ambiente semiúmido e com pouca luz. Todavia, em um dado momento, a terra deste lugar não estava tão úmida, em razão da ocorrência de um longo período de seca. Apesar disso, a planta

---

<sup>72</sup> São signos dependentes de contextos.

verdelho floresceu. O que significa dizer que novas circunstâncias trouxeram mudanças, mas não foram determinantes para o não florescimento da planta em questão.

Há duas coisas importantes em relação aos signos mencionados:

1º) Signos naturais localmente recorrentes são produtivos;

2º) Esses signos permitem incorporação.

Signos intencionais cooperativos são produzidos por sistemas projetados para fazer sinais naturais para uso por sistemas de interpretação cooperativos. Isto é, o sistema de signatários e o sistema de uso de sinais devem ter evoluído ou sido projetados para funcionar simbioticamente. Os signatários intencionais cooperativos devem ser projetados para cooperar com os sistemas de interpretação que foram projetados, por sua vez, para cooperar com eles. (MILLIKAN, VM, p. 73)<sup>73</sup>.

Os sistemas precisam suceder o suficiente para compensar seus próprios custos de produção (uso de energia e recurso), mas qualquer efeito negativo resulta diretamente de suas falhas. Ter um signo-produtor natural falível, é melhor que não ter nenhum. É necessário apenas que os custos negativos sejam mais baixos que os custos da ignorância desamparada. Similarmente, um organismo com capacidade intencional para representar certos tipos de estados de coisas não depende da habilidade de discriminar esses estados de coisas. Grosso modo, rastros não verificados permanecem sob a análise proposta. Exemplo: o cacarejo da galinha que chama seus pintinhos porque encontrou comida.

Diante disso, há dois mecanismos, o produtor e o consumidor, os quais formam signos, signos produzidos e, por outro lado, interpretam signos, os signos consumidos. As funções trazem e/ou permitem a continuação e/ou a cópia (reprodução). Segundo Millikan (VM), o nosso sistema cognitivo nos possibilita representar e, tal como evidencia a partir da teoria proposta, há dois sistemas: um que produz a representação e outro que consome, interpreta a representação. O seu exemplo mais comum é a dança das abelhas<sup>74</sup>. Há um estado cerebral responsável por interpretar aquilo que está no ambiente, por adaptação e/ou aprendizagem. As abelhas fazem uma espécie de dança, em formato de oito, a qual mostra e direciona as outras abelhas ao néctar. Essa dança é feita graças a um mapeamento semântico.

---

<sup>73</sup> Cooperative intentional signs are produced by systems designed to make natural signs for use by cooperating interpreting systems. That is, the sign-maker system and the sign-using system must have evolved or been designed to function symbiotically. Cooperative intentional sign-makers must be designed to cooperate with interpreting systems that have been designed, in turn to cooperate with them. (MILLIKAN, VM, p.73).

<sup>74</sup> A dança das abelhas é o tipo de representação mais simples, primitiva, chamada por Millikan (LBM) de *Pushmi-pullyu*.

Nesse sentido, há signos-produtores e signos-consumidores. Os produtores, por meio de um isomorfismo, produzem representações que correspondam ao mundo e os signos-consumidores e/ou intérpretes, quando realizam suas funções, por meio de mecanismos Normais, conseguem fazer essa correspondência.

Em vista disso, para Millikan, se houver variações no mundo, essas variações devem corresponder aos signos que produzem mecanismos adaptativos nas atividades dos signos-consumidores e/ou intérpretes. O mais relevante, então, são as representações produzidas para algum fim, que tenham algum uso, uma utilidade biológica que contribua com a sobrevivência, adaptação e permanência das espécies.

A determinação do conteúdo da representação, por sua vez, é dada pelo modo como o sistema fixa este mapeamento, isto é, “(...) o conteúdo é determinado pelas regras ou funções conforme as representações precisam corresponder aos assuntos do mundo (ao que eles representam) se as respostas desses intérpretes produzirem os efeitos que eles são projetados para produzir por meio do normal mecanismos” (MILLIKAN, VM, p.100).<sup>75</sup> A preocupação de Millikan concentra-se nas representações que trazem algum tipo de benefício ao sistema, órgão e/ou organismo.

## 2.6 Reflexões finais

Durante muito tempo, o mundo natural foi interpretado pelo essencialismo, mas novos desenvolvimentos nas explicações teleológicas, bem como a revolução de Darwin mediante a seleção natural, trouxeram novos olhares e questionamentos. No campo da filosofia, seja como uma discussão especulativa e/ou como análise, dialoga com os mais diferentes conhecimentos e/ou ciências porque suas teorias não são cerceadas por respostas definitivas. Semelhantemente a biologia, embora com metodologia e abordagem distintas, a filosofia não é pautada em cálculos e exatidão tal como a física e/ou a matemática. Ao fixar a biologia como base para uma teoria dos signos, Millikan tomou essa teoria como um projeto em construção alicerçado em funções biológicas. Assim, ela trouxe para a sua concepção argumentativa uma proposta que não segue padrões matemáticos e/ou lógicos baseados em regras.

---

<sup>75</sup> “(...) content is determined by the rules or functions in accordance with which representations need to correspond to world affairs (to what they represent) if the responses of these interpreters are going to produce the effects they are designed to produce by way of normal mechanisms.” (MILLIKAN, VM, p.100).

O processo da seleção natural e cultural trouxe elementos para compreendermos que o mundo natural sofre mudanças porque sua base é dependente de contexto, clima, características de animais, comportamento, hábitos alimentares, reprodução etc. As teorias que trabalham com as funções lidam com características que fazem parte do todo e/ou que abrangem a história natural. Contudo, há características que devem ser delineadas daquilo que é acidental e/ou contingente em relação ao que possui uma função. Há diferenças relevantes no mundo natural, uma vez que enquanto animais não humanos agem conforme, sobretudo, suas necessidades primárias para cumprir funções relativas à sobrevivência, nós, seres humanos, nos comportamos de modo um tanto diverso.

Nossas atitudes e/ou ações são inseridas em um escopo mais amplo, por comportar a vida pessoal, social, amorosa e/ou profissional. O que nos rege não são apenas as determinações genéticas, temos necessidades, somos responsáveis, mas também somos fúteis e/ou supérfluos. Em níveis linguísticos, amiúde, nos aproximamos e/ou pelo menos, de modo geral, obtemos sucesso, isto é, nos igualamos mais uns com os outros, grosso modo. Isso porque há um processo adaptativo que fornece suporte para que falantes e ouvintes consigam harmonizar a produção e consumo das informações geradas e/ou retiradas do mundo.

## 3. CAPÍTULO II

### O CARÁTER DUPLO DA INTENCIONALIDADE

#### 3.1 Apresentação

Este capítulo traça um paralelo entre a noção de intencionalidade de Brentano (1874) e a interpretação repaginada de Millikan (VM). Millikan interpreta a intencionalidade não só no âmbito mental, mas também no físico. Assim, qualquer signo, mental ou físico, no sentido amplo, é detentor de intencionalidade, uma vez que essa propriedade tem relação com propósitos. Segundo Millikan (VM), um problema da visão de Brentano (1874) consiste em considerar que apenas signos mentais possuem intencionalidade. Em um primeiro momento, iremos expor a visão de Brentano (1874) em relação à percepção externa. Para tanto, estipularemos a distinção entre a percepção externa, advinda de fenômenos externos e a percepção interna, fenômenos psíquicos sob a perspectiva de Brentano (1874).

Em seguida trataremos do mapa conceitual da intencionalidade naturalizada de Millikan. Conforme Millikan (LTOBC, WQPA), os signos podem ser caracterizados por suas funções próprias, as quais têm o propósito de representar objetos e/ou estados de coisas. O termo propósito é técnico e amplia o escopo da sua teleosemântica por meio da intencionalidade naturalizada. A interpretação de Millikan parte da ideia de propósito como finalidade e em seguida explora as outras etapas de sua teoria mediante a noção de função própria. Uma função própria indica que *algo* específico, uma propriedade do organismo, é suposto para ocorrer um efeito *x*. E a função ocorre caso o organismo tenha sido projetado para tanto e/ou tenha o design apropriado, de acordo com a história evolutiva e/ou tenha sido uma cópia de algo, independente das propriedades e/ou disposições atuais (MILLIKAN LTOBC, QWPA).

#### 3.2. Os fenômenos físicos e a percepção externa

O exagero de informações recebidas em nosso cotidiano configura poluição visual. Quando acessamos as redes sociais, o excesso de notícias, de memes e de propagandas chega a nos perturbar. Por vezes, aliás, não conseguimos diferenciar o que se refere à *fake news* e o

que é verídico. Uma propaganda sobre uma nova droga milagrosa, com a promessa de amenizar várias patologias, causa espanto, já que, com exceção do informe sensacionalista colocada na manchete, nenhum dado comprovado é exposto. De mais a mais, é sabido que a possibilidade de uma medicação dessa natureza é remota, o que consiste em um engodo. Constantemente, mensagens de cunho motivacional e/ou propagandas de produtos são enviadas como se fossem escritas e/ou usadas por pessoas famosas, uma falácia que, enganosamente, nos faz pensar que é verdade e/ou nos induz a desejar usar tais produtos. Esses dados mencionados, entre outros, nos indicam que a internet é um espaço que abre muitas brechas para uma enxurrada de informações sem evidências, o que configura uma série de *fake news*. Desse modo, as redes sociais são um ambiente cujo caráter normativo é quase nulo e/ou bastante comprometido, em termos leigos “*uma terra praticamente sem leis*”.

Nesse sentido, a não correspondência entre fatos e os conteúdos e/ou dados limitados não auxilia na produção de novos conhecimentos e nem mesmo reproduz conhecimentos. Os filósofos, desde os gregos<sup>76</sup>, contrapõem opinião (*doxa*) de conhecimento (*episteme*) e, não por acaso, têm buscado a origem e/ou legitimar o segundo. Por essa razão, a noção de opinião é algo superficial e aparente. Metaforicamente, é como estar no deserto e imaginar um oásis, em um lugar onde não se tem água por quilômetros e quilômetros, mas a sede e a desorientação causam ilusões e/ou alucinações. A maioria dos fenômenos físicos se encontram em uma esfera particular, isto é, embora possam ocorrer em público, alguns são percebidos por um único dado do sentido, sendo analisado privadamente, situação que conduz, facilmente, a muitos equívocos.

Dizemos, por exemplo, que os objetos de nossos sentidos, como são revelados, pela sensação, são meramente fenômenos; Cor e som, calor e sabor não existem real e

---

<sup>76</sup> Platão expõe a relevância da diferenciação entre *episteme* e *doxa* mediante a alegoria da caverna em que o mundo inteligível é contraposto ao mundo visível em *A República*.

Sócrates – Ora, caro Glauco, não é então essa ária que a dialética executa? Faz parte do inteligível, mas é imitada pelo poder da visão, que, como dissemos, tenta primeiro olhar os seres vivos, depois os astros e por fim o próprio Sol. Eis que quando alguém tenta, por meio da dialética, sem o auxílio de nenhum sentido, mas a partir da razão, alcançar a essência do bem, atinge o limite do inteligível, como o outro, ainda há pouco, atingia o limite do visível.

Glauco - Com toda a certeza.

Sócrates – Pois então! Não é a isto que chamas o seguimento dialético?

Glauco – Indubitavelmente.

Sócrates – Recordas-te do homem da caverna: a sua libertação das correntes, a sua conversão das sombras para as figuras artificiais e a luz que as projeta, a sua ascensão para o Sol e daí a incapacidade em que se vê ainda de olhar para os animais, as plantas e a luz do Sol, que a força a mirar nas águas as suas imagens divinas e as sombras de coisas reais, e não mais as sombras projetadas por uma luz que, comparada com o Sol, não é senão uma imagem também. (2004, Livro VII, p. 246).



verdadeiramente fora de nossas sensações, embora possam apontar para objetos que existem. (BRENTANO, [1874] 1995, p. 27)<sup>77</sup>.

Sentir odores diferentes em meio à multidão, o aroma de uma flor, o gosto de uma comida exótica, uma música clássica tocada em um teatro, versos escritos em um papel de seda, são exemplos da interpretação do ambiente mediante a percepção externa. A grande questão é: será possível diferenciar um odor do outro e/ou saber se um som, mesmo sendo ouvido uma única vez, é conhecido<sup>78</sup>? A esfera dos objetos e/ou fenômenos que nos causam sensações é, em muitas circunstâncias, embaralhada com outros objetos já conhecidos, o que provoca uma espécie de problema relativo à disjunção<sup>79</sup>. Com isso, um uivo na mata pode até trazer à lembrança uma imagem de um lobo, mas quando avistado é, na verdade, um cão-lobo. O objeto em questão, no caso o cão-lobo, não mudou, desde o momento do grunhido, até a sua verificação, isto é, não houve a troca do lobo pelo cão-lobo, quando, antes da constatação sobre qual animal se tratava. A percepção, sim, por ter sido baseada em apenas em um sentido e em uma experiência anterior, uma lembrança de um animal conhecido, apontou para um animal que faz um som familiar. Dessa forma, a confusão ocorreu porque apenas um sentido foi usado para a busca do reconhecimento do animal. O processamento da informação retirada do uso da audição e reforçada por uma lembrança<sup>80</sup>, embora constitua um elemento necessário, não é suficiente.<sup>81</sup>

Quanto maior a extensão daquilo que temos acesso pelos *sense data*, menor parece ser a capacidade de identificarmos sobre o que e/ou qual a circunstância pertence cada um dos objetos e/ou, ainda, qual estado de mundo faz referência. Em vista disso, normalmente, embaralhamos odores, sons, vozes, sabores etc. e, amiúde, nos equivocamos. O fato da

---

<sup>77</sup> Decimos, por ejemplo, que los objetos de nuestros sentidos, como son revelados, por la sensación, son meramente fenómenos; color y sonido, el calor y el sabor no existen real y verdaderamente por fuera de nuestras sensaciones, aunque ellas pueden apuntar a objetos que existen. (BRENTANO, [1874] 1995, p. 27).

<sup>78</sup> A experiência sensível é, ao mesmo tempo, a qualidade presente no objeto externo e o sentimento interno que o corpo possui das qualidades sentidas. A sensação é percebida como sendo uma reação corporal imediata a um estímulo externo sem que seja possível diferenciar, no ato mesmo da sensação, o estímulo externo e o sentimento interior. (MOURÃO-JÚNIOR, 2013, p. 42).

<sup>79</sup> Na realidade, problemas referentes à disjunção são bastante comuns em indicações naturais. (RITCHIE, 2012, p. 230).

<sup>80</sup> A percepção externa, por vezes, é sobreposta às percepções internas. “Tanto a mente como a matéria parecem ser mistos, e o elemento de que se compõem fica em certo sentido entre as duas, e em certo sentido acima delas, como se fosse um antepassado comum.” (RUSSELL, 1976, p.10).

<sup>81</sup> Carnap trata em uma genealogia dos conceitos acerca de um construto em que os objetos são dispostos da seguinte maneira: objetos culturais, objetos heteropsicológicos, objetos físicos e objetos autopsicológicos. “Os objetos no interior de cada um destes níveis podem, por sua vez, ser organizados segundo sua redutibilidade epistemológica.” (CARNAP, 1988, p.156).

quantidade de estímulos físicos<sup>82</sup> externos recebidos não serem exatamente proporcionais aos seus processamentos, dificulta categorizá-los. Além disso, há interpretações perceptivas que não são compreendidas intersubjetivamente, por fatores patológicos e/ou subjetivos, tais como “(...) visualizar a cor vermelha em uma maçã porque quando a luz branca incide sobre a maçã, esta absorve todas as cores, exceto a luz vermelha que é refletida de modo propagado e por isso a maçã parece vermelha” (SAMPAIO; CALÇADA, 2005, p. 210). Um sujeito pode, sob as mesmas circunstâncias, enxergar uma cor diferente da vermelha, por ser daltônico e/ou em decorrência de outro aspecto, no que se refere, por exemplo, às células<sup>83</sup> responsáveis por captar imagens e a interpretação de cores.

De qualquer modo, as propriedades de objetos físicos, tais como volume, densidade, estado físico, ponto de ebulição, aspereza, lisura, cor etc., podem ser verificadas intersubjetivamente. No entanto, as sensações e, por conseguinte, as percepções em relação a essas propriedades podem ser diferenciadas conforme a sensibilidade de cada indivíduo. Da mesma forma, é diferente a maneira como os sujeitos e/ou animais são atingidos e/ou afetados, pela dor, por uma comichão, por cócegas e/ou por sensações de riso, provocadas por uma piada e/ou uma notícia alegre. Por isso, as sensações constituem uma verdade relativa.

Os fenômenos da luz, o som, o calor, a situação espacial e o movimento que estuda não são coisas que real e verdadeiramente existem, são sinais de algo real que, através de sua atividade causal, produz sua representação. Mas a imagem que eles nos dão não é, no entanto, uma representação adequada desta realidade, e o conhecimento que podemos extrair dela é muito incompleto. Podemos dizer que há algo que, sob certas condições, causa essa ou aquela sensação. Podemos também mostrar que deve haver relações análogas àquelas que apresentam os fenômenos espaciais, formas e tamanhos. Mas este é o ponto em que podemos ir. Em e por si só, o que é real nunca aparece, e o que aparece não é real. A verdade dos fenômenos

---

<sup>82</sup> Os estímulos físicos que atingem a superfície sensorial do organismo dão origem aí a processos de excitação e de condução nervosa. A condução central desses processos nervosos tem como destino último o córtex cerebral – o córtex occipital para o estímulo visual, por exemplo. A excitação nervosa conduzida ao córtex produz aí as inervações que constituem o correlato imediato do processo psicológico consciente – a percepção –, ao mesmo tempo em que causam modificações morfológicas mais ou menos permanentes na substância cerebral (às vezes, designadas como *engramas*), que formarão a base hipotética da memória. (SIMANKE, 2007, p. 61).

<sup>83</sup> A parte central da retina é uma região especial: ela é densamente populada por células sensíveis à luz e capazes de distinguir cores, os cones (essa região da retina é caracterizada por um abaulamento, uma espécie de buraco e, por causa disso, chamada de fóvea). (...) A fóvea se diferencia do restante da retina por três razões: ela é populada apenas por cones (não possui bastonetes), o que confere uma alta capacidade para identificação de cores. Além disso, nesta região, cada célula ganglionar, formadora do nervo óptico, se liga a uma única célula fotossensível (no caso, um cone), o que confere uma alta resolução para a imagem que será enviada ao córtex visual. E, por fim, há um deslocamento lateral das células não fotossensíveis da retina, não havendo formação de sombras sobre os cones, aumentando sua sensibilidade e conferindo o formato abaulado da retina nessa região. (HELENE, 2011, p. 7).

físicos é, como dizem, apenas uma verdade relativa. (BRENTANO, [1874] 1995, p. 46)<sup>84</sup>.

Em linhas gerais, os fenômenos físicos, sob a perspectiva da filosofia, possuem uma conotação análoga às opiniões, são aparentes e superficiais (ABBAGNAMO, 2003, p. 436). Por essa razão, a investigação desses fenômenos mediante aos sentidos, costumam ser falhos, sobretudo quando são investigados por meio de situações e/ou *sense data* singulares. Os fenômenos psíquicos, por outro lado, que serão analisados na próxima seção, mediante a intencionalidade, constitui, no sentido estrito, evidências fortes e podem ser analisados a partir de seus conteúdos.

### 3.3. A intencionalidade: conceito e abrangência

A percepção externa traduz os fenômenos do mundo conforme estes são apresentados mediante aos objetos e/ou eventos, bem como a percepção interna interpreta os fenômenos psíquicos. No sentido estrito, os fenômenos mentais, atos, estados, eventos mentais podem ser representados a partir da intencionalidade, uma propriedade relacional que leva um sujeito a ser capaz de representar objetos e/ou estados de coisas<sup>85</sup>. Em outras palavras, a intencionalidade é a propriedade de estar direcionado para algo, a capacidade e/ou propriedade relacional de ser *de (ofness)* ou *sobre (aboutness)* algo (LECLERC, 2015, p. 17).

A abordagem de Brentano parte da experiência<sup>86</sup> em primeira pessoa com a finalidade de identificar uma base comum desses fenômenos e, por conseguinte, delimitar como esses funcionam em terceira pessoa (FRÉCHETTE, 2017). Estipulamos àquilo que podemos dispor como objeto e/ou o estado de mundo representado a partir da interação entre a mente e o

---

<sup>84</sup> Los fenómenos de la luz, el sonido, el calor, la situación espacial y el movimiento que estudia no son cosas que real y verdaderamente existen; son señales de algo real que, a través de su actividad causal, produce, su representación. Pero la imagen que ellos nos dan no es, sin embargo, una representación adecuada de esta realidad, y el conocimiento que podríamos extraer de ella es muy incompleto. Podemos decir que existe algo que, bajo ciertas condiciones, causa esta o aquella sensación. Podemos demostrar también que deben encontrarse allí relaciones análogas a aquellas que presentan los fenómenos espaciales, las formas y tamaños. Pero este es el punto hasta donde podemos ir. Em y por sí mismo, lo que es real no aparece jamás, y lo que aparece no es real. La verdad de los fenómenos físicos es, como dicen, solo una verdad relativa. (BRENTANO, [1874] 1995, p.46).

<sup>85</sup> Etimologicamente, o termo “intencionalidade” deriva do latim e significa “tensão”, “esforço”, “tendência”, “objetivo”. Contemporaneamente, quer dizer “direcionalidade dos estados mentais”.

<sup>86</sup> “A obra fundamental de Brentano, A psicologia de um ponto de vista empírico, consta de duas partes: a primeira dedicada ao estudo da psicologia como ciência; a segunda, dedicada ao estudo dos fenômenos psíquicos em geral.” (RAMÓN, 2006, p.342).

mundo, por conta da inexistência intencional.<sup>87</sup> O termo inexistência intencional é um termo locativo (WINOGRAD, 2013, p. 39), aponta para algo presente apenas na mente, algo que pode, inclusive, não existir efetivamente.

O prefixo *-in*, da inexistência intencional equivale a *existir em* e não com a expressão *não existir*, no caso, com o falso.<sup>88</sup> Dessa forma, ao afirmarmos que o caderno está em cima da mesa e/ou que o estojo está sobre a classe não estamos dizendo que esses objetos são acerca *de* (*ofness*) ou *sobre* (*aboutness*). Por outro lado, quando há uma lembrança sobre o Cristo Redentor, um pensamento sobre astrologia e/ou um desejo de comer uma comida exótica, então, sim, esses objetos “Cristo Redentor”, “astrologia” e/ou “comida exótica” são inexistentes, localizam-se na mente de um sujeito (LECLERC, 2015, p. 04). Nesse sentido, podemos pensar em coisas que não estão lá e/ou não existem por meio das propriedades *ofness* e/ou *aboutness*. Para Brentano, essas propriedades indicam: relação para um conteúdo, direção para um objeto e/ou objetividade imanente (BRENTANO, [1874], 1995, p.81). Assim, todo ato, estado, evento, sentimento contém algo, um objeto, mas de modos distintos. Com isso, ‘no juízo, algo é julgado’, ‘na percepção, algo é apresentado’, ‘no amor, algo é amado’ e assim por diante.

Todo fenômeno psíquico é caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média chamam de inexistência intencional (ou mental) de um objeto, e o que chamaríamos de expressões, se não inteiramente inequívocas, a referência a um conteúdo, a direção em direção a um objeto (pelo qual não devemos entender aqui uma realidade), ou a objetividade imanente. Todo fenômeno psíquico contém em si mesmo algo como objeto, embora nem todos da mesma maneira. Na representação há algo representado; no julgamento há algo admitido ou rejeitado; no amor, amado; o ódio, odiado; no apetite, desejado, etc. (BRENTANO, [1874] 1995, p.81-82)<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> Brentano tomou essa expressão de Aristóteles por meio de Tomás de Aquino. Para Porta, a intencionalidade de Brentano é uma espécie de evolução, na medida em que é inserida em um contexto sistemático e genético-evolutivo. (PORTA, 2002, p.98).

<sup>88</sup> Embora, para Millikan (NI), uma crença inexistente queira dizer uma crença falsa.

<sup>89</sup> Todo fenómeno psíquico está caracterizado por lo que los escolásticos de la Edad Media han llamado la inexistencia intencional (o mental) de un objeto, y que nosotros llamaríamos, si bien con expresiones no enteramente inequívocas, la referencia a un contenido, la dirección hacia un objeto (por el cual no hay que entender aqui una realidad), o la objetividade imanente. Todo fenómeno psíquico contiene em sí algo com su objeto, si bien no todos del mismo modo. En la representación hay algo representado; en el juicio hay algo admitido o rechazado; en el amor, amado; el ódio, odiado; en el apetito, apetecido, etc. (BRENTANO [1874] 1995, p.81-82).

A análise da intencionalidade de Brentano pode ser feita a partir das duas noções: direção e conteúdo, cuja proposta gira em torno de três<sup>90</sup> teses distintas as quais tomam como ponto de partida a citação acima, são elas, psicológica, ontológica e gnosiológica.

(T1) Tese psicológica<sup>91</sup>: Diz que todo fenômeno é delimitado pela direção a um objeto e por sua objetividade imanente. É expressa por uma dupla função, a propriedade de conter algo como um objeto e a direcionalidade. Todo ato (fenômeno psíquico) tem um objeto intencional (fenômeno físico) como seu conteúdo<sup>92</sup>. A natureza psicológica permite que o objeto intencional seja concebido em um âmbito formal. Para melhor expor essa tese, esboçaremos a concepção de Millikan. Para Millikan (VM), essa noção pode ser pensada mediante a ideia de atitude proposicional.<sup>93</sup> Diante disso, por intermédio de formas simbólicas são utilizadas variáveis.

Signos intencionais podem falhar e signos naturais<sup>94</sup> podem ser caracterizados como objetos e/ou propriedades de objetos, mas também como ocorrências e/ou estados de coisas que Millikan chama de coisas do mundo ou simplesmente coisas e podem ser especificadas mediante estruturas linguísticas que expressam representações interiores. Coisas do mundo são estruturas ou aspectos articulados do mundo real que, costumeiramente, são ditos verdadeiros. Estritamente falando, não é a nuvem preta que é o signo de chuva. E sim, “a estrutura que é a nuvem preta no céu em certo tempo *t*, se movendo em direção a certo lugar, *p*, pode ser um signo da estrutura que a chuva ocorrerá em breve, movendo-se de *t* para *p*” (MILLIKAN, NI, p. 48).

De modo similar, a estrutura que é um e - rastro para um lugar *p*, e um tempo *t*, pode ser um signo da estrutura em que, por exemplo, um animal *x* passando em *p* no *t*,

<sup>90</sup> Desde Husserl (1901), a tese de Brentano tem sido trabalhada a partir da divisão de três partes: psicológica, ontológica e gnosiológica. (FRÉCHETTE, 2017, p.109).

<sup>91</sup> Na realidade, essa tese possui um sentido lógico, epistemológico e em parte psicológico, sentidos que, muitas vezes, estão entremesclados. (WINOGRAD, 2013, p.38).

<sup>92</sup> A noção da direcionalidade tem sido trabalhada por muitos autores, como por seu discípulo Meinong (1904).

<sup>93</sup> Uma atitude proposicional é expressa por duas partes: pela descrição de uma atitude do sujeito e por uma oração que pode estar no infinitivo ou não expõe que é o conteúdo representacional. (BRANQUINHO, 2006, p.72-78)

ATITUDE	CONTEÚDO PROPOSICIONAL
EU CREIO QUE	O SOL É UMA ESTRELA.
JOANA PENSA QUE	ARISTÓTELES É UM FILÓSOFO.

<sup>94</sup> Em VM, ela chama de signos naturalmente localmente recorrentes.

contextualmente falando. Estruturas são frequentemente referidas ao usarmos *that-clause*, atitudes proposicionais. Outro modo de colocar o mesmo ponto, como já foi mencionado, então, é dizer: “que há uma nuvem preta em certo tempo  $t$ , movendo-se em direção a um lugar  $p$ , é um signo que irá chover em  $p$ , em breve, depois de  $t$ ”.

Um signo que indica, por si próprio, tempo e/ou lugar de alguma coisa pode ser um signo simples, mas é crucial saber que, em geral, estão aliados a outros, ou seja, eles são de algum modo estruturados. Suas estruturas determinam seus significados arquitetonicamente. O significado do signo é determinado como uma função de valores, de variáveis significantes exibidas pelo signo. Costumeiramente, é dito que os significados das sentenças da linguagem pública são determinados composicionalmente (MILLIKAN, VM, p.48).

Sua estrutura determina seu significado arquitetonicamente. O significado do signo é determinado em função de valores de variáveis significativas ou determináveis exibidos pelo signo. Em outras palavras, o significado varia sistematicamente para paralelamente transformações significativas (matemáticas) do signo. Costuma-se dizer que o significado das sentenças em linguagem pública é determinado “composicionalmente”.<sup>95</sup> (MILLIKAN, NI, p.48).

Nesse sentido, a incorporação da *that-clause* também possui uma dupla função: pode ser o significado de proposições ou o objeto de uma proposição. A *that-clause* incorporada ao verbo atitudinal e/ou psicológico representa uma proposição que este verbo toma como argumento. E ainda, um verbo atitudinal ou psicológico, que usa a *that-clause* como complemento, expressa uma relação entre agentes e proposições. O fator psicológico, na versão de Brentano, expõe sob que circunstâncias um fenômeno mental faz referência a um objeto e/ou estados de coisas. Já Millikan (NI) aborda como signos podem ser expressos simbolicamente sem comprometer o conteúdo.

(T2) Tese ontológica diz que os fenômenos mentais não lidam apenas com aquilo que de fato existem. Apesar de o seu escopo conter as duas classes, os objetos e/ou estados de mundo existentes e os não existentes, não há um comprometimento com a existência atributiva e sim

---

<sup>95</sup> Their structure determines their meaning architecturally. The meaning of the sign is determined as a function of values of significant variables or determinable exhibited by the sign. Put another way, the meaning varies systematically to parallel significant (mathematical) transformations of the sign. It is often said that the meaning of public language sentences is determined “compositionally”. (MILLIKAN, VM, p. 48).

com uma espécie de existência possível, com *algo a mais*. Essa tese é delicada porque se concentra na não existência, uma vez que não indica o que *os objetos são*, mas *o que eles não são* (FRÉCHETTE, 2017, p. 109).

A extensão ontológica, cuja habilidade está no fato de poder representar objetos e/ou estados de coisas que não estão presentes realmente a não ser em nossas mentes, permite uma ampliação daquilo que pode ser concebido mentalmente. Por conseguinte, parece haver uma abrangência sobre aquilo que podemos pensar, crer, intencionar, desejar etc. E esta abrangência sugere que podemos tratar com objetos falsos e/ou que não existem. Dessa forma, a capacidade humana de pensar, crer, intencionar objetos é inexistente porque os humanos são seres complexos e, por isso, possuem todo um aparato cognitivo que os permite intencionar além da existência e chegar ao meramente possível e talvez ao impossível. E essa habilidade pode ser confirmada desde que saibamos incluir propriedades e/ou características de objetos e/ou estados de coisas genuínos em objetos e/ou estados de coisas que não são genuínos. Tais como pensar em nuvens de algodão, acreditar no papai Noel e/ou sonhar em ser a futura rainha e/ou rei da Inglaterra mesmo tendo consciência da impossibilidade disso.

E no que se refere aos objetos não existentes, o que torna possível pensar sobre algo dessa natureza? Em linhas gerais, o ato de pensar em coisas não existentes tem como alvo protótipos baseados em coisas existentes. Na verdade, é possível fazer representações a partir das características, as referências conhecidas e, nesse caso, os objetos representados possuem elementos familiares, por exemplo, considerando que existem algodão e nuvens, é possível juntar algodão e nuvens e formar um único objeto, nuvem de algodão. Algo novo é criado a partir de objetos genuínos.

Entretanto, provavelmente não seja possível pensar em algo não existente em nenhuma esfera, ou seja, como criar uma palavra nova e atribuir uma forma a essa se não há nenhum objeto e/ou objetos que possam servir de referência. É o que ocorre quando lidamos com palavras inventadas, tal como “BEVAMI”, ou seja, é justamente em razão desse termo não fazer menção a nada autêntico. A imaginação permite algo desse tipo, mas uma possível alusão a tal tipo de objeto, nem mesmo pensável por outras pessoas, fica no âmbito puramente particular.

O exercício de imaginação no tocante aos objetos criados, como o objeto BEVAMI, é subjetivo, por se tratar de algo originalmente concebido por apenas um sujeito e, com isso,



não há a possibilidade de tornar esse conhecimento intersubjetivo. Um dos discípulos de Brentano, Meinong (1853-1920) tentou sustentar a teoria do mestre. Ele supôs que a ideia de objeto é bastante restrita. Levando em conta que a experiência do conhecimento possui um alcance bem maior, pois “o objeto puro se situa para além do ser e do não ser” (Meinong, [1904] 2005, p105). O conhecimento ocorre adiante daquilo que conseguimos e/ou pretendemos nomear efetivamente.

Que não se pode conhecer sem conhecer algo; mais genericamente, que não se pode julgar e também não representar sem julgar sobre algo ou representar algo, isto pertence ao mais evidente sob uma consideração elementar dessas experiências. (MEINONG, [1904] 2005, p. 93).

Para ele, desde a antiguidade os filósofos têm se preocupado em delimitar o ser e negligenciaram o não-ser. Todavia, a maior ferramenta humana é a linguagem e, nesse caso, a capacidade de criar e recriar conceitos é vasta desde que tenhamos modos de categorizar o nosso pensamento, de representá-lo, podemos intencionar a existência, o possível e talvez o impossível. Isso porque as propriedades e/ou características das coisas que pensamos, julgamos, representamos e sentimos estão sempre dirigidas a algo, é um processo psíquico.

Conforme Meinong, a filosofia tem classificado o conhecimento do ser nos estudos de ontologia e da metafísica. Contudo, mesmo para se apreender o *ser* necessitamos do *não-ser*, caso contrário, juízos que envolvem a negação e/ou a diferença, por exemplo, não seriam possíveis ou pelo menos não fariam sentido, tais como: ‘a maçã não é vermelha’, pois ao abstrair esse conhecimento, ou seja, identificar o que não é vermelho, implica buscarmos saber o que é vermelho, e apenas ao fazer a comparação podemos discernir em que classe o conteúdo do que está sendo dito ‘a maçã não é vermelha’ se enquadra. Podemos inclusive não apenas identificar outros tipos de maçãs, as verdes, mas podemos imaginar a existência de uma maçã azul. Aliás, para Meinong, é possível pensar e/ou em vários outros exemplos absurdos,

(...) e o domínio de validade deste princípio se manifesta, pelo menos em vista a isso, que decorrem deste princípio não apenas os objetos que não tem existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado certamente é tanto quadrado quanto é redondo. (MEINONG, [1904] 2005, p. 100).

Os absurdos exemplos, tais como ‘a montanha de ouro’ e ‘o círculo quadrado’, causaram reações em outros filósofos, como Russell (1903), que condenaram esses exemplos



por julgar que podem transgredir o princípio da não-contradição. Meinong (1904) toma esses objetos simplesmente como inexistentes. Assim, por serem inexistentes, não precisam existir de fato, apenas na mente: “objetos inexistentes são essenciais para compreender não apenas o conhecimento humano, mas também princípios lógicos tão importantes quanto o de não-contradição”<sup>96</sup> (VELARDE-MAYOL, 2007, p. 30).

(T3) Tese gnosiológica: diz que os fenômenos mentais podem ser apresentados e/ou representados de modos distintos. Essa tese mostra qual a relação existente entre os objetos e/ou estados de mundo e a representação.

Além disso, o julgamento da asserção não está no próprio objeto, como no caso “da maçã” exemplificada acima, mas no conteúdo que está sendo dito. E, desse modo, o objeto é algo a parte daquilo que é o seu objetivo. Em seu livro, “Sobre a teoria dos objetos” (1904), Meinong faz uma delimitação dos objetos<sup>97</sup> e os classifica em dois grupos, o objeto real que é o próprio objeto e os objetivos comporta algo ideal e não real. O conteúdo da asserção passível de ser verdadeira ou falsa. Assim, se esses objetos cumprem seus objetivos, então não importa suas legitimidades como objetos efetivos.

A mente nos fornece suporte para interagirmos com o mundo. E, no que tange à intencionalidade no sentido estrito, essa interação ocorre mediante um caráter referencial, cujo foco é especificar aquilo que existe apenas no âmbito mental. Para Millikan (VM), apesar dos vários equívocos acerca da intencionalidade na abordagem de Brentano, e na de seus discípulos, sua teoria trouxe aspectos relevantes. Sendo assim, Brentano as dividiu em duas partes: 1) a intencionalidade marca objetos “mentais” e 2) coisas físicas não conseguem exibir intencionalidade. Conforme Millikan, “Ele caracterizou a intencionalidade de duas maneiras diferentes. Falou de ‘intencionalidade do objeto’, ‘direção de um objeto’ ou ‘referência a um conteúdo’” (MILLIKAN, VM, p. 63)<sup>98</sup>. Mas, na realidade, ela julga que há um modo mais eficaz de considerar a intencionalidade sem retirar seu aspecto mais importante, a saber: mediante a ideia de propósito. Nas próximas seções investigaremos com mais detalhes a teoria de Millikan.

---

<sup>96</sup> “(...) los objetos inexistentes son esenciales para entender no sólo el conocimiento humano, sino también principios lógicos tan importantes como el de no contradicción”. (VELARDE-MAYOL, 2007, p. 30).

<sup>97</sup> Semelhante a Frege na sua distinção do significado: sentido e referência. (MARIANI, 2004, p. 54).

<sup>98</sup> “He characterized intentionality in two different ways. He spoke of ‘object intentionality’, ‘direction on an object’, or ‘reference to a content’”. (MILLIKAN, VM, p.63).

### 3.4. O mapa conceitual da intencionalidade naturalizada de Ruth Millikan

O mapa conceitual de Millikan (LBM, LTOBC, OCCI, WQPA, VM) parte da ideia de propósito. Segundo ela, em linhas gerais, grande parte dos objetos possuem um propósito natural. A partir dessa noção ele construiu a definição teórica de função própria que, por sua vez é pautada em mecanismos Normais encerrando-se na Intencionalidade naturalizada, uma versão repaginada de Brentano (1874). A sua teia teórica é como se fosse um grande quebra-cabeças em que cada peça se encaixa com o objetivo de delimitar como os signos podem ser compreendidos, considerando o quanto é complexo tratar sobre os significados mediante uma abordagem naturalizada. Nas próximas seções analisaremos essa sua edificação.

#### 3.4.1. O motor propulsor da intencionalidade: os propósitos

As invenções e/ou criações humanas foram feitas para preservar e contribuir com os seus semelhantes e facilitar a interação com o ambiente. Ou seja, costumam ter um propósito definido, tais como a agricultura, a revolução industrial, barcos, veículos, utensílios domésticos, objetos eletrônicos, entre outros. No projeto de cada item citado, há uma ideia pautada em sua plena realização, mesmo porque ninguém, em sua consciência, buscaria o fracasso. E não poderia ser diferente, já que, levando em conta as inúmeras tarefas desempenhadas pelas pessoas no dia a dia, não há espaço para erros. Ou ainda, não produzir algo com objetivos e/ou fazer algo sem motivos seria um contrassenso, pois a competição entre os indivíduos, no domínio pessoal, social e/ou profissional é tão acirrada que praticamente todas as pessoas perseguem um modo de se sobressair em relação uns aos outros.

Algumas situações e ideias regularizam relações, dão conforto às pessoas e as mantêm em seus *status quo*. Por outro lado, determinadas ideias e/ou pensamentos, expostos fora de contexto, conforme visões de mundo equivocadas, podem prejudicar as relações entre alguns grupos sociais quando, por exemplo, são baseados e/ou reforçam discursos discriminatórios e/ou incitam palavras de ódio, que não respeitam a diversidade. Já as ideias de conciliação e harmonia, facilitam a vida em todas as esferas, amenizam dificuldades e/ou auxiliam na preservação da espécie.

As convenções culturais, manifestações artísticas, ocorrências linguísticas informais e produtos tecnológicos são, foram feitos graças a capacidade humana de criar, recriar objetos e

também são direcionadas por propósitos. A noção de propósito é uma aplicação prática da noção de função. Grande parte dessas criações, aliás, servem e/ou contribuem para a sobrevivência, a reafirmação da identidade de um grupo<sup>99</sup>, estabilidade psicológica, vantagem evolutiva<sup>100</sup>, entre outros. No entanto, nem sempre conseguimos perceber a função dessas convenções, apesar de algumas estipularem razões para acontecerem nas comunidades em que ocorrem, outras não passam de uma prática ou tendência seguidas por reproduções sem nenhuma função específica.

Muitas convenções não têm função aparente. É convencional para uma noiva usar uma liga azul e jogar o buquê às damas de honra. É convencional vestir as garotas de rosa e os garotos de azul, e colocar uma guirlanda na porta para o Natal (...). Os padrões convencionais são exemplificados, e não outros padrões, apenas por acidente histórico, mas, tendo ocorrido, eles causam sua própria recorrência. (MILLIKAN, NI, p. 281-282).

Na esfera do mundo digital, os artefatos culturais e ideias têm se multiplicado em uma velocidade recorde.<sup>101</sup> Vivemos na era dos memes, os reprodutores de artefatos culturais. O meme é uma espécie de replicador<sup>102</sup> que transmite culturas por várias frentes, pela moda, linguagem, símbolos, costumes, religiões, áreas do conhecimento (LEAL-TOLEDO, 2013, p.192). Para Dawkins (1976), criador dos memes, eles são análogos aos vírus, os quais utilizam mecanismos celulares designados para reproduzir genes para se reproduzirem.

Nesse sentido, memes são imitações, reproduções de comportamentos, elementos culturais, ideias etc. Não obstante, há comportamentos que não possuem uma função específica, não cumprem nenhuma função de sobrevivência. Cumprimentos são ocorrências culturais, os quais confirmam um processo de aprendizagem adquirido, principalmente, por meio da educação. Outros exemplares, como as ideias que são copiadas de pessoas, consideradas ilustres, isto é, grandes pensadores, poetas, poetisas, pessoas tomadas como

---

<sup>99</sup> (...) a religião tribal tem sido vista como um mecanismo de solidificação da identidade do grupo, importante para uma espécie que caça em bandos, cujos indivíduos dependem da cooperação para capturar presas grandes e velozes. (DAWKINS, 2001, p.112).

<sup>100</sup> A vantagem evolutiva também pode ser expressa mediante objetos, aparentemente supérfluos, como carros, produtos de marca, roupas, acessórios etc.

<sup>101</sup> Sobretudo nas questões políticas, vivemos momentos tensos, com muitos escândalos, instabilidade e inversões de valores.

<sup>102</sup> A ideia de replicador advém do darwinismo. Onde houver um replicador capaz de passar suas características para seus descendentes e houver um suprimento finito de “nutrientes” necessários para a replicação, ocorrerá a seleção natural e, por consequência, a evolução. Isso quer dizer que a evolução não depende do substrato biológico aqui da Terra, de sorte que ela pode se dar em outros planetas, com outros substratos. (LEAL-TOLEDO, 2013, p.188).

modelos, levando-se em conta que não nos decepcionem. Alguns pensamentos viram ícones ou mitos, outros trilham um caminho inverso, fracassam e passam a ser considerados piadas (MILLIKAN, 2006, p.16).

O novo caldo é o caldo da cultura humana. Precisamos de um nome para o novo replicador, um substantivo que transmita a ideia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de *imitação*. ‘Mimeme’ provém de uma raiz grega adequada, mas quero um monossílabo que soe um pouco como ‘gene’. Espero que meus amigos helenistas me perdoem se eu abreviar mimeme para *meme*. Se servir como consolo, pode-se, alternativamente, pensar que a palavra está relacionada a ‘memória’, ou à palavra francesa *même*. Exemplos de memes são melodias, ideias, ‘slogans’, modas do vestuário, maneiras de fazer potes ou de construir arcos. Da mesma forma como os genes se propagam no "fundo" pulando de corpo para corpo através dos espermatozoides ou dos óvulos, da mesma maneira os memes propagam-se no "fundo" de memes pulando de cérebro para cérebro por meio de um processo que pode ser chamado, no sentido amplo, de imitação. (DAWKINS, 2001, p.112).

Sendo assim, todo o ser humano é movido por propósitos. De acordo com Millikan, há dois tipos de propósitos: os naturais e os reais. Os naturais são biológicos e, quando falham, falham metaforicamente e/ou analogamente. Já os reais, geralmente, são feitos de modo consciente, por escolha. No entanto, não é incomum que um tipo esteja entrelaçado ao outro. Sendo assim, Millikan não consegue enxergar uma linha divisória entre eles, por isso afirma que todo propósito é biológico, isto é, são todos naturais, “(...) tentarei persuadi-lo de que nenhuma linha teórica interessante pode ser traçada entre esses dois tipos de propósitos. Os propósitos de toda a pessoa são feitos de propósitos interligados em níveis ‘inferiores’, ou mais especificamente, são ‘biológicos’” (MILLIKAN, VM, p. 03)<sup>103</sup>.

Os itens e/ou dispositivos feitos por agentes têm o propósito de representar intencionalmente e/ou executar uma função específica. Millikan busca marcas de intencionalidade. Para ela, se analisarmos a história da evolução iremos perceber que, tanto para os seres humanos quanto para os outros animais, todos os propósitos têm sua origem na adaptação por meio de alguma forma de seleção. Na verdade, para Millikan (WQPA), o termo propósito é técnico e faz parte do seu vocabulário baseado na biologia evolucionista. Essa noção advém da noção de função extraída do teleofuncionalismo. Por esse motivo, compreende-se o termo *função* a partir da biologia, da qual algo faz correspondência entre signos e objetos e/ou estados de coisas. Assim, o *propósito* de Millikan refere-se não só ao

---

<sup>103</sup> (...) In this sense all purposes are ‘natural purposes’. Even though there are, of course, many important differences among these kinds of purposes, there is a univocal sense of ‘purposes’ in which they are all exactly the same. (MILLIKAN, VM, p.13).

sistema em si, mas também à adaptação do comportamento deste ao ambiente (MIGUENS, 2002, p. 202).

Em linhas gerais, os humanos são movidos por desejos e/ou vontades, por vezes, inconscientes e/ou involuntários, cujo objetivo é afastar aquilo que nos faz mal, os corpos estranhos e/ou qualquer outro tipo de prejuízo (TODOROV, 2007, p. 58). Os genes fornecem uma capacidade para a construção de conceitos, mas os comportamentos são resultados das experiências, ou seja, são adquiridos por meio do processo de aprendizagem. Uma experiência malsucedida pode ser fundamental quando são avaliadas outras circunstâncias semelhantes. Contudo, não quer dizer que as experiências sempre serão ruins, ao ponto de não haver e, em consequência, não considerarmos os resultados positivos.

Uma situação que pode ajudar na análise é a seguinte: um indivíduo x vai a um ambulatório para tomar uma injeção e o seu braço, involuntariamente, ergue-se quando a enfermeira se aproxima com a seringa. Sua ação é involuntária. Na verdade, esse indivíduo não gostaria de agir assim, pois ele sabe dos benefícios que essa medicação pode trazer para a sua saúde, mas o receio de tomar injeção, seja por experiências ruins, medo da agulha e/ou simplesmente para não permitir um organismo estranho em seu organismo, impacta-o e não o deixa agir conscientemente. A mesma situação pode ocorrer, como afirma Millikan, quando em um consultório de um oftalmologista, o paciente não para de piscar quando o médico tenta pingar um colírio em seus olhos, esse exemplo é chamado de reflexo do olho que pisca (MILLIKAN, VM, p. 03).

O movimento freudiano é brincadeira, claro. Mas parece haver um motivo para que esse remédio não seja desejado em seus olhos. Dizemos que o olho 'deve ser fechado automaticamente' quando um objeto estranho se aproxima demais. O objetivo é impedir que objetos estranhos entrem nele. Esse é o propósito do reflexo do piscar dos olhos. O mais difícil é que você e seu olho, ou você e seu reflexo de piscar os olhos, têm objetivos opostos. Você está tentando deixar as gotas entrarem, mas o propósito do reflexo é impedir o colírio. (MILLIKAN, VM, p. 3) <sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> The Freudian move is joke, of course. But there does seem to be a sense in which that medicine is not wanted in your eye. We say that the eye "is meant to close automatically" when a foreign object comes too near. The point is to prevent foreign objects from entering it. That is the purpose of the eye-blink reflex. The difficult is that you and your eye, or you and your eye-blink reflex, are at cross-purposes. You trying to let the drops in but the reflex's purpose is to keep them out. (MILLIKAN, VM, p. 3).

As duas situações mencionadas: do braço involuntário e o reflexo do olho que pisca são exemplos claros de propósitos biológicos. No entanto, há situações muito difíceis de avaliar, cujos propósitos entrelaçados dificultam uma análise. Verifica-se que nossos propósitos nem sempre são compatíveis. Millikan menciona outro caso bastante explorado nas aulas de psicologia. A ideia inicial é recrutar dois alunos colegas de quarto. Um deles, sabendo da experiência, é instruído a sorrir quando o outro pisca. Logo, o colega percebe que o seu ato de piscar lhe rende um sorriso, então o faz com mais frequência (MILLIKAN, VM, p. 4). Esse experimento é um exemplo de um processo de aprendizagem, dado por meio de condicionamento operante. Há dois tipos de condicionamentos: o clássico (ou respondente) e o operante. O clássico empenha-se em trazer algum tipo de mudança e/ou benefício apenas para o próprio sujeito, cobaia do experimento, qualquer tipo de alteração diz respeito apenas a sua própria fisiologia, seu organismo. Ocorre a partir de um estímulo neutro, sem propósito algum, associado a um estímulo incondicionado por repetidas vezes ocasionando respostas reflexos (ATKINSON, 2002, p. 258).

Nada obstante, grande parte dos comportamentos traz consequências não só para o organismo, como para o mundo exterior. Nesse caso, há o condicionamento operante que cumpre este papel. O condicionamento operante, então, objetiva ocasionar reações, efeitos, no mundo em que vivemos. Grosso modo, a ideia é criar um estímulo que provoque algum tipo de comportamento, cuja resposta favorável costuma trazer sensações agradáveis e beneficia o indivíduo e os outros, bem como a continuidade desse processo e uma resposta desfavorável suspende tal comportamento.

Exemplos de condicionamentos operantes:

- (A) A mãe que premia o filho quando este estuda;
- (B) O tutor de um cachorro que lhe dá um osso quando este busca a bolinha;
- (C) O empregador que presenteia o empregado quando esse é escolhido o funcionário do mês.
- (D) A professora que deixa os alunos aproveitarem um pouco mais o intervalo quando eles realizam suas tarefas.

Os quatro exemplos citados acima de condicionamentos operantes são semelhantes à situação do experimento da aula de psicologia, mencionada acima. Com exceção do exemplo acerca do cachorro, os outros são feitos de modo consciente. Logo, seus propósitos de fundo são reais. E o caso da aula de psicologia, qual a explicação? O que faz as pessoas perseguirem

sorrisos, ou seja, serem colecionadores de sorrisos. E se, por acaso, fosse revelado o experimento e, mesmo assim, o aluno continuasse piscando? Essa é uma ação voluntária ou involuntária? Afinal, esse propósito pode ser descrito como metafórico ou real? Ao que parece, por ora, não conseguimos responder a essas questões, apenas conseguimos afirmar que os dois propósitos estão cruzados.

Comportamentos costumam indicar sentimentos e emoções, tais como: quando alguém gosta de algo, se zanga e/ou aprecia muito alguma coisa. As redes sociais, aliás, são claras manifestações de como as reações podem e/ou tentam responder àquilo que os sujeitos pensam, de modo: positivo, negativo, com surpresa, vergonha, raiva, amor, gratidão etc. A maioria dos humanos não vivem isolados em uma ilha, não são eremitas, por essa razão a maior parte de nossa interação social indica tudo aquilo que somos e/ou pretendemos ser. Os animais não humanos, por outro lado, reagem a diversas situações, mas, na sua maioria, sobretudo os mais selvagens, são movidos por instintos, os quais cumprem boa parte daquilo que necessitam para sobreviver: alimentos, abrigo, reprodução etc. Os domésticos, por sua vez, não se limitam apenas aos propósitos básicos, pois são capazes de oferecer carinho, compaixão, interagir, brincar. Millikan ainda fala que há rituais que os animais fazem cujo objetivo é cumprir funções de sobrevivência, como o ritual do cumprimento (MILLIKAN, VM, p.05).

De qualquer modo, os propósitos surgem de vários níveis de seleção, bem como mediante processo de aprendizado. Nesse sentido, alguns são fáceis de distinguir, como no caso do reflexo do olho ou quando alguém toma uma injeção, não desejar um corpo estranho no organismo, a defesa indica uma ação por instinto. No entanto, quando um sujeito age de modo consciente, por escolha, é induzido a agir de acordo com aquilo que conhece, com o que traz alguma sensação de prazer e/ou algo agradável. No caso do experimento de psicologia, sorrir pode fazer bem ao aluno, mas será que isso é movido por propósitos naturais ou é uma ação feita por uma escolha consciente?

Muitos psicólogos dizem que nossos comportamentos são calculados e servem para nos fortalecer, é um processo de evolução. Contudo, nem todo resultado é positivo, há os negativos. Trilhamos caminhos e temos ações calculadas para justificar os propósitos originais, os biológicos. Millikan não concorda com essa posição (MILLIKAN, VM, p. 8). Para ela, há uma grande lacuna entre ter um dispositivo que reforça comportamentos e esse mesmo dispositivo reforçar estados internos, tais como sensações, percepções, sentimentos



etc. Diante disso, ao que parece, os psicólogos acreditam que nossos comportamentos são, na maioria, calculados, já que normalmente buscamos o prazer e evitamos a dor. Para Millikan, essa equação não é tão simples, uma vez que é impossível calcular todos os nossos comportamentos, pois eles são derivados de nossos sentimentos, percepções, sensações e nem todos podem ser calculados considerando que muitas vezes temos sentimentos que nem ao menos sabemos exatamente a sua origem, como a euforia, a ansiedade, a depressão etc. (SEARLE, 2002).

Já outros tipos de propósitos são os desejos e as intenções, as representações interiores. Essas representações são selecionadas para formar representações objetivas, desde que tenham um propósito para representar e servem para trazer algum tipo de benefício. Uma intenção busca satisfazer um propósito, e “assim como os desejos não podem ser falsos ou verdadeiros, mas sim ser cumpridos, realizados ou levados a cabo, e pode-se dizer que têm uma direção de juste ‘mundo-mente’” (SEARLE, 2002, p. 11). Já a classe assertiva é avaliada como verdadeira ou falsa e “tem a direção do ajuste palavra-mundo” (SEARLE, 2002, p. 10).

Por essa razão, as representações interiores<sup>105</sup> são um pouco diferentes de outras funções biológicas. E, embora sejam selecionadas, buscam coisas boas (sensações agradáveis) conscientemente. Diante disso, essas representações são diferentes do puro instinto por sobrevivência, mais verificado nos animais não humanos. Em linhas gerais, os mecanismos conativos e cognitivos, responsáveis pela formação de desejos e intenções, foram designados e/ou escolhidos por seleção para nos trazer benefícios, harmonizar o que almejamos (MILLIKAN, VM, p. 8). É claro que, mesmo planejados, os objetivos, desejos e/ou intenções podem falhar.

De qualquer modo, nem todos os nossos comportamentos são calculados, embora a maioria seja projetado em direção a algo que buscamos especificamente. Por vezes, sentimos vontade de comer algo ou de ir a algum lugar, sem saber, em um primeiro momento o porquê, posteriormente até podemos relacionar esse desejo súbito com algo do passado, ou não, em algumas situações simplesmente sentimos uma vontade momentânea. Aliás, se pudessemos

---

<sup>105</sup> Millikan acredita que as representações internas devem ser entendidas a partir do conceito de função, ou seja, a partir do modo como as representações internas funcionam não apenas no interior da cabeça do indivíduo, mas também levando em conta o ambiente em que esse indivíduo está inserido. Incorporar o aspecto histórico da formação das funções próprias pelos processos biológico-evolutivo, Millikan afirma que as funções são determinadas por meio das interações com o meio que ocorreram durante o período em que os indivíduos de uma dada população estiveram expostos ao processo de seleção natural e que visavam a adaptação dos indivíduos ao ambiente. (CHEDIAK, 2017, p.57).



calcular todas as nossas ações, isso porque se pudéssemos calcular tudo provavelmente seríamos máquinas e não humanos.

### 3.4.2. Função própria: a base da intencionalidade de Millikan

A natureza está repleta de exemplos falíveis tais como danças de acasalamento, espermatozoides, rins, corações, dentre outros. São órgãos, itens<sup>106</sup> e/ou dispositivos que nunca funcionaram e/ou funcionaram poucas vezes. Segundo a tradição funcionalista, a explicação para um item e/ou dispositivo funcionar consiste naquilo que ele tem, isto é, as suas disposições e/ou características determinam o seu funcionamento. Millikan afirma que não pretende definir por meio da noção de função própria quais as funções dos organismos e/ou órgãos naturais, e sim, “(...) a definição da função própria possui a pretensão de explicar o que é para um item ter uma função ou propósito, mas não o que é para um item funcionar como algo” (MILLIKAN, WQPA, p. 20)<sup>107</sup>.

Existe uma conexão entre itens, dispositivos, artefatos, representações interiores, órgãos etc, e suas funções próprias. Essa conexão pode ser concretizada, ou não, porque a priori uma função própria fornece razões para este item e/ou dispositivo existir, razões que podem ter sido estabelecidas no passado, por reprodução e/ou por meio de cópias de outros. Em vista disso, segundo Millikan, todo objeto<sup>108</sup> faz parte de uma categoria natural, biológica, a categoria das funções próprias. Uma função própria<sup>109</sup> é aquilo que pode ser dito como “designado e/ou projetado para ser” ou “suposto para”.

É um termo técnico e faz parte de uma definição teórica. Conforme a filósofa, ao considerar a história evolutiva das coisas, todas as coisas existentes possuem uma função e essa função para ser exercida não depende necessariamente das suas disposições<sup>110</sup> atuais e

---

<sup>106</sup> Utilizaremos os termos item e/ou dispositivo para fazer referência a qualquer categoria biológica, psicológica e/ou linguística.

<sup>107</sup> “ (...) the definition of proper function is intended to explain what it is for an item to *have* a function or purpose, but not what it is for an item to function *as* something.” (MILLIKAN, WQPA, p. 20).

<sup>108</sup> O termo objeto, neste contexto, possui uma conotação bastante ampla, serve para fazer referência a itens, dispositivos, artefatos, representações interiores, órgãos etc.

<sup>109</sup> Segundo Millikan, “the definition of proper function may also be read as a theoretical definition of purpose”. (MILLIKAN, WQPA, p.17). Isto é, a definição de função própria também pode ser lida como uma definição teórica de propósito.

<sup>110</sup> (...) Disposições são qualidades de fácil mobilização e alteração, tais como o calor, o frio, a doença, a saúde e assim por diante. (...) o estado (hábito) é distinto da disposição: o primeiro é duradouro estável, ao passo que a segunda não tarda a sofrer mudanças (ARISTÓTELES (BINI), 2010, p. 61). E, na visão de Ryle, “(...) such as the brittleness of glass or the smoking habit of a man, it is easy to unpack the hypothetical proposition implicitly conveyed in the ascription of the dispositional properties, since these are ‘single-track’ dispositions, ‘the

sim de suas histórias de uso. Tudo depende do seu projeto (o seu *design*) e não de algo momentâneo que possa ter sido alterado por alguma circunstância e/ou defeito.

A minha alegação é que a ‘função própria’ de um item e/ou dispositivo são colocados em uma categoria biológica, e isso não tem a ver com seus poderes, mas com sua história. (...) Se ocorrências de dispositivos de linguagem e estados intencionais mentais (tais como acreditando que, pretendendo que, esperando que) sejam membros de função próprias ou categorias ‘biológicas’, então eles são dispositivos de linguagem ou estados intencionais não em virtude de seus poderes, mas em virtude de o que eles deveriam ser capazes de fazer, mas talvez não possam fazer. (MILLIKAN, LTOBC, p. 17)<sup>111</sup>.

Todos os itens, dispositivos, artefatos, representações interiores, órgãos possuem função própria, a qual indica que cada um deles foi designado para ter um efeito *x*. Função própria tem relação com potencialidade e não com necessidade, porque os itens e/ou dispositivos continuam mantendo suas funções, mesmo que não possam desempenhá-las por uma circunstância e/ou outra, como um coração malformado e/ou doente cuja função é bombear o sangue.

O objetivo é organizar a teoria naturalista da intencionalidade, considerando que todos os objetos mencionados acima exibem intencionalidade. A intencionalidade implica que os objetos possuem o propósito de executarem funções, cujo possível defeito não descaracteriza o objeto. Isso significa que mesmo havendo uma falha no desempenho de suas funções, os objetos continuam sendo o que são, como no caso do coração, a sua má formação e/ou patologia, não o torna outra coisa que não seja um coração. É uma relação que diz o seguinte: o item pode funcionar por que foi reproduzido e/ou derivado com tal característica, é uma condição suficiente, não necessária. Não há uma relação absoluta, porém se não houver tal propriedade não poderá funcionar.

Diante disso, seja uma máquina de café e/ou um estômago, possuem um propósito, a saber: representar aquilo para o que foram feitos (designados), de acordo com seus projetos originais e/ou derivados. A função própria aponta possibilidade, pois, inicialmente, qualquer

---

actualizations of which are nearly uniform’. But the practice of considering such simple models may lead, he says, to erroneous assumptions. Many disposition-concepts are not as easy to unpack since they are determinable concepts: their actualizations can take ‘a wide and perhaps unlimited variety of shapes’. (RYLE, 1949, p. 28).

<sup>111</sup> My claim will be that it is the “proper function” of a thing that puts it in a biological, and this has to do not with its powers but with its history. (...) If language device tokens and mental intentional states (believing that, intending to, hoping that) are members of proper function or “biological” categories, then they are language devices or intentional states not by virtue of their powers but by virtue of what they are supposed to be able to do yet perhaps cannot do. (MILLIKAN, LTOBC, p.17).

coisa pode falhar ao tentar realizá-la, como no caso dos espermatozoides, visto que a grande maioria morre antes da fecundação.

Para Millikan, não faz sentido estender a noção de função própria para outros mundos possíveis, porque não sabemos suas histórias. Não podemos avaliar aquilo que não conhecemos, possibilidades remotas e/ou a não existência, pois essa noção advém de um processo evolutivo. “A técnica de testar uma definição através de uma busca em mundos possíveis, pela engenhosa construção de contraexemplos ficcionais, não é apropriada para definições teóricas” (MILLIKAN, WQPA, p.17)<sup>112</sup>.

Outro exemplo de Millikan é o caso dos clones. Digamos que tenham feito um clone, João, de um rapaz chamado Pedro. Os órgãos de João não têm funções próprias genuínas. Contudo, a ideia de função própria em outros mundos possíveis e do clone pode ser explicada pela função própria derivada. Assim, tanto em outros mundos possíveis, quanto em relação ao clone, há o processo de aprendizagem. No caso de João, ele não tem a mesma história evolutiva de Pedro. Na verdade, o clone é uma cópia, análogo a uma fotocópia e/ou uma fotografia que tiramos, mas que não traz junto toda a sua digital, tal como o Pedro. No entanto, João possui em sua estrutura biológica a capacidade para aprender e reproduzir comportamentos, experiências, conhecimentos etc. Logo, ele é movido por funções próprias derivadas.

De qualquer modo, a função própria não garante a eficácia e/ou bom desempenho dos objetos, pois há margens para erros, não remete a algo absoluto. O sistema digestivo absorve nutrientes, a faringe conecta a garganta ao esôfago, veículos servem para a locomoção, telefones servem para a comunicação e assim por diante. No entanto, qualquer um desses órgãos e/ou itens podem não realizar suas funções, por uma má formação, patologia, defeito ou algum outro problema. Sendo assim, as funções estipuladas não garantem sucesso em seus desempenhos.

Por essa razão, a função é baseada na tentativa, já que pode ou não ocorrer. Ademais, não só órgãos e/ou sistemas biológicos, como o coração, o sistema digestivo ou a faringe, e outros objetos físicos possuem funções, signos também possuem funções próprias, na verdade, possuem a capacidade de representar objetos e/ou estado de coisas em suas potencialidades e não conforme as suas propriedades atuais. Sendo assim, se apenas as

---

<sup>112</sup> “The technique of testing a definition by a search through possible worlds, by ingenious construction of fictional counterexamples, is not appropriate for theoretical definitions.” (MILLIKAN, WQPA, p.17).

propriedades (intensões) garantissem as eficácias dos signos, não existiriam erros, distorções, falhas e/ou representações deturpadas.

Dessa maneira, ter uma função própria significa que algo tem e foi feito especificamente para cumprir um determinado papel, porém podem existir falhas em seu cumprimento. Todo e qualquer objeto (biológico, linguístico, psicológico) possui uma função própria não só pela história evolutiva, pela seleção natural reforçada pela adaptação e pela aprendizagem. Dessa forma, uma função própria relaciona-se, sobretudo, com o verbo “*designar para*”. Isso significa que seja um órgão, como o coração, ou uma forma sentencial, como uma declaração, todo objeto possui um propósito. O termo “próprio” refere-se à propriedade, derivado do latim. Assim, todas as coisas existentes foram constituídas a partir de uma matéria, a qual obteve uma forma, uma capacidade para desempenhar determinada função (MILLIKAN, NI).

A função própria de um item e/ou dispositivo natural, como coloca Chediak (2018)<sup>113</sup>, o qual não foi projetado por ninguém é dependente de uma reprodução continuada. Em virtude disso, as funções próprias podem ser analisadas de duas maneiras: a primeira é chamada de direta e tem relação apenas com itens e/ou dispositivos pertencentes às FRE (famílias reprodutivamente estabelecidas) e a segunda é derivada, decorrente da primeira. Sendo assim, a definição de função própria é repetida (recursiva) e, de acordo com a filósofa, são necessárias pelo menos duas condições para o seu cumprimento. Em linhas gerais:

- (1) F.P. Direta: A originou-se de uma reprodução, no caso, é uma cópia ou cópia de uma cópia;
- (2) F. P. Derivada: A originou-se como produto de algum dispositivo (que surgiu de um item e/ou dispositivo da primeira ordem) a priori.

No que tange às propriedades<sup>114</sup> presentes nos itens e/ou dispositivos, elas são repassadas por reprodução. E isso ocorre por meio do processo evolutivo. Reprodução, tal como outros termos usados por Millikan (LTOBC), também é um termo técnico, não correspondendo ao seu uso corrente. Na verdade, para Millikan o termo correto que deve ser

---

<sup>113</sup> Compreende-se claramente o significado de função quando se consideram os instrumentos e os artefatos, que são objetos construídos para realizar funções e atender a certos fins especificados pelo homem. Determina-se, nesses casos, com relativa facilidade, qual é a função do objeto e de suas partes, ao se considerar por que razão eles foram produzidos. Já com relação às funções naturais, o problema é mais complicado, pois, à luz da teoria da evolução, não é mais possível fornecer explicações para as funções presentes nos organismos baseadas na intenção de um agente criador. (CHEDIAK, 2018, p.103).

<sup>114</sup> Propriedades essas que determinam qual função própria um objeto e/ou signo possui, bem como suas FRE.

usado é cópia. A cópia pode servir para explicar a semelhança entre duas coisas, mas é diferente no que se concerne a explicar o seguinte:

- 1) Qual a razão de um item ter as propriedades que tem, isto é, pertencer a uma determinada classe;
- 2) Qual a razão de dois itens serem semelhantes conforme uma ou outra propriedade, isto é, se um item  $x$  tem uma propriedade  $p$ , outro item  $y$  tem que ser classificado da mesma maneira, por possuir essa propriedade  $p$ .

A ideia da cópia serve para mostrar como um objeto pode servir de modelo para outro. Uma situação hipotética: um item  $I$  surgiu na natureza há um longo tempo, verifica-se que esse item  $I$  possui as propriedades  $p1$ ,  $p2$  e  $p3$ . Essas propriedades foram desenvolvidas em um ambiente  $x$ , solo  $y$  e condições climáticas  $z$ . Passado um tempo, verificamos que um item  $I'$  começou a aparecer apresentando as mesmas propriedades, já que foi exposto às mesmas condições. Digamos, então, que  $I'$  é uma cópia de  $I$  e, por isso,  $I$  é o modelo de  $I'$ .

Esse processo de um item ser cópia de outro, a análise das propriedades de um item deve elucidar por qual motivo os itens são semelhantes, explicar suas funções próprias, mas não deve ser, necessariamente, parâmetro para categorizar objetos, embora possa servir. O principal objetivo é investigar como um objeto pode servir como referência. E essas propriedades, por sua vez, também podem servir para identificar quais propriedades são responsáveis para identificar as funções próprias, já que o item  $I'$ , mesmo tendo as propriedades mencionadas  $p1$ ,  $p2$  e  $p3$ , não quer dizer que todas são responsáveis por sua função própria, muito provavelmente apenas possui essa tarefa. Por conseguinte, a condição para um item  $I'$  ser cópia do item  $I$  é o fato de  $I'$  ter a mesma história causal.

Um particular,  $B$  é uma “reprodução” de um particular  $A$  sse:

- (1) Possui propriedades tais como  $p1$ ,  $p2$ ,  $p3$  semelhantes a  $A$  e satisfaz a (2);
- (2)  $A$  e  $B$ , conforme as propriedades  $p1$ ,  $p2$  e  $p3$  que têm em comum, podem ser explicados por meio de leis naturais ou *in situ* (objeto analisado no seu local natural e/ou onde se desenvolve), as quais podem satisfazer a condição (3);
- (3) A partir de tais propriedades  $p1$ ,  $p2$ ,  $p3$  deve ser possível explicar a semelhança de  $A$  e  $B$ , de tal modo que suas correspondências não podem permitir que um seja distinto de outro.

Millikan estabelece  $p1$ ,  $p2$  e  $p3$  como referências.  $B$  é uma reprodução de  $A$  se existirem ‘propriedades reprodutivamente estabelecidas’ para  $B$  e sendo que  $A$  é o modelo de  $B$ .

Para  $B$  ser uma reprodução de  $A$ , é necessário apenas que haja algum modo de descrever a história causal de  $B$ , mantendo certas condições e/ou simplesmente como condições constantes (mencionando estas como condições iniciais ou simplesmente como condições que, de fato, entraram em cena), nesse ou naquele ponto da história de  $B$ ) tal que é explicado por que  $B$  tinha que ser como  $A$ , qualquer que fosse o caráter de  $A$ , dentro de certa variação de caráter. (MILLIKAN, LTOBC, p. 20)<sup>115</sup>.

É possível que  $B$  não seja uma reprodução apenas de  $A$ , porque  $A$  pode ser uma reprodução de  $A'$ , logo  $B$  é uma reprodução de  $A'$  também. Uma FRE pode ser definida a partir de dois tipos: primeira-ordem e ordem superior. A primeira-ordem ocorre quando membros com características semelhantes aos exemplares matrizes são reprodutivamente estabelecidos, decorrentes de seus modelos e/ou um modelo apenas. Os membros da FRE de ordem-superior são determinados a partir da referência dos de ordem-inferior e da explicação Normal<sup>116</sup>.

Exemplos de membros com função própria direta são: rins, estômagos, corações, cumprimentos, sentenças da língua portuguesa, exibição de acasalamento de animais etc. E os que têm funções próprias derivadas são: novas formas linguísticas, novos comportamentos, novos dispositivos físicos etc.

1º ordem – FRE

Ao conjunto de itens e/ou dispositivos com o mesmo ou PRE similares derivados a partir de reproduções que ocorrem repetidamente com propriedade adquirida do mesmo modelo ou modelos forma-se uma primeira-ordem de FRE. Esses itens e/ou dispositivos não são feitos, necessariamente, do mesmo modo. Exemplos: ocorrências de saudações, rituais de cumprimento.

---

<sup>115</sup> For  $B$  to be a reproduction of  $A$  it is necessary only that there be some way of describing  $B$ 's causal history, holding certain conditions or simply as conditions constant (mentioning these as initial conditions or simply as conditions that as a matter of fact entered the scene at this or that point in  $B$ 's history) such that it is explained why  $B$  had to be like  $A$ , whatever the character of  $A$ , within a certain range of character variation. (MILLIKAN, LTOBC, p.20).

<sup>116</sup> A explicação Normal será mais bem abordada na seção seguinte.

Ordem-superior de FRE:

- (1) Qualquer conjunto de itens e/ou dispositivos similares produzidos por membros da mesma FRE. Quando uma função própria direta produz tais itens e/ou dispositivos e esses são produzidos conforme mecanismos Normais formam uma ordem-superior de FRE;
- (2) Qualquer conjunto de itens e/ou dispositivos produzidos por um mesmo dispositivo, quando há uma função própria deste dispositivo para marcar posteriormente itens parecidos de acordo com um mecanismo Normal para realizar essa função, formam uma ordem-superior de FRE;
- (3) Se qualquer coisa  $x$  foi produzida por um dispositivo de função própria direta que é para produzir um membro ou membros de uma ordem-superior de FRE  $R$ , e (b) é sob algum aspecto, membros Normais de  $R$  porque (c) Foi produzido conforme mecanismos Normais que aproximadamente em algum grau para esses mecanismos para produzir membros de  $R$ , então  $x$  é um membro de  $R$ .

Objetos possuem funções próprias enquanto são membros de famílias reprodutivamente estabelecidas (FRE), considerando suas histórias evolutivas. Diante disso temos: no passado, um item foi feito, ganhou uma característica determinada e passou a ser responsável para desempenhar uma determinada função. Conforme isso, a função própria é o efeito desse item que tem continuado, ao longo da história evolutiva, por seleção, uma boa adaptação ao ambiente e/ou aprendizado.

Exemplo: Um item  $I$  foi feito e designado por meio de uma propriedade  $P$ , a qual forneceu condições para desempenhar  $F$  e, por seleção e adaptação ao ambiente,  $F$  foi repassado para os outros  $I$ 's similares, seja por cópia, cópia da cópia ou por reprodução. As funções próprias podem ser ditas como, pelo menos, três diferentes modos: função própria direta, derivada e relacional.

Direta:

1º) É necessário que o item  $I$  tenha sido originado, por meio da reprodução de um item anterior, por possuir uma certa propriedade  $X$ .  $X$  existe por causa da realização dessa função  $F$ ;

Derivada:

2º)  $I$  se originou como produto de algum item anterior que realizou  $F$ , como função própria e que, costumeiramente, realiza  $F$  por meio da produção de um item  $X$ ;

Relacional:

3º) É um dispositivo que explica como uma função faz ou produz alguma coisa que possui uma relação específica para outra coisa, exemplo, a pigmentação de camuflagem do camaleão.

Há dois modos de um dispositivo adquirir função própria:

- A) Como reprodução, cópia de algo (função própria direta). O dispositivo  $d$  pode desempenhar a função própria  $F$  se surgiu a partir de outros dispositivos que no passado tinham a mesma função;
- B)  $X$  forma derivada.

### 3.4.3. Mecanismos normais: o apoio das funções próprias

A noção de função própria está aliada a noção de Normal<sup>117</sup>. Diante disso, enquanto aquela fornece uma razão, um poder as categorias biológicas, psicológicas, linguísticas para serem o que são, esta indica como este poder se tornou possível mesmo que isso não possa ser lido como uma frequência estatística. Ter uma função própria significa “ser designado para algo”, cujo efeito ocorre conforme a história evolutiva e não por suas capacidades de ações atuais. Por isso, um rim e/ou um coração, mesmo que estejam doentes e/ou sejam malformados, continuam tendo suas funções próprias.

O fato de ter uma estrutura tal que capacite um item e/ou dispositivo a ter uma função própria acontece graças a relação existente entre o mecanismo Normal e a função própria em si. Significa que tal item e/ou dispositivo foi feito em condições Normais, as quais forneceram suas potencialidades para poder, pelo menos, ter condições de desempenhar o papel proposto. Em *Bioseântica* (WQPA), Millikan coloca que as condições Normais não têm nada a ver com as circunstâncias que regularmente ocorrem e/ou como referência a classe de ocasiões. Para tanto, seria necessário reunir estatísticas sobre membros, especificar categorias de descrições. Não teria sentido fazer uma média sobre as condições tais como no-universo-

---

<sup>117</sup> “A função torna-se *Normativa* por ter sido precedida por uma história própria ou *derivada*; as disposições nelas mesmas não seriam propositivas”. (CHEDIAK, 2006, p.166 – *Grifo nosso*).



qualquer-lugar-qualquer-tempo ou um meio de delimitar categorias por meio de tais e tais circunstâncias.

Sendo assim, não é como delimitar dados matemáticos para estabelecer a medida de um terreno e/ou reunir dados para avaliar valores quantitativos que estabeleçam os próximos resultados. Itens e/ou dispositivos são feitos, pelo contrário, a partir de uma estrutura que obteve sucesso, por ter sido feita por meio de condições que deram certo no início e vêm sendo mantidas o bastante para estabelecer certa frequência e, por isso, se mantiveram, mas não necessariamente continuarão a ter sucesso porque tem tais e tais características. Além disso, o fracasso não configura um defeito original, já que se fosse assim não teria sido feito sob condições Normais.

Nesse sentido, sob condições Normais algo foi feito no passado, adquiriu determinadas propriedades, as quais favoreceram a capacidade necessária para desempenhar uma função  $x$  e se manter, mas em algum momento pode ter ocorrido um erro. O erro<sup>118</sup> não consiste no mecanismo que produz a representação e sim no que a consome e/ou interpreta. Por essa razão, o defeito não pode ser na essência, ocorre no percurso. É como um carro que é todo equipado para funcionar em plenas condições, pois seu motor está perfeito, mas no meio do caminho uma válvula escapa no motor e o veículo para de funcionar, tendo que ser consertado. Em *Varieties of Meaning* (2006), Millikan menciona como utilizava o termo Normal em LTOBC (1984):

Em Millikan (1984), no capítulo 6, eu disse que o conteúdo de uma representação descritiva ou indicativa era determinado por aquilo que o seu consumidor precisa para representar algo, se é para executar todas as suas funções de acordo com uma ‘explicação normal mais próxima’(...). “Explicações normais” são o que venho chamando de “mecanismos normais” aqui. (MILLIKAN, VM, p. 85)<sup>119</sup>.

A filósofa trata sobre mecanismos, justamente, porque tudo depende do mecanismo que consome a representação. Logo, uma representação terá sucesso em seu objetivo de representar se o mecanismo que interpreta essa representação o faz em condições que vem

---

<sup>118</sup> A concepção de Millikan é etiológica, logo “a noção de normatividade, a que a concepção etiológica recorre, não é prescritiva”. (CHEDIAK, 2018, p.109).

<sup>119</sup> In Millikan (1984), chapter 6: I said that the content of a descriptive or indicative representation was determined by what its consumer needs the representation to map onto if it is to perform all its functions in accordance with a “most proximate Normal explanation”. “Normal explanations” are what I have been calling “normal mechanisms” here. (MILLIKAN, VM, p. 85).

ocorrendo aproximadamente, ou seja, Normalmente. O termo é usado com a letra *N* maiúscula para diferenciar do termo ordinário. Essa noção tem um sentido quase normativo, médico e/ou biológico. O seu uso pode ter dois tipos de cumprimentos: referente ao uso e a história. Nesse sentido, não tem nada a ver com a estatística, pois algo para ter um uso Normal, não precisa, necessariamente, cumprir seu propósito por meio de uma média probabilística, basta apenas que tenha sido projetado para fazer algo. Dessa maneira, um mecanismo Normal é capaz de mostrar como um dispositivo consegue realizar uma determinada função por conta da sua evolução.

Meu termo ‘Normal’ deve ser lido de maneira normativa, histórica e relativa a uma função específica. (...) Uma ‘explicação Normal’ explica o desempenho de uma função específica, contando como ela foi (tipicamente) realizada historicamente nessas (talvez raras) ocasiões em que foi realizada adequadamente. As explicações Normais não dizem, por exemplo, porque é comum que uma função seja executada; não são explicações estatísticas. (MILLIKAN, WQPA, p.86)<sup>120</sup>.

Em suma, o termo Normal, como usado por Millikan, evidencia que qualquer dispositivo pode falhar, isto é, nada é perfeito. Por esse motivo, essa noção complementa a noção de função própria, a qual é uma categoria biológica que indica como algo, a partir de seus *designs* são capazes de desempenhar algo, mesmo que isso não seja suficiente, pois essa noção não tem relação com a disposição atual e sim com sua história. Os itens e/ou dispositivos funcionam em condições normais. Tais condições Normais são estabelecidas a partir daquilo que é esperado, como algo poderia funcionar, não exatamente deveria.

A história evolutiva vem da seleção natural e de um processo de aprendizado. Todo órgão (organismo) proliferou, sobreviveu graças as suas funções próprias que garantiram a reprodução de outros órgãos. Nesse sentido, esse termo deve ser lido normativamente e historicamente do seguinte modo:

1º uma explicação Normal explica a realização de uma função em particular cobrindo o passado do item, para o qual este foi feito;

---

<sup>120</sup> My term “normal” should be read normatively, historically, and relative to specific function. (...) A “normal explanation” explains the performance of a particular function, telling how it was (typically) historically performed on those (perhaps rare) occasions when it was properly performed. Normal explanations do not tell, say, why it has been common for a function to be performed; they are not statistical explanations. (MILLIKAN, WQPA, p. 86).

2º Instante – Normal tem a ver com condições para realizar a função. Exemplo: Condições Normais para discriminar cores não é o mesmo que discriminar gastos. Temos uma estrutura semelhante que nos permite enxergar as cores do mesmo modo, mas para gastos precisamos fazer contas em que buscamos algumas regularidades que nos indique, principalmente, um padrão. E, por vezes, as funções são realizadas raramente e/ou nunca foram realizadas.

#### 3.4.4. A Intencionalidade naturalizada de Ruth Millikan

A intencionalidade naturalizada de Millikan une semântica, biologia e teleologia. A semântica lida com o significado a partir da noção de função própria ao buscar especificar como signos podem funcionar, mas também dar uma razão para possíveis fracassos. A função própria é estabelecida por meio da história evolutiva e pelo processo de aprendizagem. A teleologia trata acerca da noção de propósito, a partir de *designs*, projetos que foram feitos para determinados fins cujos objetivos buscam fazer representações, independente do grau de sucesso ou não. Por essa razão, a teoria de Ruth Millikan faz parte da concha de teorias teleosemânticas.

A teoria teleosemântica pretende explicar como conteúdos de representações podem ser fixados, qual a possibilidade do erro, já que nem todas as representações obtêm êxito em suas realizações. Em seu artigo *Biosemântica* (1993), ela diz que falsas representações podem ser explicadas como ocorrências que são produzidas sob outras circunstâncias. O grande desafio é descobrir quais são essas circunstâncias. Destarte, ela buscou essa explicação por meio de uma teoria de intencionalidade que toma a noção de função biológica como central para sua análise.

Em seu livro LTOBC ela expõe suas primeiras impressões acerca da intencionalidade. Amplamente falando, os signos<sup>121</sup>, sejam físicos e/ou mentais<sup>122</sup>, podem ser classificados na mesma categoria, a saber: nem sempre obtêm sucesso em seus propósitos. Vale ressaltar que possuem sentidos distintos, tais como: um mapa que é uma representação gráfica de uma área real, um semáforo que representa orientações de tráfegos, um nome próprio que representa indivíduos, um pensamento que representa uma crença e assim por diante.

---

<sup>121</sup> Neste livro, ela usava o termo ‘signo’ para fazer referência às ‘representações’.

<sup>122</sup> Millikan chamava estados mentais intencionais de representações interiores. Em seguida, passou a chamar de representações diretivas e/ou descritivas.

Os signos são classificados a partir de vários tipos: naturais, improvisados, convencionais etc. Contudo, há dois tipos que servem como casos paradigmáticos: os indicativos e os imperativos<sup>123</sup>. Os indicativos possuem seus significados, são verdadeiros em virtude *do que dizem o que são* e os imperativos em virtude *daquilo que dizem o que fazem*. “Mas a noção de 'intencionalidade', como a noção de 'signo', é unificada não por uma definição, mas por paradigma. De fato, existem dois paradigmas de intencionalidade, um paradigma indicativo e um paradigma imperativo<sup>124</sup>” (MILLIKAN, LTOBC, p. 86)<sup>125</sup>.

A análise de Millikan abrange qualquer tipo de signo e/ou representação: pública e/ou mental. A ideia de função biológica é a sua base para tratar sobre essas representações (signos). Seu grande trunfo talvez seja o fato dela buscar explicar como a linguagem também pode ser compreendida por meio de uma função biológica. Diante disso, como colocado por Stein “(...) o foco está na linguagem enquanto instrumento para cumprir funções biológicas, que permitiram e permitem a sobrevivência. A linguagem segue propósitos naturais” (STEIN, 2012, p. 06). Para Millikan, a função principal da linguagem é a comunicação. Assim, o uso que fazemos das expressões linguísticas faz parte de um jogo linguístico impulsionado por propósitos naturais. O significado pode ser tratado a partir de duas suposições:

- Suposição da semente: A natureza intencional do ato de conhecer o mundo empírico tem a sua fonte ou a sua forma é dada pela mente. A base para conhecermos o mundo exterior está dentro da mente. É a mente que define qual ou quais critérios são determinantes para a avaliação da referência e se essa é bem-sucedida ou se falha, então há uma falha no sentido (no mapeamento semântico do signo);

- Suposição do um-a-um: o termo unívoco em linguagem pública é associado a um estado psicológico comum a todos os usuários competentes. Para termos referenciais, tipicamente, a ideia tem sido a mesma semente de referência E o critério para referência bem-sucedida deve ser compreendido por todos usuários competentes. O paradigma aqui é a visão fregeana em que uma palavra ambígua ou sentença pode corresponder ao sentido e assimilado por todos aqueles que a compreendem. Se há alguma coisa em comum nos estados

---

<sup>123</sup> Mais tarde, em LBM, Millikan denomina-os como representações descritivas e diretivas.

<sup>124</sup> Que posteriormente (2010) ela intitula como representações descritivas e representações diretivas.

<sup>125</sup> “But the notion ‘intentionality’, like the notion ‘sign’, is unified not by a definition but by paradigm. Indeed, there are two paradigms of intentionality, an indicative paradigm and an imperative paradigm”. (MILLIKAN, LTOBC, p.86).

psicológicos de todos aqueles que alcançam o significado do termo público, então é alguma descrição isolada, que captura este elemento comum, e qualquer usuário competente deve ser hábil para reconhecer tal descrição.

Millikan repaginou a intencionalidade quando passou a questionar a teoria de Brentano. Para ela, a propriedade relacional da intencionalidade não poderia ser específica de objetos mentais, uma vez que não é fácil traçar uma linha divisória entre o físico e o mental. Sendo assim, dizer que a intencionalidade marca apenas o mental é um engano. Por esse motivo, ela chama essa tentativa de Brentano de problemática de Brentano. Brentano estava preso em uma teoria, a qual poderia explicar como uma representação pode ser *de* ou *sobre* alguma coisa. Para ela, por outro lado, ao considerar *propósitos*, sempre há a possibilidade da falha.

Na realidade, como já foi dito, todos os propósitos são naturais e por isso podem falhar metaforicamente. Com isso, um estômago, cujo propósito é digerir comida e não tem qualquer relação com *offness* e/ou *aboutness* tampouco não se refere a nada mental, fracassa de modo analógico. O ponto em questão é que a propriedade *aboutness* associa-se aos propósitos quando esses são explicitamente representados, mas primeiro é necessário ter um propósito para representar. E, de acordo com Millikan (NI), este é o desafio do naturalismo, a saber:

1º) Que haja um propósito para realizar;

2º) Mostrar como essa análise pode ser usada para a intencionalidade naturalizada em fatos representados em vez de casos nos quais são tratados apenas os objetivos.

O objetivo é mostrar como a intencionalidade defendida por Brentano, no que tange às crenças, desejos e/ou intenções podem ser analisadas por meio de propósitos naturais. A partir disso, Millikan (LTOBC) passou a defender que propósitos naturais podem ser capturados por meio de funções próprias. Assim, a teoria de Millikan diz o seguinte: a intencionalidade como fenômeno natural tem relação com o que é Normal ou próprio<sup>126</sup>. Ademais, a intencionalidade não é uma definição, não pode ser especificada por uma definição, pois tem a ver com regras de mapeamento entre signos e coisas, com uma teoria da verdade como correspondência<sup>127</sup>. Em consequência disso, para ela, a intencionalidade não é algo específico de um tipo de

---

<sup>126</sup> Os dois não têm exatamente o mesmo sentido.

<sup>127</sup> Teoria da correspondência da verdade, a qual, segundo Miguens, “uma teoria da verdade como correspondência no âmbito geral dos signos (...). Esta teoria geral dos signos é uma teoria da intencionalidade como fenômeno natural”. (MIGUENS, 1998, p. 481).

objeto, físico ou mental, tem relação com a verdade ou falsidade. E, da mesma forma que uma sentença verdadeira mapeia algo *para o e/ou no mundo*, significa e/ou corresponde a algo. Uma sentença falsa também corresponde a algo, mas não é algo real no mundo, todavia não deixa de ter um significado.

De qualquer modo, uma falsa crença é como outro objeto que falha, como uma máquina de lavar roupas que não funciona, um leão que não ruge, uma promessa não cumprida ou um desejo não realizado, isto é, são representações feitas para caracterizar estados de coisas específicas, as quais podem confirmar suas razões de serem o que são. No entanto, algo no meio do caminho deu errado e isso não tem nada a ver com seus propósitos e sim com seus sistemas que, embora tenham sido feitos para isso, não conseguiram completar suas tarefas, fosse em razão de suas estruturas atuais e/ou algum problema circunstancial que gerou impedimentos.

Representar um estado de coisas é equivalente a fazer um mapeamento entre representação e representado. Mapeamento este que, mesmo diante de algo inexistente e/ou falso, é capaz de mostrar. Em vista disso, há uma conexão (correspondência) entre este mapeamento e valores-de-verdade. E, desse modo, mesmo uma crença falsa faz essa conexão, mas não é real. Coisas falsas não mapeiam do mesmo modo que as verdadeiras, mas estabelecem algo, embora falhem em seus propósitos. Representações deturpadas não as impedem de ser o que são e serem caracterizadas como objetos que exibem intencionalidade.

Em vista disso, Millikan coloca que este é outro modo para analisar a problemática de Brentano, ou seja, nos confundimos quando usamos os verbos de tentativa e/ou sucesso e nos expressamos equivocadamente. Quando, por exemplo, faço referência a algo não existente, fruto de uma alucinação, não é comum que eu diga: “estou tendo uma alucinação e estou vendo algo não existente”, ao contrário, digo: “estou vendo meu avô falecido”. O verbo “ver” está sendo usado do mesmo modo que “meramente olhar”. Com isso, estou cometendo um contrassenso, porque não posso estar vendo alguém, que realmente não está presente, isto é, está morto. Uso um verbo quando deveria estar usando outro. Na verdade, essa é uma quase-percepção, em que algo se apresenta a mim sob um determinado aspecto, o qual parece real, mas não passa de uma alucinação. De qualquer modo, eu acredito que estou vendo, embora não tenha nada para ver.

Dentro do termo “Intencionalidade”, Brentano, então, estava preso na teoria para explicar como uma representação pode ser de ou sobre alguma coisa, e isso é apenas o outro lado da moeda da explicação de como essa pode ser vazia ou falsa. Também preso dentro dessa teoria, é claro, era a ideia que: quando há um pensamento vazio ou falso há um objeto, então há um objeto que pode ser representado, mais ou menos, no mesmo sentido que há um objeto representado quando há um pensamento verdadeiro. Existe algo chamado “objeto intencional” ou “conteúdo intencional” que está presente, independentemente, se o pensamento é verdadeiro ou falso.<sup>128</sup> (MILLIKAN, VM, p. 64).

O problema, segundo a filósofa, é que em nossas vidas cotidianas costumamos esperar resultados positivos em todos os aspectos. E essa situação não muda quando usamos a linguagem para descrever nossas emoções, sentimentos, estados intencionais, situações ligadas ao trabalho, vida social e/ou amorosa. Por essa razão, amiúde, em termos linguísticos os verbos que remetem ao sucesso e ao êxito são priorizados e os de tentativa descartados. Além disso, no que se refere às categorias biológicas, tais como os órgãos, “nem tudo no organismo é uma adaptação, algumas coisas são simplesmente contingências históricas” (LEAL-TOLEDO, 2017, p. 27).

### 3.5. Reflexões finais

A intencionalidade de Brentano, avaliada pelas propriedades de *ofness* e *aboutness*, dizem respeito aos objetos e/ou estados de coisas que se localizam apenas na mente. No entanto, em casos nulos, objetos que não existem e/ou situações que não ocorreram, a análise é mais delicada. É difícil tomar como evidente um fenômeno psíquico que nos conduz a algo falso. Por essa razão, a intencionalidade naturalizada é uma alternativa considerável para explicar como esses casos podem ser tratados, sem cair em uma armadilha lógica, como a lei da não contradição. Ao redefinir o conceito tratado por Brentano, Millikan alarga a sua aplicação.

Levando em conta que todo objeto, bem como todo o signo, é destinado a algo, a intencionalidade, nessa perspectiva, é avaliada como um plano, um projeto que se elabora

---

<sup>128</sup> Certamente, Brentano estava enganado, entretanto, sobre o pensamento que há uma relação entre alguma coisa de marcas não existentes apenas no mental. Qualquer tipo de propósito pode falhar ao ser realizado, consequentemente, pode exibir a relação de Brentano, tal como o propósito de um estômago para digerir alimentos ou o propósito de um protetor de olhos para o reflexo ou para mantê-lo protegido da areia. Nem os estômagos e nem os reflexos são “de” ou “sobre” qualquer coisa. A resposta tradicional, observada no capítulo 1 acima, é que propósitos naturais são propósitos apenas em um sentido analógico e, consequentemente, “falham ao serem realizados” apenas no modo analógico. Essa resposta levanta a questão. Se assumirmos que propósitos naturais não são propósitos em um sentido completo, porque eles não são mentais. É também falho explicar por que intencionalidade analógica não é acompanhada pelo termo analógico “sobre algo”. (MILLIKAN, VM, p. 64).

para a realização de algo cuja não-execução é uma possibilidade. Em termos linguísticos, as pessoas falam se expressam, porque pretendem algo, no mínimo, serem ouvidas. Elas simplesmente não gastam energia e tempo, sobretudo nos dias de hoje, com isso, a interação linguística é pautada por objetivos direcionados. Ademais, a noção de função própria, mesmo sendo um conceito abstrato é um ponto-chave para a compreensão da teoria dos signos, já que retira da relação signo-objeto e/ou estado de coisas o caráter normativo referencial, isto é, não é orientado por uma perspectiva prescritiva. Dado que a noção de Função Própria tem relação com a propriedade do objeto, sem descaracterizá-lo e, simultaneamente, aceitando o fato que nem sempre o organismo cognescente vai obter êxito em seu desempenho. Destarte, analisar os organismos por meio de suas histórias e evolução equivale a identificá-las com suas origens. E embora tenham sido projetados pela evolução de forma a terem adquirido o propósito de representar algo, muitas vezes fracassam.



## 4. CAPÍTULO III

### O CONCEITO DE SUBSTÂNCIA NO ESCOPO DOS SIGNOS

#### 4.1. Apresentação

Este capítulo expõe o construto teórico de Millikan que encerra o seu ciclo no que tange ao estudo dos conteúdos dos signos. Primeiramente, abordaremos as perspectivas de Dretske (1986, 1995) e de Millikan (LTOBC, VM). Embora esses dois teóricos estejam no escopo da teleosemântica, possuem visões diferentes. Na segunda parte, seguiremos a discussão de Millikan no que se refere a sua escolha de termos técnicos. Millikan (LTOBC), seguindo Peirce, usou, inicialmente, o termo ‘ícone’ para tratar os signos e o termo ‘representação’, como uma subcategoria dos ícones. Sendo assim, investigaremos os signos em Peirce e Millikan. Para finalizar, analisaremos o conceito de substância, dependente do conceito de *affordances* (GIBSON, 1986). As substâncias são definidas por Millikan (OCCI) como oportunidades que possibilitam e facilitam a constituição dos signos.

#### 4.2. O conteúdo das representações em Dretske e Millikan

O conteúdo de uma representação é primordial na esfera teleosemântica de Millikan. Dretske (1986, 1995) e Millikan (LTOBC, VM) são pioneiros nesse seguimento. Contudo, embora compartilhem com a ideia de que as representações podem ser delineadas mediante funções há nuances distintas no que se referem às suas análises. Iremos esboçar nas próximas seções as suas perspectivas.

##### 4.2.1. A teoria informacional de Dretske

A teoria da informação da matemática<sup>129</sup>, ou teoria da comunicação, vincula uma informação<sup>130</sup> a um estado de coisas, bem como o modo como essa informação é transmitida e analisada. É uma teoria estatística e quantitativa, que avalia possibilidades e probabilidade. Basicamente lida com a correção de erros.

<sup>129</sup> Inspirada no trabalho de Claude Shannon's.

<sup>130</sup> Baseado numa distinção entre informação e significado, o autor apresenta significado e novidade como dois critérios essenciais de informatividade. (NÖTH; GURICK, 2011, p.06).

A teoria da informação identifica a quantidade de informação associada ou gerada pela ocorrência de um evento (ou a realização de um estado de coisas) com a redução da incerteza, a eliminação de possibilidades, representada por esse evento e/ou estado de coisas. (DRETSKE, 1995, p. 04)<sup>131</sup>.

Dretske coloca a seguinte situação<sup>132</sup>: há uma seleção para o preenchimento de uma vaga de emprego com oito candidatos na disputa, cuja escolha será feita a partir da análise de algumas características dos candidatos. As características são: 1-homem, 0-mulher, 0-novo, 1-velho, 0-baixo, 1-alto. A partir disso, é gerada uma informação de três *bits por meio* de código binário. Nessa situação, o selecionado é Herman a partir da informação 101, e o seu nome é enviado ao chefe. Assim, 101 representa Herman, em que 1 indica homem, 0 para novo e 1 para alto. Entretanto, digamos que outra informação seja gerada – 010 – representando Margarete, em que 0 indica mulher, 1 para velho e 0 para baixo. Não importa qual das duas informações é escolhida – pois, em termos de conteúdo, é irrelevante em uma teoria quantitativa escolher Herman ou Margarete. Todavia, o filósofo julga incoerente tratar sobre informação e desconsiderar o conteúdo.

Dessa maneira, Dretske toma emprestado essa teoria da informação da matemática para elaborar a sua. Ele questiona não apenas as condições de avaliação de um conhecimento como correto –mas, sobretudo, coloca a seguinte questão: em quais condições podemos dizer que um conhecimento é incorreto e/ou uma representação é deturpada? Em seu artigo *Misrepresentation* (1986), ao levar em conta a noção de conteúdo semântico, ele afirma que a representação pode falhar. Essa falha pode ocorrer por causa da interpretação do signo, ou seja a sua intencionalidade. Sua pretensão, então, é desenvolver uma teoria genuína semântica de informação, que possa ser aplicada na epistemologia e na filosofia da mente para melhor compreender a ideia de conteúdo semântico.

O problema não é como, por exemplo, um diagrama, *d*, pode deturpar o mundo, *w*. Pois se tivermos outro sistema, *r*, já possuidor de poderes representacionais, pode ser usado como uma extensão expressiva de *r*, participando, assim, dos sucessos e fracassos representacionais de *r*. Quando isso ocorre, *d* pode vir a significar que *w* é F quando, na verdade, *w* não é F, mas o significado de *d* deriva, em última instância, de *r*. (DRETSKE, 1986, p.157 – tradução nossa).<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> “Information theory identifies the amount of information associated with, or generated by, the occurrence of an event (or the realization of a state of affairs) with the reduction in uncertainty, the elimination of possibilities, represented by that event or state of affairs”. (DRETSKE, 1995, p.04).

<sup>132</sup> Esse exemplo foi retirado do primeiro capítulo do livro *Knowledge and Flow of Information*, p.03-39.

<sup>133</sup> The problem is not how, for example, a diagram, *d*, can misrepresentation the world, *w*. For if we have another system, *r*, already possessed of representational powers, *d* can be used as an expressive extension of *r*,

A comunicação ocupa-se com fontes e não com mensagens em particular, lidando com a média da quantidade de informação – tal como nos sorteios de moedas em que os sorteios são as fontes; ou ainda como no exemplo anterior em que a seleção de emprego é a fonte, cuja média são os três *bits* de informação gerados na escolha do candidato. A transmissão de informação, por sua vez, é dependente da interrelação causal entre a fonte e o receptor. Teixeira, para exemplificar Dretske, usa a seguinte situação para tratar da relação entre dois sistemas: dois sistemas *S* e *S'* possuem uma relação causal em que *S* é a fonte de informação e *S'* é o receptor. Nisso, há uma história causal: *S* transmite informações para *S'*. Essa transmissão indica que *S* carrega informação sobre *S'*.

A relação entre a fonte e o receptor é o ponto de partida para a análise de Dretske. Nesse sentido, baseando-se na distinção de Grice<sup>134</sup> entre signos naturais e signos não-naturais – em que um signo é natural quando *P* significa *P* *sse* *P* for o caso, e é não-natural quando *P* significa *P* mesmo que *P* não seja o caso –, ele estabelece a sua distinção. Grice considera importante expor que os signos naturais possuem um vínculo factual entre o signo e um estado de coisas, diferentemente dos signos não-naturais, os quais têm relação com a intenção do comunicador. Por essa razão, tomando a comunicação verbal, é possível perceber que aquilo que está sendo dito nem sempre corresponde àquilo que se pretende dizer. Grice expõe,

Essa questão sobre a distinção entre significado natural e não-natural é, penso eu, o que as pessoas percebem quando demonstram interesse na distinção entre sinais “naturais” e “convencionais”. Mas acho que minha formulação é melhor. Para algumas coisas que podem significar NN, algo não são sinais (por exemplo, palavras não são), e algumas não são convencionais em qualquer sentido comum (por exemplo, certos gestos); enquanto algo que significa naturalmente não podem significar o que eles significam. (GRICE, 1957, p.379 – tradução nossa).<sup>135</sup>

---

thereby participating in *r*'s representational successes and failures. When this occurs, *d* can come to mean that *w* is F when, in fact, *w* is not F, but *d*'s meaning derives, ultimately, from *r*. (DRETSKE, 1986, p.157).

<sup>134</sup> Grice explica melhor essa distinção no seu texto *Meaning* (1957) – p.377-388.

<sup>135</sup> This question about the distinction between natural e non-natural meaning is, I think, what people are getting at when they display an interest in a distinction between “natural” and “conventional” signs. But I think my formulation is better. For some things which can mean<sub>NN</sub> something are not signs (e.g., words are not), and some are not conventional in any ordinary sense (e.g., certain gestures); while something which mean naturally are not signs of what they mean. (GRICE, 1957, p. 379).

Para Dretske<sup>136</sup>, conteúdos informacionais são signos naturais, e conteúdos representacionais são signos não-naturais. Considerando os signos naturais (conteúdo informacional), estes só podem representar um estado de coisas corretamente se a informação carregada pelo signo for o caso. Quanto à natureza da informação, refere-se a algo dado no mundo; isto é, independe da avaliação e/ou reconhecimento do sujeito cognitivo. As informações independem do fato de termos conhecimento e/ou de quais são as nossas crenças a respeito das mesmas<sup>137</sup>.

Se temos:

Nuvens pretas indicam chuva.

Fumaça indica fogo.

Manchas vermelhas indicam Sarampo.

Em qualquer um desses exemplos, algo carrega informação sobre algo.  $X$  carrega informação sobre  $Y$ ,  $X$  é o receptor da informação – o signo natural –, e  $Y$  é a fonte, o estado de coisas representado.  $X$  carrega informação *sse*  $Y$  for o caso, cuja probabilidade de  $Y$  ser o caso é igual a 1. Contudo, em que circunstâncias pode acontecer ou, de fato, acontece uma falha? Na circunstância de  $Y$  não ser o caso, e/ou a probabilidade condicional ser menor que 1; ou seja, quando o conteúdo informacional não é equivalente ao conteúdo representacional. Exemplificando: manchas vermelhas costumam indicar sarampo, mas se a pessoa não está com sarampo não será o caso, pois pode ser que esteja com alguma alergia e/ou comeu doces demais.

De qualquer modo, a relação deve ser unívoca entre a fonte e o receptor para ser verdadeira. O signo natural não pode indicar o estado de coisas específico e/ou esperado, se não ocorrer a existência daquilo que está sendo indicado. Em *Misrepresentation*, pontua: “Os signos naturais são indicadores, indicadores mais ou menos confiáveis, e o que eles querem dizer é o que eles indicam ser” (DRETSKE, 1986, p.18)<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> Em *Misrepresentation* (1986), Dretske coloca signo natural e signo funcional.

<sup>137</sup> Dretske adota um realismo bruto.

<sup>138</sup> “Natural signs are indicators, more or less reliable indicators, and what they mean is what they indicate to be so”. (DRETSKE, 1986, p.18).

Um outro exemplo, o da campainha: digamos que a campainha da minha casa foi tocada, mas eu não sei quem a tocou; apenas tenho certeza que não pode ter sido tocada por um animal. Por outro lado, não posso garantir – não tenho a probabilidade igual a 1 –, que realmente tenha sido uma pessoa; pode ser que tenha ocorrido um curto-circuito. O conteúdo representacional é determinado pelo estado de coisas representado a partir do conteúdo informacional carregado pelo signo. No entanto, nem sempre o conteúdo representacional é compatível com o conteúdo informacional; por conseguinte, enquanto conteúdos representacionais podem ser falsos, conteúdos informacionais não podem.

Existem conexões causais capazes de estabelecer relações constantes entre signos naturais, e as informações carregadas por esses signos tornam o vínculo entre signo e o estado de coisas unívoco. Então, como podem ocorrer erros nas representações? Pela incompatibilidade do conteúdo informacional e conteúdo representacional. Em seu livro *Knowledge & the Flow of Information* (1981), Dretske expõe que o erro de uma representação acontece em uma situação de não aprendizagem.

Sendo assim, para Dretske (1981) durante um determinado tempo  $T$ , um organismo  $O$  fica submetido a muitos signos  $X$  que carregam a informação  $Y$ . A partir disso, começa a ser construída uma codificação, uma espécie de mapeamento, cujo objetivo é fazer com que o organismo  $O$  possa identificar  $Y$ . O conteúdo semântico é estabelecido neste processo de aprendizagem ideal, por meio desta codificação. Entretanto, tendo em vista que há muitos exemplares, no caso,  $Y$  e não- $Y$ , então esse processo de aprendizagem ideal não funciona no início deste tempo  $T$  – pois a adaptação do organismo  $O$  para com o reconhecimento de  $Y$  é gradativa. As representações falhas ocorrem quando o sistema  $S$  troca  $Y$  por não- $Y$ ; existindo, dessa maneira, um processo de não aprendizagem. Essa análise informacional de Dretske avançou ao unir informação e função.

#### 4.2.2. A teleosemântica informacional de Dretske

Em sua segunda teoria, a teleosemântica informacional, Dretske une a noção de informação com a de função. Dessa maneira, enquanto a sua primeira teoria se consolida na noção de informação carregada pelo signo, a teleosemântica determina que uma representação  $R$  tem a função  $F$  de Indicar um estado de coisas, caso carregue informação acerca desse estado de coisas. Assim, há uma conexão entre função e informação. Conforme o filósofo,

todos os fatos mentais são representacionais – embora nem todas as representações sejam mentais, uma vez que existem representações públicas, como mapas, gráficos, fotografias etc.

A ideia fundamental é que um sistema *S* representa uma propriedade *F*, *sse S* tiver a função de indicar (fornecer informações sobre) o *F* de um determinado domínio de objetos. A maneira pela qual o *S* executa sua função (quando o executa) é ocupando estados diferentes *s1, s2, ... sn* correspondendo aos diferentes valores determinados *f1, f2... fn* de *F*. (DRETSKE, 1995, p. 02 - tradução nossa)<sup>139</sup>.

Diante disso, a representação de um estado mental ocorre *sse*<sup>140</sup> este estado tem a função de indicar. Aqui é capturada a normatividade, o que para Dretske (1995) é um elemento inerente à representatividade. Quanto à noção de função, ela é etiológica, vincula-se à ideia de efeito; isto é, todos os itens e/ou dispositivos foram feitos para, em condições normais, executarem uma função específica, uma função própria, como a função do coração é bombear o sangue. Teleosemântica é uma teoria de significado; por consequência, uma teoria de representação. “A teleosemântica faz isso identificando o significado do conteúdo representacional de um estado neurobiológico (órgão, mecanismo, etc.) com o que tem a função de indicar sobre o mundo” (DRETSKE, 2006, p.71).<sup>141142</sup>

Quanto ao conteúdo de uma representação<sup>143</sup>, embora a informação seja relevante para indicar a função de uma representação, nem toda informação possui uma função – mas toda representação deve possuir uma função. Dessa forma, toda função de uma representação carrega informação equivalente àquilo que ela indica. Além do mais, para Dretske, há dois tipos de representações: as naturais e as convencionais. As naturais são, basicamente, as experiências, percepções, sensações e os sentimentos que são desprovidos de conceitos, e também os estados mentais intencionais, tais como pensamentos, crenças, intenções etc. Já as convencionais são a linguagem, ou ainda instrumentos como altímetros, velocímetros, termômetros etc.

---

<sup>139</sup> The fundamental Idea is that a system *S*, represents a property, *F*, if and only if *S* has the function of indicating (providing information about) the *F* of a certain domain of objects. The way *S* performs its function (when it performs it) is by occupying different states *s1, s2, ... sn* corresponding to the different determinate values *f1, f2... fn* of *F*. (DRETSKE, 1995, p. 2).

<sup>140</sup> Se e somente se.

<sup>141</sup> “Teleosemantics does this by identifying the meaning representational content of a neurobiological state (organ, mechanism, etc.) with what it has the function of indicating about the world.” (DRETSKE, 2006, p.71).

<sup>142</sup> De acordo com a sua versão (1988, 1995).

<sup>143</sup> Chediak expõe que esse conteúdo não informa nem se refere ao objeto, mas às suas propriedades. “O conteúdo de uma representação não informa sobre o objeto que ela visa, mas sobre as propriedades do objeto, propriedades que poderiam ser de outro objeto, pois o objeto varia de contexto a contexto”. (CHEDIAK, 2014, p.10).

Nesta segunda versão da teoria de Dretske, é relevante expor a relação existente entre Indicação e representação. Assim, enquanto a Indicação sempre será verdadeira (pois não pode ocorrer se não for o caso), a representação pode ser falsa. Como no caso das manchas vermelhas, aqui<sup>144</sup> elas podem não representar, isto é, podem não ser signo natural de sarampo. Todavia, exposto a respeito da ideia da natureza da informação, indicador e indicado possuem conexão mesmo que um sujeito não tenha e/ou não concorde com esse conhecimento.

Em suma, quando a representação não desempenha o seu papel, não realiza sua função de Indicação, significa que ela falha. Isso porque deve haver uma correspondência entre a representação como signo natural, e o fato e/ou estado de coisas que ela representa – considerando também as condições normais. Logo, uma representação R é verdadeira quando executa corretamente a sua função F de Indicação, conforme a informação que carrega. Dretske destoa de Millikan, sobretudo por desconsiderar a noção de contexto, já que para Millikan (VM) a informação carregada pelos signos não precisa ter um caráter absoluto, basta que essas informações apresentadas tenham uma frequência média. A seguir apresentaremos a análise de Millikan.

#### 4.2.3. Millikan e os conteúdos das representações

Como identificamos<sup>145</sup> e/ou reconhecemos um objeto e/ou estados de coisas? O reconhecimento de um objeto, um órgão, um organismo, uma categoria linguística uma categoria psicológica etc., pode ser revelado por suas funções próprias, já que a função própria é fundada no conteúdo<sup>146</sup> de uma representação. Em termos linguísticos, o processo epistemológico naturalista pode ser expresso a partir de uma junção entre as experiências e a abordagem mental teórica. Diante disso, embora possamos alcançar o mundo material por meio da percepção<sup>147</sup>, de modo imediato; essas sensações não nos garantem a veracidade do

---

<sup>144</sup> Segundo Millikan, propõe a inclusão da informação local natural porque segundo ela, Dretske edifica a sua teoria em relações nomológicas entre signo e objeto. (MILLIKAN, VM, p.31).

<sup>145</sup> Segundo Millikan, o ato de identificação, para ícones intencionais, é um ato de conhecer e/ou reconhecer o que no mundo, há um elemento que mapeia ou representa. (MILLIKAN, LTOBC, p. 240).

<sup>146</sup> “(...) o conteúdo é uma função da função e há funções biológicas prévias a existência de consciência e de linguagem. Logo, o ponto é que o significado por trás delas está fundado na função biológica”. (MIGUENS, 1998, p. 467).

<sup>147</sup> Na percepção o nosso cérebro incorpora sinais dentro dos signos e constrói uma cascata semiótica por meio do que é informado do paradeiro dos objetos distais pela mente. A comunicação em si é uma forma estendida de percepção – percepção a partir de uma camada adicional de sinais fornecidos pela língua. (RECANATI, 2006, p. 03).

conhecimento, mas sim estabelecem um vínculo primordial para o início de um processo epistemológico e de aprendizagem. Já o mundo mental é privado e o seu acesso é restrito, com exceção de quando os sujeitos o compartilham. Objetos mentais, tais como eventos, atos e/ou estados, são veículos que carregam informações acerca de objetos e/ou estados de coisas. Essas informações nos permitem analisar o valor de verdade e/ou a condição de verdade.

Exemplos:

Quando faço um juízo, a base para fazê-lo não pode ser o vazio.

Quando penso, se estou consciente, penso em algo, em uma circunstância e/ou em alguém.

Os meus desejos, bem com minhas intuições possuem um objeto, seja qual for o seu conteúdo.

Dessa forma, conhecer o mundo e os objetos que nos cercam requer o uso de nossas propriedades perceptivas, linguísticas, de raciocínio lógico, de capacidade de abstração etc. A partir disso, há uma base sólida para fundamentarmos o conteúdo de uma sentença ou de um estado mental, como um pensamento? A racionalidade nos fornece alguns subsídios, sobretudo por meio da percepção, para sabermos discernir o real da ilusão. Entretanto, como podemos discernir o conteúdo – bem como se esse condiz a algo na realidade? As teorias que lidam com o “significado” expõem fundamentos distintos para suas justificativas<sup>148</sup>. As teorias representacionistas e pragmáticas giram em torno de descrições e regras. No entanto, para Millikan (LTOBC, WQPA), a dimensão do significado é naturalista, ou seja, possui uma extensão bem mais abrangente, uma vez que não se limita a um conjunto de regras. Assim, se a mera composição e a aplicação de regras fossem o caso – na linguagem pública, por exemplo –, a interação entre falantes e ouvintes não passaria de uma mera descrição e aplicação dessas regras; e, ainda, provavelmente não haveria diferença entre máquinas – tais como computadores mais avançados, como robôs com inteligência artificial – e humanos.

Para melhor exemplificar, passemos para a análise de duas situações hipotéticas, primeiro, dois computadores em competições de xadrez e segundo, o preparo de duas

---

<sup>148</sup> A representacionista (estática), de Frege e do 1º Wittgenstein, a pragmática (dinâmica), do 2º Wittgenstein (jogos de linguagem); e, finalmente, a teleosemântica de Ruth Millikan. Destarte, na fase representacionista o conteúdo é fixado a partir do aspecto semântico. Na segunda fase, os jogos de linguagem lidam com o conteúdo por meio da pragmática. E na teleosemântica, a terceira fase, o conteúdo, como já foi dito, é concentrado na ideia de função.



crianças,  $x$  e  $y$ , para participarem de um campeonato de xadrez. Quanto aos computadores, uma vez que os dois têm a mesma programação, a vitória de um ou de outro é aleatória e, nesse caso, é possível, no máximo, fazer uma análise estatística das vitórias. Quanto às crianças  $x$  e  $y$ , considerando que foram criadas de forma completamente diferente, a criança  $x$  não tem irmãos, estuda em uma escola pequena, não interage com os colegas, possui apenas um amigo, interage bastante com os pais e uma tutora, não assiste televisão e usa o computador apenas para tarefas escolares, boa parte do seu tempo é preenchido com aulas particulares e com o treinamento no xadrez, sobretudo no que tange às regras. A criança  $y$  estuda na escola mais popular, possui irmãos e muitos amigos (as), frequentemente, dorme na casa dos colegas; assiste televisão e navega na internet, não só para estudar; possui uma vida social bastante movimentada e também é estimulada a se aperfeiçoar no jogo de xadrez, assim como a criança  $x$ , mas não apenas pelas regras e sim pela prática. Os dois aprenderam todas as regras do xadrez, apesar da criança  $x$  focar nas regras, tinha o mesmo tempo diário para o treino, considerando suas atribuições e/ou atividades tão distintas.

Aos 15 anos, tanto a criança  $x$  quanto a  $y$  são estimulados e incentivados a participar de todos os torneios de xadrez que surgem. Depois de quatro torneios, ambos chegaram às eliminatórias, cuja disputa pelo primeiro lugar exigia que jogassem um contra o outro. Levando em consideração que as crianças não são computadores, uma delas pode ganhar baseando-se em outros critérios, tais como não só o uso das teorias, no caso, de saber as regras, saber lidar melhor com as estratégias do jogo, fazer conexões e/ou relações entre essas regras e outros fatores do cotidiano. Além disso, entra em cena outro fator, a questão biológica, aliando-se à teoria e à prática. Essas duas situações hipotéticas, dos computadores e das crianças, é uma analogia para podermos explicar que sob a perspectiva do naturalismo, o cumprimento das regras não é suficiente, apesar de ser necessário. Sendo assim, no que diz respeito às crianças, apenas os dados mencionados não são capazes de nos indicar quem vencerá, nos diz, na verdade, que as regras são mais um aspecto a ser considerado.

Eu gostaria de explorar as implicações para a ciência da psicologia da tese de que as categorias de psicologia intencional são categorias funcionais no sentido biológico de "função", considerando-o como um sentido em que a função é determinada pela história evolucionária do que pelas disposições atuais. (MILLIKAN, WQPA, p. 171)<sup>149</sup>.

---

<sup>149</sup> I would like to explore implications for the science of psychology of the thesis that the categories of intentional psychological are function categories in the biologist's sense of "function" taking this to be a sense in which function is determined by evolutionary history rather than by current dispositions. (MILLIKAN, WQPA, p. 171).

Dessa forma, podemos dizer que o significado não é extraído de um conjunto de regras prontas, nem se aplicam exclusivamente por conexões analíticas entre signos e objetos e/ou estados de coisas – tampouco pode ser teorizado para casos singulares. O método de Millikan (LTOBC, WQPA) não pode ser empregado em ocorrências particulares, uma vez que se vincula ao sistema neuronal dos organismos, de modo a ser consolidado por meio de adaptações bem-sucedidas de seus antecessores, cujas funções próprias foram fixadas depois do sucesso dos primeiros exemplares. Dessa forma, o caráter ontológico e epistemológico é fortalecido pelo fator biológico, estabilizado pela adaptação na troca de informações entre os dispositivos cooperantes, os quais produzem signos para que os dispositivos que a consomem possam interpretá-los e usá-los com perícia e clareza, seguindo a teoria dos signos por correspondência. Por conseguinte, uma das suas finalidades, levando em conta a linguagem pública, é a comunicação.

A racionalidade também depende da capacidade de reidentificar o conteúdo do pensamento. Racionalidade também não é a priori, não está contida apenas na cabeça, mas requer um ambiente apropriado. A racionalidade também não pode ser definida sobre “conteúdos restritos”. Uma aparente implicação é que nenhuma ciência da psicologia baseada em atribuições de atitude intencional é possível. (MILLIKAN, WQPA, p. 280, tradução nossa)<sup>150</sup>.

Na relação entre signos e objetos, há um processo de mapeamento<sup>151</sup>, nesse processo signos são vinculados a objetos e estados de coisas e, em vista disso, se perseguem identificações. A abertura dessa possibilidade, quando buscamos exemplares que se aplicam às regras de mapeamento, indicam uma presença, uma lacuna a ser preenchida. Essa lacuna é preenchida por informações fornecidas pelas propriedades contidas em uma substância. O conteúdo completo de uma representação – o que deve ser interpretado por signos consumidos – envolve o conteúdo e a situação, o contexto, em que devem ser avaliados. Para Millikan (VM), todo aspecto do conteúdo de um signo é tal que algo corresponde a esse e no próprio signo ao não haver “constituintes não articulados” do conteúdo, ela se esforça para preservar um isomorfismo estrito entre o signo e o conteúdo que carrega (RECANATI, 2006, p. 04).

---

<sup>150</sup> Rationality too depends upon the ability to reidentify thought content. Rationality too is not a priori, is not contained Just in the head, but requires an appropriate environment. Nor can rationality be defined over “narrow contents”. A seeming implication is that no science of psychology based on intentional-attitude ascriptions is possible. (MILLIKAN, WQPA, p. 280).

<sup>151</sup> Esse mapeamento é conduzido pelo processamento de informações locais. (MILLIKAN, VM).

Chamo essas funções ‘funções de mapeamento semântico’. As funções de mapeamento semântico definem isomorfismos entre o conjunto de signos possíveis em um determinado domínio de signos e o conjunto de seus possíveis significados. (MILLIKAN, VM, p. 49)<sup>152</sup>.

Ademais, o ato de identificação, para Millikan (LTOBC, OCCI), é melhor avaliado por meio da (contrariedade), ou seja, da negação<sup>153</sup> das sentenças. Isso porque a estrutura do mundo como teoria da correspondência é fixada por meio de sentenças que expressam o sujeito e predicado como componentes. Uma frase negativa pode ser uma maneira de mostrar como esse tipo de sentença, em princípio, expressa por um termo definido – o “não” –, pode ser transformada em um termo indefinido. Especificar sentenças com o não, como “A estante não é marrom”, implica em dizer que, dentre a categoria dos objetos que são marrons, a estante em questão não está inclusa – abrindo possibilidades para outras categorias. Entretanto, essa aplicação não é válida para objetos inanimados e/ou conceitos abstratos, pois esses não podem ser verificados no mundo por não encontrarem um referente correspondente, tal como a sentença “Maria não é feliz”.

O operador "não" costuma reverter o sentido daquela parte do predicado lógico de uma sentença que está contida em seu predicado gramatical, de modo que essa parte agora deve corresponder a um contrário de seu valor comum. Mas é claro que não há um contrário particular disso em valor que a sentença negativa deva mapear. "Não" transforma um predicado definido em um indefinido. (MILLIKAN, LTOBC, p. 228 - tradução nossa)<sup>154</sup>.

Para Millikan (LTOBC), há dois tipos de sentenças que expressam uma identidade: aquela que trata sobre o mesmo objeto e aquela que inclui um objeto em uma classe e/ou em um conceito. Adicionalmente, defende a filósofa que apenas a segunda constitui uma identidade. Assim, na sentença, “Túlio é Cícero”, os dois termos singulares que designam o mesmo indivíduo, são protoreferentes<sup>155</sup>, ou seja, são duas variáveis que se adaptam para nos reportar ao mesmo indivíduo. Na realidade, esses nomes nos conduzem ao mesmo indivíduo,

---

<sup>152</sup> Call these functions “semantic mapping functions”. Semantic mapping functions define isomorphisms between the set of possible signs in a certain sign domain and the set of their possible signifieds. (MILLIKAN, VM, p. 49).

<sup>153</sup> Há uma função positiva das frases negativas: dar informação positiva ao restringir possibilidades. (MIGUENS, 1998, p.497).

<sup>154</sup> The operator “not” customarily reverses the sense of that part of the logical predicate of a sentence that is contained in its grammatical predicate, so that this part now must correspond to a contrary of its ordinary in re value. But it is clear that there is no particular contrary of this in re value that the negative sentence must map. “Not” turns a definite predicate into an indefinite one. (MILLIKAN, LTOBC, p. 228).

<sup>155</sup> Esses termos externos não são representacionais, porque os estados de coisas e/ou objetos do mundo não são supostos para serem identificados e sim para serem nomeados, já que fazem correspondência a objetos singulares situados em lugares específicos. (MIGUENS, 1998, p.498).

considerando a existência desse homem em um contexto determinado. Portanto, as regras de mapeamento utilizadas – o sentido – são as mesmas, uma vez que não importa se os nomes são diferentes; o importante é que tanto “Túlio” quanto “Cícero” fazem correspondência ao mesmo sujeito.

Considere ‘Cícero é Tully’. Se Cícero é, de fato, Tully, então, não apenas os referentes habituais, mas os sentidos dos tipos ‘Cícero’ e ‘Tully’ devem ser os mesmos, pois esses nomes devem mapear a mesma pessoa. Mas, é claro, os sentidos podem ser os mesmos sem os conceitos - sejam as intensões do idioleto ou as intensões públicas - sendo as mesmas. (MILLIKAN, LTOBC, p.194 - tradução nossa)<sup>156</sup>.

Além disso, esse sentido não é o mesmo do dicionário, mas sim aquele da função própria estabilizada. A função própria estabilizada e padronizada é uma função hipotética de um dispositivo. Essa função hipotética mantém os diálogos entre falantes e ouvintes a partir de padrões, cujos elementos invariantes direcionam e regularizam a comunicação. Desse modo, tanto falantes conseguem transmitir suas mensagens, quanto os ouvintes conseguem compreendê-las. Isso devido ao modo como conseguem utilizar as suas funções próprias adaptadas entre os falantes e ouvintes – os dispositivos (as partes) cooperantes presentes na comunicação.

De acordo com Millikan, os sentidos não são conceitos (como avaliaria Frege<sup>157</sup>), porque não têm relação com o modo como os signos são utilizados para descrever objetos e/ou estados de coisas. Signos são elementos linguísticos usados para expressarmos aquilo que pretendemos. Já os objetos e/ou estados de coisas referidos são únicos e dão espaço apenas para seus propósitos. Ainda para Millikan, os sentidos podem ser compreendidos como regras de mapeamento que indicam que algo – um ícone (representação) – é suposto para mapear no mundo (MILLIKAN, LTOBC, p.111), são, portanto, regras de correspondência que funcionam apenas quando existe algo no mundo que possa fazer a conexão entre a representação e aquilo a ser representado. “A função de mapeamento de acordo com a qual é suposto mapear em um valor real é seu ‘sentido fregeano’” (MILLIKAN, LTOBC, p.101). O valor real de um ícone (representação) intencional só pode ser verificado

---

<sup>156</sup>Consider “Cicero is Tully”. If Cicero is in fact Tully, then not only the usual referents but the senses of the least types “Cicero” and Tully must be same, for these names are supposed to map onto the same person. But, of course, senses can be the same without concepts – either idiolect intensions or public intensions – being the same. (MILLIKAN, LTOBC, p.194).

<sup>157</sup>Millikan believes that the meaning of a public term can be specified directly by its reference without the need to postulate a kingdom of senses. (GENTILE, 2014, p. 266).

em sentenças verdadeiras, porque uma sentença tem valor real quando realmente mapeia para alguma coisa do tipo que é suposto para mapear.

O sentido é determinado apenas pelas regras de mapeamento que dizem o que um termo deve mapear para que seus dispositivos de interpretação Normal possam operar normalmente. Essas regras de mapeamento não determinam os métodos pelos quais esses termos devem ser iterados nem as condições Normais para sua iteração correta. (MILLIKAN, LTOBC, p. 130 - tradução nossa)<sup>158</sup>.

A crítica empreendida por Millikan<sup>159</sup> a Frege, a respeito de como ele lida com o termo técnico sentido, possui uma acepção que o sugere como algo equivalente aos dados de sentido, em que os objetos podem ser avaliados de forma imediata. “(...) um dado do sentido, que é o objeto imediato da percepção, então dissimilaridades entre pensamentos do mesmo levaram as pessoas a postular elementos genuinamente distintos, sentidos, que são os objetos imediatos do pensamento” (SAINSBURY, 2002, p. 127- tradução nossa)<sup>160</sup>.

Apreensões do sentido do tipo que Frege chama de "pensamentos" são o que se interpõe entre a mente e o mundo, tornando possíveis erros no pensamento quando aproveitados por atos mentais de afirmação. Além disso, os sentidos são o que move a mente, como deveriam os veículos. As diferenças entre os vários sentidos apreendidos são responsáveis pelas diferenças no movimento mental se a mente é racional. (MILLIKAN, OCCI, p. 129- tradução nossa)<sup>161</sup>.

Esse processo é realizado a partir daquilo que Millikan critica – o significado racionalista –, conforme exposto em WQPA. Este possui como principal regra, “determinação de identidade e diferença de modo - Nenhuma pessoa intacta (racional) tem a capacidade de discernir, *a priori*, se dois de seus pensamentos exemplificam os mesmos ou diferentes modos

---

<sup>158</sup> Sense is determined only by the mapping rules that say what a term must map onto in order that its Normal interpreting devices can operate Normally. These mapping rules determine neither the methods by which these terms must be iterated nor the Normal conditions for their correct iteration. (MILLIKAN, LTOBC, p. 130).

<sup>159</sup> Uma das principais conclusões em que Millikan chega com sua Biosemântica é que os sentidos não estão "na cabeça" e não são transparentes para nós como os pensamentos. Por isso, é essencial para a sua proposta semântica sustentar a Biosemântica contra o significado racionalista. (STEIN, 2014, p. 180 – tradução nossa).

<sup>160</sup> “(...) a sense datum, which is the immediate object of perception, so dissimilarities between thoughts of the same have led people to postulate genuinely distinct elements, senses, which are the immediate objects of thought”. (SAINSBURY, 2002, p. 127).

<sup>161</sup> Grasping of senses of the kind Frege calls “thoughts” are what stand between mind and world, making errors in thought possible when harnessed by mental acts of assertion. Also, senses are what move the mind, as vehicles should. Differences among various grasped senses account for differences in mental movement if the mind is rational. (MILLIKAN, OCCI, p.129).

semânticos de apresentação de Conteúdo<sup>162</sup>” (MILLIKAN, WQPA, p. 326)<sup>163</sup>. O significado racionalista é um resquício do novo empirismo<sup>164</sup>, reflexo do mito do dado.

O mito do dado foi criticado por Sellars<sup>165</sup> e exposto em *Empiricism and Philosophy of Mind*<sup>166</sup> de 1956. Em linhas gerais, alguns filósofos perseguem um modo de justificar a cognição e, para tanto, caíram em uma armadilha – pois apoiaram os *sense data* como dados capazes de fornecer fundamentos seguros e últimos do conhecimento. Partindo dessa ideia, se conseguimos interagir com muitos objetos, será que poderíamos e/ou é possível fazer inferências sobre esses objetos, a fim de conhecê-los?

3. Se mantivermos em mente que o objetivo da categoria epistemológica do dado é, presumivelmente, a de explicar a ideia de que conhecimento empírico se baseia em uma “fundação” de conhecimento não-inferencial de questões de fato, nós podemos experimentar o sentimento de surpresa em notar que, de acordo com teóricos dos dados dos sentidos, são particulares que são sentidos. Pois, o que é conhecido, mesmo no conhecimento não-inferencial, são fatos em vez de particulares, itens da forma o ser algo assim e assim ou o estar de algo em uma certa relação com algo outro. (SELLARS, 2008 [1956], p. 25).

Nesse viés, no que se refere aos dados dos sentidos, podemos dizer que as sensações não são algo intrínseco às coisas, mas fazem parte de nossas experiências: a cor de uma mesa ou o odor de um gambá adquirem formas quando os sentimos. Portanto, fazem parte de um processo e estão envolvidos por uma rede de conceitos, relações lógicas caracterizadas e fundamentadas a partir do momento em que conseguimos detectá-las e/ou percebê-las. Conceitos unem propriedades e a maneira como estas são usadas pelas comunidades linguísticas. Além disso, podem ser aceitos e/ou convencionados de modos distintos em lugares diferentes, conforme as formas como são usados e/ou suas ocorrências contextuais.

A categorização dos objetos não ocorre a partir de singulares, mas sim por meio de relações entre suas propriedades. Ou seja, eles não são categorizados a partir de suas

---

<sup>162</sup> Termo técnico utilizado por Kaplan (1989), faz referência a contextos.

<sup>163</sup> “Givenness of identity and difference in mode - No intact person has the capacity to discern a priori whether two other thoughts exemplify the same or difference semantic modes of Kontent presentation”. (MILLIKAN, WQPA, p. 326).

<sup>164</sup> O racionalismo do significado, na visão de Millikan, “é um resíduo no novo empirismo, uma forma última do Mito do Dado, nomeadamente a crença numa “*givenness of meaning identity and difference*” (num ser-Dado da identidade e da diferença daquilo que é significado). (MIGUENS, 1998, p. 470).

<sup>165</sup> A teoria de Sellars mostra-se de grande relevância para os pensadores de inspiração conceitualista, no momento em que seu projeto é ampliado no sentido de revelar uma crítica a “*datidade*” realizada no seu ensaio intitulado: *Empirismo e filosofia da mente*. (ALLGAYER; HILLER, 2015, p. 25).

<sup>166</sup> Traduzido por Sofia Stein, *Empirismo e Filosofia da Mente* em 2008, pela editora Vozes.

experiências e/ou repetições, mas sim, por suas características. Tal perspectiva possui como foco não o fato de sua multiplicidade, mas sim a razão para essas coisas existirem – a qual possui um caráter normativo porque torna possível a sua perpetuação e, por conseguinte, a existência de outros exemplares. Ademais, se esses exemplares obtiverem sucesso por funcionarem conforme mecanismos Normais, então, é possível não só a existência de outros exemplares, mas os seus reconhecimentos.

De mais a mais, o âmbito teórico puramente abstrato restringe o conhecimento que podemos ter acerca das coisas do mundo – não há ampliação do conhecimento nem espaço para a exploração de novas perspectivas e/ou possibilidades. Assim, estipular características restritas dos objetos e/ou estados de coisas do mundo a signos (que talvez possam não ser suficientes para delimitá-los) torna complicado conhecê-los. Por essa razão, as teorias do significado representacionista e dinâmica são problemáticas.

A teoria do significado descritivista e estática<sup>167</sup> de Peirce trata o ícone como o primeiro reino, embora não seja exatamente como na teoria de Frege se encaixar na fase estática. Na realidade, ícones são representacionais, mas podem ser descritos como se fossem propostas de ação, pois querem dizer algo. No entanto, suas mensagens são restritas e só possuem sentido completo em determinadas circunstâncias específicas. Os objetos mostrados por meio de ícones possuem em suas configurações estaticidade e sugerem perspectivas, podendo nos levar a outros significados.

Todavia, eles, quando isolados, não são tão eficazes – já que, em potência, suas interpretações estão sujeitas às suas conexões com outros signos e, conseqüentemente, à análise do sujeito e a sua relação com a comunidade linguística. E a teoria do significado dinâmica tratada por meio dos jogos de linguagem de Wittgenstein (1953) lida com os índices. Os jogos de linguagem tomam várias frentes – não tratam apenas com sentenças bivalentes, uma vez que as variações linguísticas estão além da verdade ou falsidade, tais como as anedotas, as ordens, os pedidos, os ditados populares etc.

---

<sup>167</sup> Peirce também falou de três reinos, mas sua maneira de entendê-los é um pouco diferente da de Frege. Esses reinos seguem de perto a divisão das categorias; eles são o reino das qualidades, o reino dos fatos e o reino da lei (CP 1. 429). Similarmente a Frege, pensamentos e fatos fazem parte da terminologia específica introduzida por Peirce; mas embora seu lugar e seu papel na doutrina de Peirce não sejam os mesmos que os de Frege, o objetivo que ambos os pensadores buscam ao introduzir essas noções é bastante semelhante. (MONROY, 2010, p. 149). Peirce also spoke of three realms, but his way of understanding them is somewhat different from that of Frege. These realms follow closely the division of the categories; they are the realm of qualities, the realm of facts, and the realm of law (CP 1.429). Similarly to Frege, thoughts and facts form part of the specific terminology introduced by Peirce; but although their place and role in Peirce's doctrine is not the same as in Frege's, the aim both thinkers pursue when they introduce these notions is quite similar. (MONROY, 2010, p. 149).



Já a teleosemântica de Millikan, pelo naturalismo extremo, aprimora a linguagem e busca aperfeiçoar o vínculo entre as pessoas, principalmente por meio da linguagem pública. Além de estreitar relações, auxilia na sobrevivência e na adaptação. Essa relação não é unilateral, pois as formas de comunicação, bem como os signos, não são apenas de um tipo, tornando o advento e o uso das representações desde níveis simples até aqueles mais complexos. Millikan (LTOBC, WQPA, ASCSCI), ao propor a sua teoria geral dos signos, tomou a intencionalidade a partir do sentido. Assim, a dimensão de sentido para Millikan (LTOBC) possui uma perspectiva mais ampla. Para ela, dispomos de um aparato cognitivo, cuja estrutura nos fornece condições necessárias para relacionarmos objetos a signos e, com isso, compreendermos uma teoria geral dos signos.

De forma mais abrangente, intencionalidade (BRENTANO, 1874) é a propriedade de lidar com objetos mentais quando pensamentos, crenças, intenções, desejos etc., se referem a objetos que são refletidos externamente à mente. Dessa forma, Millikan (LTOBC) toma a noção de sentido<sup>168</sup> para caracterizar as regras segundo as quais um dispositivo, como uma representação intencional interna e/ou uma representação externa, possui a função de mapear algo no mundo. Então, grosso modo, sentido e intencionalidade<sup>169</sup> podem ser compreendidos como equivalentes.

A intencionalidade de Millikan (CPM, LTOBC, WQPA) não se refere exclusivamente ao modo como agentes intencionais se dirigem a objetos. A sua proposta tem a ver com as normas biológicas que regem os órgãos, organismos, itens, dispositivos, objetos inanimados etc., uma vez que se vincula às razões responsáveis por cada uma dessas coisas existirem e permanecerem no mundo – sendo intituladas como tais e/ou por fornecerem suporte para suas sucessoras e, com isso, se confirmarem no mundo e/ou serem o que são, mesmo que por alguma disposição atual não possam realizarem aquilo para o que foram feitas.

Exemplos:

O fígado é a maior glândula do corpo humano.

---

<sup>168</sup> A ideia de sentido de Millikan é bastante diferente do sentido fregeano.

<sup>169</sup> (...) Grosso modo, o sentido é intencionalidade. Argumentarei que os pensamentos, assim como as sentenças, podem ser interpretados como dispositivos que exibem intencionalidade - como ícones intencionais internos, provavelmente tomando a forma de sentenças internas. (MILLIKAN, LTOBC, p.12). (...) Speaking loosely, sense is intentionality. I will argue that thoughts as well as sentences may be interpreted as devices that exhibit intentionality - as inner intentional icons, likely sometimes taking the form of inner sentences. (MILLIKAN, LTOBC, p. 12).



A linguagem possui como principal função a comunicação, embora não seja a única.

Os memes são cópias.

Um objeto inanimado como uma faca serve para cortar alimentos e, mesmo que não tenha mais fio em seu metal e/ou seu cabo seja cortado, não deixa de ser uma faca – apenas que não pode mais realizar aquilo para o qual foi feita. Órgãos como fígados, estômago, coração etc., podem falhar por alguma enfermidade; memes são reproduções e podem ser substituídos a qualquer momento e/ou contexto. E esses particulares constituem ocorrências, e não tipos cujos erros em seus funcionamentos poderiam anular a classe inteira.

As funções próprias dos objetos, itens, dispositivos, artefatos e órgãos, apontam para o motivo pelo qual esse algo é identificado e/ou faz parte da sua categoria. Entretanto, é possível a não realização dessas funções, haja vista que seus funcionamentos se concretizam a partir de seus mecanismos Normais e de seus processos evolutivos, por meio de suas adaptações e/ou pelos processos de aprendizados. Diante disso, para Millikan (LTOBC, WQPA, VM) a intencionalidade, o sentido, é uma das expressões da função própria. E essa função, por sua vez, é adquirida por um propósito natural que surgiu e/ou provém de uma reprodução e/ou uma cópia.

A teoria de Millikan une linguagem e mente de modo a explicar como os conteúdos de crenças expressas pela linguagem e/ou por veículos de estados mentais podem ser investigados no que se refere aos seus significados. Millikan (LTOBC) iniciou a sua teoria dos signos mediante a sua análise do termo ícone, cunhado por Peirce, pois, segundo ela, esse termo é desprovido de equívocos. E, para tanto, a sua abordagem acerca dos signos, uma teoria de correspondência com a verdade para delinear o seu construto sobre representações, passa por um diálogo com Peirce.

### **4.3. Peirce e Millikan: um diálogo sobre signos**

A linguagem é uma atividade humana, cujo objetivo mais evidente, embora não seja o único, é a comunicação. Segundo Searle, a linguagem é um fenômeno social. Para Quine, é uma arte social. Conforme Putnam, “a linguagem é a primeira área ampla da capacidade cognitiva humana para a qual não é exageradamente simplista” (PUTNAM, 1975, p. 215)<sup>170</sup>

---

<sup>170</sup> “Language is the first broad area of human cognitive capacity for which is not exaggeratedly oversimplified”. (PUTNAM, 1975, p. 215).

E, de acordo com Aurox, a linguagem é uma grande incógnita – e o fato de apenas nós, seres humanos, possuímos a habilidade de nos comunicar linguisticamente com tantos símbolos, dos simples aos complexos, é uma incógnita maior ainda.

Em vista disso, será que “uma imagem vale mais do que mil palavras”<sup>171</sup>? Provavelmente sim, porque imagens são perspectivas, propostas as quais podem levantar novos pontos de vistas e/ou novos horizontes. Assim, o código linguístico falado e/ou escrito não é a única habilidade capaz de contribuir para a constituição dos significados – e também não é a única ferramenta usada. Podemos pensar no modo como os bebês se comunicam; nos indivíduos com necessidades especiais que se comunicam por meio da linguagem de libras; nos animais domésticos que demonstram seus afetos aos seus donos – e que, por meio de outros sinais, indicam quando estão com sede e/ou fome; e até mesmo no caso de animais selvagens quando estabelecem laços com outros animais para cumprir suas necessidades, principalmente as fisiológicas. Qualquer mensagem veiculada possui como propósito significar algo. Em termos leigos, a palavra “significado” refere-se a tudo aquilo que tem relevância em nossas vidas e/ou que se aplica a algo determinado. A relevância de algo traz na sua bagagem uma série de adjetivos, tais como utilidade, funcionalidade, propósito, aplicabilidade, serventia etc. Nas próximas seções analisaremos as perspectivas de Peirce e Millikan.

#### 4.3.1. Os signos sob a perspectiva de Peirce

As expressões representativas nos auxiliam a interpretar o mundo. Para Peirce, qualquer instância da significação pode ser avaliada por uma relação triádica: veículo de sinais, um objeto e um interpretante. Os signos sob o viés de Peirce ocorrem a partir de três perspectivas: pelo ícone, o índice e o símbolo. Em termos linguísticos, algumas sentenças manifestam objetos e/ou estados de coisas de forma simbólica, retratam o mundo e/ou exprimem outras funções, como a imperativa. Essas expressões linguísticas são modelos que projetam e estabelecem conexões com os fatos do mundo. Nessa perspectiva, então, há uma correspondência entre o signo e o objeto, cuja base é o próprio objeto.

Cumprido ressaltar que todo signo é passível de ser interpretado, a constituição do seu significado é possível em virtude da transposição e intervenção humana. Essa intervenção

---

<sup>171</sup> Essa frase é atribuída a Confúcio, Imperador e Filósofo chinês.

pode ser caracterizada como uma espécie de causa eficiente<sup>172</sup>, o motor que impulsiona e traduz o que é veiculado. “O signo, assim sendo, tem sua existência na mente do receptor, e não no mundo exterior” (NÖTH,1995, p.66). Logo, o ser humano é um vetor da transformação, porque toma um ícone ou outro signo e o interpreta. Nesse sentido, enquanto a causa eficiente impulsiona a interpretação, a causa final indica um propósito. Uma das finalidades da linguagem é informar, expressar a sua mensagem, mas não é um fim em si próprio, não é uma mera causa final, porque uma mensagem pode desencadear outras mensagens. E essa interação nem sempre é perfeita. Caso contrário, nem seríamos humanos, criaturas sujeitas a erros; seríamos robôs, cujos mecanismos e/ou dispositivos seriam programados.

Grosso modo, a causa eficiente torna possível o caráter comunicativo da linguagem por conta da interação que o sujeito estabelece por meio do objeto com o mundo e, a partir disso, faz a sua representação; esta, por sua vez, ocorre a partir de alguns aspectos do objeto – pois, como coloca Peirce: “um signo pode ter mais do que um objeto” (PEIRCE, 1975, p. 96). Logo, essa representação ocorre por meio da interpretação. Por essa razão, os signos fazem parte de um processo dinâmico que nos auxilia na consolidação do conhecimento a partir do seu uso na representação das coisas do mundo. Esse desenvolvimento dos signos pode criar alternativas, as quais podem conduzir os objetos aos significados quando estes permanecem momentaneamente estanques – análogo à teoria de Parmênides – e/ou tomar o movimento como possibilidades viáveis de significado, interpretação e/ou compreensão – análogo a Heráclito<sup>173</sup>.

Assim, se por um lado é possível que haja uma regularidade, por outro os signos estão em constante transformação, cuja função é representar um objeto e/ou estado de mundo – especialmente no que tange aos aspectos socioculturais, econômicos e/ou históricos. De acordo com Peirce, esse processo ocorre a partir de si mesmo, do objeto e do interpretante.

---

<sup>172</sup> (...) causa, num sentido, significa a matéria de que são feitas as coisas: por exemplo, o bronze da estátua, a prata da taça e seus respectivos gêneros. Em outro sentido, causa significa a forma e o modelo, ou seja, a noção da essência e seus gêneros; (...) Ademais, causa (*a causa eficiente*) significa o princípio primeiro da mudança ou do repouso (...). Além disso, a causa significa o fim, quer dizer, o propósito da coisa. (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1013a 25-35 – grifo nosso).

<sup>173</sup> Heráclito e Parmênides só participaram da abertura da estrada do pensamento filosófico ocidental porque ambos corresponderam – para falar como Parmênides – *noéticamente* ao apelo do ser ou então porque – para falar como Heráclito – ambos farejaram *phronéticamente* o invisível. O problema fundamental é o mesmo para os dois: descrever o princípio apenas acessível ao pensamento o qual em um só golpe pode ser capaz de *perceber* a totalidade. (BOCAYUVA, 2010, p. 401).

Diante disso, a semiose<sup>174</sup>, compreendida como a ação do signo, está no âmbito da fenomenologia – por ser desenvolvido primeiro no escopo da consciência – embora ele adote que sua abordagem possa ser mais bem trabalhada ao unir a fenomenologia e a pragmática.

Meu propósito nesta conferência é chamar sua atenção para certas questões da fenomenologia sobre as respostas às quais, quaisquer que sejam, nossa conclusão final a respeito do pragmatismo deve, principalmente, repousar por último. Entenda-se, então, o que temos que fazer, como estudantes da fenomenologia, é simplesmente abrir nossos olhos mentais e olhar bem para o fenômeno e dizer quais são as características que nunca estão flutuando nele, seja esse fenômeno algo que a experiência externa força nossa atenção, ou se é o mais louco dos sonhos, ou se é a mais abstrata e geral das conclusões da ciência. (PEIRCE, 1998, p. 150 – tradução nossa)<sup>175</sup>.

Amiúde, a percepção<sup>176</sup>, como a capacidade de perceber os sinais presentes no ambiente físico, fornece elementos para possíveis leituras e/ou interpretações daquilo que está presente e/ou afeta os seres animados. Nesse sentido, “(..) um signo tenta representar, em parte (pelo menos), um objeto que é, portanto num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo que o signo represente o objeto falsamente (PEIRCE, CP (1958), 6347). Para Peirce (1977), o signo pode ser colocado em relação a si próprio, ao objeto e ao intérprete (mediador/espaco lógico).

Além disso, todo signo contém informações. E cada informação aponta para aspectos do objeto, características que podem ser expressas de forma direta ou indireta. A mente apreende os signos conforme o seu grau de complexidade, por meio de qualidades, relações ou representações. Peirce (1977) faz tricotomias, firmando-as com o fundamento, ou seja,

---

<sup>174</sup> A semiose é um processo de representação geral, pois determinante da conduta in futuro, também leva Peirce a atribuir dominância ao pensamento como princípio primordial para a compreensão não só dos fenômenos do espírito, mas da totalidade do cosmos. (SILVEIRA, 1989, p. 75).

<sup>175</sup> My purpose this evening is to call your attention to certain questions of phenomenology upon the answers to which, whatever they may be, our final conclusion concerning pragmatism must mainly repose at last. Be it understood, then, that what we have to do, as students of phenomenology, is simply to open our mental eyes and look well at the phenomenon and say what are the characteristics that are never waiting in it, whether that phenomenon be something that outward experience forces upon our attention, or whether it be the wildest of dreams, or whether it be the most abstract and general of the conclusions of science. (PEIRCE, 1998, p. 150).

<sup>176</sup> A meu ver, a característica fundamental do conceito comum de percepção é que a percepção é uma *relação* entre uma pessoa que percebe e um objeto ou evento no mundo. No entanto, nem todos entendem que a percepção é uma relação entre uma pessoa e um objeto ou evento no mundo. Muitos tendem a pensar que, quando falamos de percepção, estamos a nos referir a algo que se passa dentro de uma pessoa, como se a percepção fosse somente um estado subjetivo pelo qual uma pessoa passa. Creio que nosso conceito comum de percepção não remete somente a um estado subjetivo de uma pessoa, mas a uma situação na qual uma pessoa tem certo tipo de relação com um objeto ou evento no mundo. (SMITH, 2014, p.113).

aquilo que o signo está apto a realizar – haja vista que, sem esse fundamento, o signo é vazio. Não é possível estipular todos os aspectos de um signo; essa habilidade corresponde, especialmente, aos interesses dos usuários que utilizam esse signo.

O signo só pode representar o objeto e referir-se a ele. Não pode propiciar trato ou reconhecimento do objeto, isso é o que se pretende aqui significar por objeto de um signo, ou seja, que ele pressupõe uma familiaridade com algo de sorte a veicular alguma informação adicional concernente a esse algo. (PEIRCE, 1975, p. 96).

As classes fenomenais<sup>177</sup> foram agrupadas por Peirce como: primeiridade, segundidade e terceiridade. A primeiridade<sup>178</sup> é a qualidade da sensação e da percepção sensorial, o primeiro contato. Por essa razão, esse fenômeno é aberto a possibilidades de ações. Análogo à primeiridade é o modo como os bebês se deparam com as novidades ao seu redor, a interação com os pais, com outras pessoas, as percepções dos brinquedos, os movimentos musculares que sugerem sorrisos, as sensações etc. Assim, com o seu desenvolvimento, tudo vai sendo colocado em seu devido lugar, em virtude da capacidade cognitiva humana. A aquisição dos signos pode ser dada pela segundidade, bem como a habilidade de manipulá-los, é um suporte importante para as representações que os bebês vão construindo; e conforme a aquisição de outras informações, estes se solidificam e formam signos mais complexos, esses signos complexos já fazem parte da terceiridade. Ainda de acordo com Peirce, existem três espécies de signos:

§ 3 Existem três tipos de signos. Em primeiro lugar, há a semelhança ou ícones; que servem para transmitir ideias das coisas que eles representam simplesmente, imitando-os. Em segundo lugar, existem indicações ou índices; que mostram algo sobre as coisas, por estarem fisicamente conectadas a elas. Tal é um indicador, que aponta para o caminho a ser tomado, ou um pronome relativo, que é colocado logo após o nome da coisa que se pretende denotar, ou uma exclamação de vocabulário, como “Oi! Lá”, que atua sobre os nervos da pessoa abordada e força sua atenção.

---

<sup>177</sup> A primeira categoria é a ideia do que é como é, independentemente de qualquer outra coisa, isto é, é uma qualidade de sentimento; segunda categoria é a ideia do que é tal como é, sendo segundo para alguns primeiro, independentemente de qualquer outra coisa e, em particular, independentemente de qualquer lei, embora possa estar em conformidade com uma lei. Isto é, é Reação como um elemento do Fenômeno; a terceira categoria é a ideia daquilo que é como se fosse um terceiro, ou meio, entre um segundo e o primeiro. Isto é, é Representação como um elemento do Fenômeno (PEIRCE, 1998, p.162). (Category the First, is the Idea of what which is such as it is regardless of anything else. That is to say, it is a *Quality* of Feeling; category the second, is the Idea of that which is such it is as being Second to some First, regardless of anything else and in particular regardless of any law, although it may conform to a law. That is to say, it is *Reaction* as an element of the Phenomenon; category the third is the Idea of that which is such as it is as being a third, or medium, between a second and its first. That is to say, it is *Representation* as an element of the Phenomenon). (PEIRCE, 1998, p.162).

<sup>178</sup> É a categoria do sentimento puro, instintivo, sem reflexão, da mera possibilidade, da liberdade, do imediato, da qualidade ainda não distinguida e da independência (CP 1302, 1303, 1328, 1531).

Em terceiro lugar, há símbolos, ou signos gerais, que se associaram com seus significados pelo uso. Tais são a maioria das palavras e frases e discursos e livros e bibliotecas.(PEIRCE, 1998, p. 06)<sup>179</sup>.

As classificações triádicas de Peirce são um modo de apreender o funcionamento dos signos, cujo propósito é chegar à verdade ao relacionar esses signos aos objetos e/ou eventos do mundo. Peirce ainda estabelece a existência de três tipos: os *ícones*, os *índices* e os *símbolos*. Vejamos a seguir cada um deles.

O ícone é uma espécie de signo que carrega uma similaridade com o objeto, sobretudo similaridade física. São signos simples e de fácil associação, estátua, maquete, uma fotografia, um desenho mais elaborado, uma placa na estrada, pegadas de um animal, um mapa, um diagrama, pode ser um sinal icônico, como um comando para um animal de estimação, qual a relação existente entre esses signos? Cada um expressa uma informação. Interpretar e/ou traduzir essas informações implica, entre outras coisas, em saber usar a sua configuração<sup>180</sup>, se encaixam no mundo, tanto no âmbito privado quanto no público, são todos exemplares de ícones. Esses modelos são perspectivas que podem ser diretamente assimiladas, já que possuem características do objeto de um modo um tanto realista e condizente com aquilo que é análogo ao objeto. Os ícones são muito utilizados em processos de ensino-aprendizagem. Suas exemplificações são facilmente assimiladas pelos (as) alunos (as) – principalmente os (as) mais jovens, já que quando veem um signo desse tipo, logo fazem relações e/ou associações com os objetos desejados, intencionados e/ou conhecidos.

Os *índices* não têm relação direta com os objetos e, por isso, não guardam semelhança com os ícones. Esse tipo de signo estabelece relações com fatos, sobretudo mediante características sensoriais, tais como o odor de algumas fêmeas atraindo o macho para copular ou o som de um alarme estridente em uma fábrica que indica evacuação do prédio, são pistas,

---

<sup>179</sup>§ 3 There are three kinds of signs. Firstly, there are *likeness*, or icons; which serve to convey ideas of the things they represent simply by imitating them. Secondly, there are indications, or indices; which show something about things, on account of their being physically connected with them. Such is a guidepost, which points down the road to be taken, or a relative pronoun, which is placed just after the name of the thing intended to be denoted, or a vocative exclamation, as “Hi! there”, which acts upon the nerves of the person addressed and forces his attention. Thirdly, there are symbols, or general signs, which have become associated with their meanings by usage. Such are most words, and phrases, and speeches, and books, and libraries. (PEIRCE, 1998, p. 6).

<sup>180</sup> Para o 1º Wittgenstein, o ser humano estabelece conexão com o mundo por meio de figurações, imagens. Sendo assim, no *TLP* (1921), ele busca explicar como funciona essa conexão. De acordo com a sua perspectiva, em primeira instância há uma lógica subjacente na linguagem e essa lógica deve ser desvelada. A partir disso, ele tenta fazer uma distinção entre o dizível e o indizível.

rastros que mostram qual é o próximo passo, como os animais não humanos e/ou humanos devem agir. As atuações desses signos se concentram nas conexões, principalmente causais entre as coisas, haja vista que são melhores compreendidos por meio de operações mentais e abstrações. As operações lógicas, a causalidade, operações matemáticas, exercícios de química e física, entre outros, são consequências da nossa habilidade de produção de novos componentes e/ou fórmulas químicas. A verificação das leis da física, a concretização dos aprendizados, fruto de estudo e/ou desenvolvimento de trabalhos, são resultados de processo fortalecido por índices. Assim como as investigações de detetives pautadas em evidências, cujo vínculo aos crimes investigados é montado peça por peça, tal qual um quebra-cabeça. Com isso, índices são indícios, pistas, rastros.

Já os *símbolos*<sup>181</sup> são leis, convenções extraídas de outros signos – ícones e índices –, os quais fornecem fundamentação para justificar seus objetivos e, por isso, são mais complexos. Portanto, o símbolo é a junção de elementos que costumam ter valores adversos, diferentes daqueles mostrados aparentemente. Por isso, podem não ser compreendidos de imediato, salvo em situações contextuais. Na realidade, são signos que fazem a representação de ideias, conceitos, sentimentos e/ou ideologias partidárias etc. Em virtude disso, não possuem semelhança, nem associações e/ou relações com apenas um objeto. Seu propósito é transmitir laços mais fortes entre os sujeitos pertencentes à comunidade a qual esse símbolo se aplica. Seu propósito é afetar mentes, com a finalidade é mostrar a relevância e assinalar o quão forte é a conexão de algo, seja sob o aspecto cultural ou natural. E isso pode ocorrer por hábito, convenção ou de modo biológico. Exemplos: o logotipo de uma empresa, marca de roupas, bandeira de um país etc. Sendo assim, o *símbolo* é capaz de apontar para muitas coisas simultaneamente e, por vezes, parecer enigmático. Todavia, torna-se mais fácil quando compreendemos os seus contextos. Símbolos são leg-signos porque são leis, regularizam ideias. A função de elementos que formam um símbolo e tem relação com conceitos, normalmente, é alcançar um público-alvo. Exemplo: símbolo da justiça<sup>182</sup>.

---

<sup>181</sup> Símbolos se assemelham à teleosemântica de Millikan. (...) Apesar da incorporação necessária de um símbolo em um sinal ou réplica de sinal particular, a essência do símbolo não pode ser reduzida a nenhuma instância particular de sua incorporação. Um símbolo não pode ser reduzido à ocorrência real de qualquer de suas ocorrências, nem é uma classe de signos no sentido de algum conjunto contendo a soma total de seus membros. (...) Despite the necessary embodiment of a symbol in a particular sign token or replica, the essence of the symbol can neither be reduced to any particular instances of its embodiment. A symbol cannot be reduced to the actual occurrence of any of its occurrences nor is it a class of signs in the sense of some set containing the sum total of its members. (NÖTH, 2010, p. 85).

<sup>182</sup> Um símbolo é uma representação, mas não uma reprodução. Enquanto uma reprodução implica igualdade, um símbolo é capaz de evocar a concepção do objeto que ele representa devido, por exemplo, a característica em



E muitas das ideias utilizadas para a formação dos símbolos surgem a partir de propostas advindas de mitos, histórias contadas e recontadas em vilarejos pequenos, ou mesmo heranças familiares por meio de brasões. Esse signo traz consigo o sentimento e a ação formando um todo, o leg-signo, dando-lhe uma continuidade. Em suma, perceber algo, adquirir as primeiras impressões é fundamental para o início de qualquer tipo de aprendizado, uma vez que a partir de relações e associações é possível assimilar e/ou compreender – e, finalmente, compartilhar uns com os outros, seja em menor ou em maior escala, ensinando e/ou lançando luz àquilo que, até então, estava apenas em nossos pensamentos. Inicialmente, Millikan (LTOBC) utilizava apenas o termo ícone para tratar os signos, sendo as representações, a sua subcategoria e posteriormente (LBM) passou a fazer uso apenas do termo representação. Na próxima seção, avaliaremos o viés de Millikan no que tange a esses termos.

#### 4.3.2. Millikan e a sua forma particular de lidar com os ícones e a sua subcategoria, as representações

A perspectiva de Millikan (1984) pode ser compreendida como a proposição de uma teoria geral dos signos, um modo particular de interpretar a teoria de Peirce. Ela intitulou de ícones intencionais<sup>183</sup> os dispositivos que são supostos para mapear e corresponder a algo de verdadeiro no mundo.

Ícones intencionais são dispositivos que supostamente devem ser mapeados assim no mundo, a fim de servir às suas próprias funções diretas; isto é, normalmente eles mapeiam quando estão servindo a essas funções. E são dispositivos que devem ser usados e/ou “interpretados” por dispositivos cooperativos. (MILLIKAN, LTOBC, p. 95)<sup>184</sup>.

Segundo Millikan (1984), ícones intencionais não possuem elementos denotativos. Mas os atos de identificação dos referentes de uma representação não podem ser compreendidos até que seus dispositivos tenham um valor de mapeamento, no caso, que sejam todos completamente compreendidos. Termos referenciais e denotativos não são

---

comum, como é o caso da aliança, símbolo do casamento, ou dos pratos de uma balança, símbolo da ideia de justiça. (RIBEIRO, 2010, p. 47).

<sup>183</sup> Millikan coloca em LTOBC que utiliza o termo técnico ícone, de Peirce porque acredita que esse termo não causa muita confusão. (MILLIKAN, LTOBC, p. 95).

<sup>184</sup> Intentional icons are devices that are “supposed to” map thusly onto the world in order to serve their direct proper functions; that is, Normally they do map so when serving these functions. And they are devices that are supposed to be used or “interpreted” by cooperating devices. (MILLIKAN, LTOBC, p. 95).



funções, mas apenas servem como atos de identificação de ocorrências no mundo dos quais correspondem. Assim, eles funcionam exatamente quando os intérpretes conseguem rastrear essas ocorrências no mundo.

A filósofa considerava que ícones exibiam algum de tipo de *ofness* ou *aboutness*, a intencionalidade. Dessa forma, há um número razoável de coisas no mundo que são ícones intencionais, dentre essas: sentenças e representações. As sentenças, nesse caso, são de duas espécies: sentenças indicativas e sentenças imperativas (MILLIKAN, LTOBC, p. 96). A realização das funções próprias dessas sentenças se dá quando ocorrem e/ou são cumpridas por meio de explicações Normais<sup>185</sup>. Essas sentenças, como ícones intencionais, possuem quatro características:

1º) Uma sentença é membro de uma FRE<sup>186</sup> tendo uma função própria direta e a sua reprodução estabelecida com as regras sintáticas – as categorias léxicas – quando possuem funções próprias adaptadas. Um dispositivo possui uma função própria relacional, quando é suposto para produzir uma relação; e Millikan chama esse tipo de função própria relacional de *função própria adaptada*, tal como o camaleão que, para fugir de seus predadores, precisa mudar a sua coloração<sup>187</sup>;

2º) Ícones intencionais desse tipo ficam no meio do caminho entre dois dispositivos cooperativos: os que produzem signos e os que os consomem (interpretam), pois deve haver uma harmonia entre os dois. Grosso modo, um falante transmite para um ouvinte compreender: no caso das sentenças indicativas, o propósito é expor significados a partir da equivalência da mente com os fatos do mundo pela busca da verdade, como as crenças; já as imperativas buscam a verdade por meio de uma condição e/ou satisfação, como os desejos;

3º) Essas sentenças normalmente adaptam os dispositivos intérpretes cooperativos para funções próprias, que podem ser realizadas sob determinadas condições;

4º) Na *sentença como ícone intencional imperativa*, a função própria do dispositivo intérprete é adaptada ao ícone para produzir alguma coisa que o ícone mapeará de acordo com uma função de mapeamento específico, descrito na primeira e na segunda condição. Já na *sentença como ícone intencional indicativa*, a explicação Normal para o ícone adaptado do dispositivo intérprete (que pode realizar a função própria) faz referência ao fato do ícone

---

<sup>185</sup> Em VM, Millikan usa o termo mecanismo Normal. (MILLIKAN, VM, p. 85).

<sup>186</sup> Família reprodutivamente estabelecida (FRE) exposto no segundo capítulo.

<sup>187</sup> MILLIKAN, LTOBC, p. 40.

mapear para alguma outra coisa conforme a função de mapeamento específico, descrito na primeira e segunda condição.<sup>188</sup>

Além disso, para Millikan outros tipos de signos, como os sinais intencionais, costumam ser articulados – mas mesmo aqueles que, aparentemente, parecem ser inarticulados como as composições químicas), são uma espécie de sinais intencionais com aspectos significantes. Millikan (LTOBC, WQPA) entende as representações como uma subcategoria dos ícones intencionais que se caracterizam por serem valores de mapeamento de elementos referentes, os quais são supostos para serem identificados pelos dispositivos cooperantes (LTOBC, p. 96). Dessa categoria, ela deixou de fora os chamados ícones primitivos pois, em sua concepção, estes não possuíam elementos referentes. Sendo assim, Millikan não considerava a dança das abelhas como um tipo de representação – apenas como um ícone primitivo.

Eu chamo de “representações” apenas àqueles ícones intencionais que têm como uma de suas funções participar da inferência mediata. A inferência imediata, ao contrário, é provavelmente melhor assimilada à tradução, o que, é claro, pode ser parcial. Traduzir informações de um meio icônico para outro, digamos, de padrões retinianos para padrões neurais conexionistas, não estou considerando a inferência. (MILLIKAN, WQPA, p. 113 - tradução nossa)<sup>189</sup>.

Em VM e LBM, sobretudo em LBM, Millikan tratou os ícones primitivos como representações *Pushmi-pullyu*<sup>190</sup> (PPs). São representações mais simples que, para Millikan (LTOBC, WQPA), não eram consideradas como tal por não carregarem conteúdo proposicional; na realidade, carregam uma inferência prática. Essas PPs são movimentos que, simultaneamente, descrevem como fazer algo – como a galinha que aponta a comida aos pintinhos, direcionando-as ao alimento.

(...) Sua função é mediar a produção de um certo tipo de comportamento tal que varia como uma função associada a uma certa variação no ambiente. Traduz, assim, diretamente a forma do ambiente na forma de um certo tipo de ação conformadora: onde a galinha encontra comida e direciona o filhote para esse lugar. (MILLIKAN, LBM, p. 173 – tradução nossa).

---

<sup>188</sup> Essas descrições acerca dos ícones intencionais foram expostas em LTOBC. (MILLIKAN, LTOBC, p. 97).

<sup>189</sup> I call “representations” only those intentional icons that have as one of their functions to participate in mediate inference. Immediate inference, by contrast, is probably best assimilated to translation, which, of course, can be partial. Translating information from one iconic medium into another, say from retinal patterns to connectionist neural patterns, I am not considering to be inference. (MILLIKAN, WQPA, p.113).

<sup>190</sup> Conforme Chediak, esse tipo de representação não envolve cálculo, nem mediação, nem inferência, somente apreensão de variâncias e invariâncias ambientais que guiam a ação (CHEDIAK, 2014, p. 261).

Ainda que as representações PPs tenham as duas funções, a descritiva e a diretiva, elas não são equivalentes à mera conjunção dessas representações puras (MILLIKAN, LBM, p. 166). Há vários exemplos de PPS: na linguagem pública, como na simples sentença “João, não, não podemos comer as ervilhas com os dedos”; em comportamentos sociais; nas reclamações de bebês ao chorarem por dor e/ou por leite; nas intenções etc. Os mais expressivos exemplares, todavia, estão presentes no reino animal. No ambiente natural, os animais transmitem sinais, e as informações desses sinais servem basicamente como um modo de sobrevivência, adaptação e manutenção da espécie. Isso porque esses animais não-humanos agem e reagem, via de regra, guiados pelo instinto de sobrevivência: se escondem de predadores e, por vezes, andam em bandos para se defenderem dos mesmos, rastreiam presas para se alimentarem, se acasalam para propagarem e manterem suas espécies, dentre outros. A percepção desses animais funciona como uma coleta de informações, cujo propósito é captar sob quais circunstâncias, conveniência e/ou urgência se faz necessário utilizá-las. (GIBSON, 1986, p. 56).

Até onde sei, todos os sinais intencionais usados entre animais não humanos são PPs. Por um lado, o perigo do coelho significa perigo de coelho, mas por outro lado, eles direcionam aos parentes próximos para se protegerem. As danças das abelhas contam onde está o néctar e, ao mesmo tempo, dizem para onde as outras abelhas devem ir. As famosas chamadas do leopardo, cobra e predador voador dos macacos vervet dizem que tipo de predador foi detectado e, simultaneamente, comportamentos diretos apropriados para evitar esse tipo de predador. (MILLIKAN, VM, p. 157, tradução nossa)<sup>191</sup>.

Os PPs, para Millikan, são como os *affordances* de Gibson<sup>192</sup> (1979). O termo *affordance* foi criado por Gibson (1979) para falar sobre aquilo que está além do contável ou daquilo que podemos observar diretamente. São possibilidades de ações que *a posteriori* podem ser percebidas, estejam inseridas em um lugar, tempo e/ou circunstância específica. No meio natural, *affordances* muitas vezes não são sequer pensados, sejam como apoio, assistência, auxílio, alicerce e/ou base, e persistem independentemente de suas funcionalidades ou não. Em um ambiente natural, ainda, avaliamos os habitats dos animais

---

<sup>191</sup> So far as I know, all intentional signals used between nonhuman animals are PPs. On the one hand rabbit danger-thumps mean rabbit danger, but on the other they direct nearby relatives to take cover. Bee dances tell where the nectar is and at the same time tell where the watching bees are to go. The famous leopard, snake, and flying predator calls of the vervet monkeys both tell what kind of predator has been spotted and, simultaneously, direct behaviors appropriate to avoiding that kind of predator. (MILLIKAN, VM, p.157).

<sup>192</sup> Entretanto, James J. Gibson não defendeu especulações sobre representações. Todavia, sua ideia de que, na percepção, percebemos certas *affordances* (oportunidades de ação) sugere que representações perceptivas são PPs. (MILLIKAN, LBM, p. 174).

não-humanos e/ou mesmo as várias oportunidades em que podem ser utilizadas não só pelos animais não-humanos, mas pelos humanos. Ou seja, as maneiras pelas quais podemos encaixar os vários objetos que estão à nossa disposição.

Eu descrevi o ambiente como as superfícies que separam as substâncias do meio em que os animais vivem. Mas eu também descrevi o que o ambiente oferece aos animais, como o terreno, abrigos, água, fogo, objetos, ferramentas, outros animais e exibições humanas. Como podemos ir de superfícies para *affordances*? E se há informação em luz para a percepção de superfícies, há informação para a percepção do que elas permitem? Talvez a composição e o layout das superfícies constituam o que eles oferecem. Se assim for, percebê-los é perceber o que eles oferecem. Essa é uma hipótese radical, pois implica que os “valores” e o “significado” das coisas no ambiente podem ser percebidos diretamente. Além disso, explicaria o sentido em que valores e significados são externos ao observador. (GIBSON,1979, p. 127, tradução nossa)<sup>193</sup>.

Sendo assim, todo objeto – seja ele concreto, abstrato, humanos ou animais não-humanos – aponta alguns de seus aspectos, suas constituições, suas propriedades etc.; mas não de forma suficiente para nos informar o que ele é em sua plenitude. Por essa razão, Millikan (OCCI) esclarece o conceito de substância e como podemos reconhecê-las quando são confrontadas com a percepção. A filósofa buscou uma explicação porque, na realidade, uma substância é algo, em primeiro lugar, pensado; não é algo falado, uma teoria da cognição, não é mencionada. A teoria naturalista de Millikan é fundamentada no conceito de substância porque é esse conceito que finaliza o ciclo de sua teoria. Sendo assim, na próxima seção iremos expor o que são essas substâncias.

#### 4.4. Millikan e o conceito de substância

O mundo é uma grande vitrine e, para decifrá-lo, temos que ter acesso às ferramentas que possam nos indicar como podemos fazer referência aos objetos que estão ao nosso redor. Nesse sentido, a linguagem<sup>194</sup> é uma grande aliada, embora não seja a única, já que há outros meios de decifrarmos os signos, considerando a teoria de Peirce, por sua qualidade, sua

---

<sup>193</sup> I have described the environment as the surfaces that separate substances from the medium in which the animals live. But I have also described what the environment affords animals, mentioning the terrain, shelters, water, fire, objects, tools, other animals, and human displays. How do we go from surfaces to affordances? And if there is information in light for the perception of surfaces, is there information for the perception of what they afford? Perhaps the composition and layout of surfaces constitute what they afford. If so, to perceive them is to perceive what they afford. This a radical hypothesis, for it implies that the “values” and “meaning” of things in environment can be directly perceived. Moreover, it would explain the sense in which values and meanings are external to the perceiver. (GIBSON, 1979, p.127).

<sup>194</sup> Segundo Miguens, talvez o fato de o significado começar por meio da linguagem possa ser apenas uma decisão metodológica. (MIGUENS,1998, p. 467).

relação e/ou leis. As teorias acerca do significado, como já foi dito, são classificadas, basicamente, em três tipos: descritivistas (representacionistas), pragmáticas e naturalistas. A teoria naturalista de Millikan (LTOBC, WQPA, VM) é um movimento em construção, que tem como um dos eixos o conceito de substância. As substâncias<sup>195196</sup> são potenciais para uso, em numerosos encontros perceptuais os quais configuram oportunidades (*affordances*<sup>197198</sup>). Isso possibilita que o organismo adquira conhecimento sobre as coisas ao observar, experimentar e/ou ambos e, ainda, armazenar informações.

As substâncias são, por definição, o que pode permitir este tipo de oportunidade a um aprendiz, e onde essa tolerância não é acidental, mas é apoiada por uma base ontológica com uma conexão real. A categoria de substâncias é amplamente extensa, havendo muitos tipos de itens sobre os quais é possível aprender de um encontro algo sobre o que esperar de outros encontros. (MILLIKAN, OCCI, p. 2 - tradução nossa)<sup>199</sup>.

Amiúde, os filósofos se preocuparam em decifrar os objetos do mundo mediante as suas características. Itens, artefatos, indivíduos, fatos etc., têm sido esboçados a partir de rótulos, etiquetados e, frequentemente, julgados por seus conceitos. A relação estabelecida entre uma representação e o seu respectivo representado costuma ser altamente teórica. Entretanto, como os animais perseguem abrigo, alimentos, suas presas e/ou suas (seus) parceiras (os)? E como uma pessoa sem nenhuma instrução escolar consegue realizar os

---

<sup>195</sup> Millikan toma a noção de substância nos mesmos moldes de Aristóteles. Além disso, (...) que as próprias identidades do que eu chamarei de "substâncias" e "propriedades" são determinadas em relação umas às outras. Uma substância é o que é e a mesma coisa em si, em relação a um conjunto de propriedades, de cada uma delas, de acordo com a necessidade natural, tem uma propriedade à exclusão de outras nessa faixa. (MILLIKAN, LTOBC, p. 254). (...) that the very identities of what I will call "substances" and "properties" are determined in relation to one another. A substance is what it is and the selfsame as itself relative to a set of property ranges from each of which, in accordance with natural necessity, it has one property to the exclusion of others in that range. (MILLIKAN, LTOBC, p. 254).

<sup>196</sup> "Aristóteles utiliza a palavra substância em dois sentidos básicos: por um lado, expressa o ser e por outro responde à questão 'o que é o x de F' e, neste sentido, refere-se à substância das coisas". (PAULA NETO, 2018, p.177).

<sup>197</sup> Uma *affordance* atravessa a dicotomia do objetivo subjetivo e nos ajuda a entender sua inadequação. É igualmente um fato do ambiente e um fato de comportamento. É físico e psíquico, mas nenhum dos dois. Uma *affordance* aponta para os dois lados, para o ambiente e para o observador GIBSON, 1979, p.129). An *affordance* cuts across the dichotomy of subjective-objective and helps us to understand its inadequacy. It is equally a fact of the environment and a fact of behavior. It is both physical and psychical, yet neither. An *affordance* points both ways, to the environment and to the observer. (GIBSON, 1979, p.129).

<sup>198</sup> Resumidamente, *affordances* corresponde às possibilidades que o ambiente fornece de interação, ao estimular os organismos em perceber o que está disponível. Em sua definição, esse conceito não reside no cérebro ou na mente, ela é ecológica e é resultado da interação recíproca entre agente e ambiente. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2006, p.123).

<sup>199</sup> Substances are, by definition, what can afford this sort of opportunity to a learn, and where this affordance is no accident, but is supported by an ontological ground of real connection. The category of substances is widely extensive, there being many kinds of items about which it is possible to learn from one encounter something about what to expect on other encounters. (MILLIKAN, OCCI, p. 2).

cálculos após fazer as suas compras? Ou ainda, como crianças pequenas conseguem discernir o certo do errado? Como seres biológicos temos uma estrutura interna capacitada e preparada para lidar e/ou usar as experiências para aprendermos e/ou nos adaptar a novos conhecimentos e/ou situações (MILLIKAN LTOBC, OCCI).

As pessoas e os animais não humanos têm uma disposição para o reconhecimento porque essa habilidade é, primordialmente, natural e não linguística. A linguagem faz parte de outro âmbito, é um complemento para essa habilidade. O processo de identificação e reidentificação para detectar e/ou distinguir propriedades ocorre por meio de conceitos mais primitivos, as substâncias. Graças às substâncias é possível verificarmos e/ou percebemos o mundo e o seu entorno. As substâncias podem ser aparentes e/ou ocultas, surgem quando são necessárias ou não. Essa capacidade cognitiva, a saber: de reconhecer esse tipo de conceito básico se concentra, inicialmente, no pensamento e posteriormente é verbalizada.

Levando em conta que a teoria naturalista de Millikan une teoria e prática, seria no mínimo intrigante, imaginarmos um mundo no qual o reconhecimento de todos os objetos fosse exclusivamente por sua sintaxe e classe gramatical. Esses rótulos fazem referência, especificamente, às questões teóricas. E em se tratando apenas de uma linha teórica, as nossas mentes seriam dispostas com uma estrutura análoga a um computador, o que não é o caso. Certamente que vivemos e convivemos com e entre outras pessoas, seres vivos e entre objetos de todas as formas e composições. As crianças, antes mesmo de começarem a falar, já tem a habilidade de lidar com o seu entorno. Desde muito pequenas, elas interagem com as pessoas e os objetos mediante contrações musculares, o choro, ao balbuciar algumas poucas expressões, ao agarrar objetos e colocá-los na boca, entre outras ações, como se quisessem e/ou julgassem que o mundo estivesse e/ou coubesse em suas mãos. Com suas mães, principalmente, as reconhecem pelo papel que elas cumprem em suas vidas, associam a função materna de forma afetiva, embora não saibam conceituar ainda (MILLIKAN, ASCSCI, OCCI).

As ações dos pequenos nos conduzem a, pelo menos, duas constatações: primeiro, obviamente, o fato da competência da fala ser posterior aos sentidos, como o tátil e o auditivo não anula a competência em saber reconhecer os seus pais, responsáveis e/ou àqueles que lhes causam estima e, segundo, as suas relações com objetos e outras circunstâncias são

singulares. As relações estabelecidas pelos pequenos são, inicialmente, bastante concretas.<sup>200</sup> Mais tarde, quando jovens, o aprendizado se intensifica e eles são apresentados ao conhecimento abstrato. Com isso, passam do particular ao universal e ao perceberem que muitas ocorrências se repetem iniciam o processo de categorizá-las. Millikan propõe uma forma de “significado externalista” (MILLIKAN, OCCI, p.14).

Se a linguagem tem poder porque mapeia o mundo, então, a identidade das variáveis significantes das coisas que mapeiam deve ser objetiva ou independente do pensamento, uma que explique em vez de ser explicada pelas operações da linguagem e do pensamento. (MILLIKAN, LTOBC, p. 239)<sup>201</sup>.

Segundo Millikan (OCCI), para um organismo que deseja apreender, o objeto de estudo – no caso do conhecimento – o mais imediatamente útil e acessível é observar coisas que retêm suas propriedades. Grande parte desses conceitos, a rigor, não se encaixa no escopo científico, muitos fazem parte do nosso cotidiano e não podem ser descartados, por conseguinte, é preciso compreender como funcionam e/ou qual papel cumprem no processo cognitivo. As nossas experiências, bem como as teorias, são fundamentais para a formação do que pode ser conhecido, já que é inconcebível explorar o impensável, caso fôssemos tentar imaginar objetos e/ou situações que não fazem parte do mundo, nem mesmo por pressuposição ao basearmos em outros objetos existentes. Na realidade, muitas substâncias possuem propriedades que não são perceptíveis e/ou não estão ao nosso alcance, costumamos nos dar conta apenas naquilo que nos chama atenção e/ou temos interesse.

Carregar conhecimento sobre substâncias é útil apenas porque a maioria das propriedades de uma substância não é manifestada, mas oculta para nós na maior parte do tempo. Isso não é, em geral, porque essas propriedades são ‘profundas’ ou ‘teóricas’, mas porque observar uma propriedade sempre requer que uma pessoa tenha uma perspectiva particular sobre ela. Para observar que a manteiga é amarela você deve estar na luz e que é gordurosa você deve tocá-la. Assim como para

---

<sup>200</sup> A maior parte das primeiras palavras de uma criança são substantivos concretos, incluindo nomes de indivíduos, nomes de tipos de nível básico, e alguns nomes de coisas (leite, suco). (MILLIKAN, ASCSCI, p. 56).

<sup>201</sup> If language has its powers because it maps the world, then the identity or selfsameness of the significant variables of the affairs it maps must be an objective or thought-independent sameness- one that explains rather than being explained by the operations of language and thought. (MILLIKAN, LTOBC, p. 239).



observar que o açúcar é doce deve estar na sua boca e que o leite é bebível deve encher a taça e bebê-lo.<sup>202</sup> (MILLIKAN, OCCI, p. 5).

Para podermos descrever e/ou conceituar grande parte dos objetos e/ou estados de coisas é preciso que tenhamos algum contato anterior e/ou estejamos inseridos em um determinado contexto. Certamente que nem todo o conhecimento é derivado da experiência, há uma parcela, os provenientes da matemática e áreas afins, por exemplo, que são adquiridos mediante teorias, livros e bancos escolares. Existem objetos que podem ser identificados, reidentificados, reconhecidos, os particulares, e outros classificados, àqueles os quais são investigados sob a luz científica.

O cérebro<sup>203</sup> possui uma capacidade de armazenar uma série de informações. O processo de ensino-aprendizagem não inicia na escola, as crianças muito pequenas, como já foi dito, já conseguem reconhecer as coisas do mundo a sua volta. O ambiente familiar supri as primeiras lacunas epistemológicas. A organização dos objetos, dos brinquedos no quarto, os formatos, sons que produzem, cores etc., são a base para que as crianças comecem a utilizar os seus sentidos e consigam interpretar por meio da percepção externa. A relação com os pais, responsáveis, irmãos (as) e outros familiares estabelecem alicerce para o tipo de laço afetivo que será efetivado.

Segundo Millikan (LTOBC, WQPA, LBM), o nível biológico é a base de tudo. Toda a nossa existência, assim como toda categoria biológica, linguística, psicológica é pautada na ideia de propósito natural. Artefatos, itens e/ou dispositivos são fabricados por agentes intencionais com designs específicos. Os seres humanos foram projetados para cumprir objetivos. O reino animal e a flora, é claro, também fazem parte deste escopo. As experiências fortalecem a nossa capacidade de unir prática à teoria. Aprendemos a lidar com as coisas do

---

<sup>202</sup> Carrying knowledge of substances about is useful only because most of a substance's properties are not manifest but hidden from us most of the time. This is not, in general, because these properties are 'deep' or 'theoretical' properties, but because observing a property always requires that one have a particular perspective on it. To observe that butter is yellow you must be in the light, to observe that it is greasy you must touch it, to observe that the sugar is sweet is must be in your mouth, to observe that the milk is drinkable and filling you must tip the cup and drink. (MILLIKAN, OCCI, p. 5).

<sup>203</sup> O que se sabe, atualmente, é que as informações que chegam ao nosso cérebro formam um circuito neural, ou seja, a informação recebida ativa uma rede de neurônios, que, caso seja reforçada, resultará na retenção dessa informação (por informação, entendemos qualquer evento passível de ser processado pelo sistema nervoso: um fato, um objeto, uma experiência pessoal, um sentimento ou uma emoção). (MOURÃO JÚNIOR; FARIA, 2015, p.781).



mundo, as pessoas e tudo ao nosso redor graças a nossa habilidade de saber e fazer diversas conexões e, boa parte, por conseguirmos formar abstratamente representações a partir daquilo que observamos, estudamos e/ou por nossas interações.

Amiúde, o conhecimento teórico é a última etapa. Dessa forma, o processo de aprendizagem é primeiro pautado pelas experiências e, em seguida, adquire um embasamento teórico. Assim, para Millikan (OCCI, WQPA), o conceito de substância é a chave para a constituição dos signos. Isso porque todo ser biológico é capaz de se situar no mundo e partir disso formar as suas representações. Por essa razão, podemos compreender, por exemplo, as representações PPs, como a dança das abelhas, a galinha que conduz os seus pintinhos, algumas intenções, ações de bebês etc., pelo fato de, grosso modo, essas representações ocorrerem sem recursos mediatos e sim mediante informações úteis. De mais a mais, a naturalização do significado fornece suporte para que possamos lidar com representações deturpadas sem que tenhamos que recorrer a teorias que, por ventura, venham a transgredir as leis da lógica, tais como a lei da não contradição.

As teorias teleosemânticas lidam com a falha e/ou erro de modo distinto, considerando outras teorias intencionais. Via de regra, teorias sobre signos intencionais são simbólicas cujo embasamento se concentra nas propriedades *ofness* e/ou *aboutness*. Em teorias teleológicas, por sua vez, objetos falsos não representam porque seus conteúdos não são concretizados, não obtêm êxito, falham em seus propósitos, porque, em princípio, os objetos não estão presentes e/ou nunca existiram (MILLIKAN VM). Objetos falsos são objetos que existem apenas na esfera mental. Isso quer dizer que a questão da verdade não se trata exatamente de uma correspondência e/ou prática existente na realidade. Ademais, para Millikan, há a constituição dos signos e os seus consumos e isso ocorre por meio de dois dispositivos distintos. Sendo assim, se todo o ser natural possui esses dois dispositivos, em muitas circunstâncias, a interpretação desses signos não acontece no mesmo organismo. Em vista disso, as representações são tomadas por seus efeitos e os seus efeitos são dependentes de como serão interpretadas, se irão ser interpretadas corretamente.

#### **4.5. Reflexões finais**

Dretske e Millikan lidam com a questão do erro nas representações de modos distintos. Dretske foca na noção de Indicação. Na sua primeira teoria, trata acerca da relação causal entre signos e estados de coisas. E na segunda, coloca que toda representação tem a função de

indicar. No entanto, a sua primeira teoria, especialmente, pode gerar alguns equívocos, tais como: a relação causal pode gerar o problema da disjunção, isto é, o mesmo signo pode indicar diferentes estados de coisas, como o exemplo das manchas vermelhas, as quais não necessariamente indicam apenas sarampo. Ademais, quando ele coloca que o erro nas representações pode ocorrer por meio de um processo de aprendizagem não ideal, não explica como diferenciar aprendizagem ideal da não ideal.

O conceito de significado passou por uma espécie de evolução. As fases estática e dinâmica ganharam outra roupagem com Peirce, mediante os conceitos de qualidade e relação. Isso porque as teorias denominadas representacionistas e as pragmáticas, mesmo com o viés prático do segundo tipo, não escaparam de uma abordagem lógica, matemática. Em Peirce, porém, as ideias de qualidade e relação trouxeram para o centro da semântica um caráter fundado em um encadeamento lógico, mas alicerçado nos fenômenos.

Podemos dizer que Millikan avançou, especialmente por ter privilegiado a linguagem pública. Ela, primeiramente, tomou o termo ‘ícone’ e, posteriormente, o termo ‘representação’ para explicar melhor o uso dos signos em sua concepção. Sendo assim, mediante três tipos de representações e a elucidação de como expressões que carregam o termo “não” em suas composições, Millikan explica como os objetos podem ser categorizados e/ou identificados. Dessa forma, enquanto as representações (ícones) indicativas e as representações (ícones) diretivas são relevantes para explicar como sentenças com estruturas sujeito e predicado conseguem formar categorizações do mundo, outras, como as representações *pushmi-pullyu* (PPs), por sua simplicidade em comunicar, elucidam como as representações possuem um escopo bem mais abrangente que aquele visualizado pela linguística. Ademais, o conceito de substância é a essencial para a compreensão dos signos.

## 5. CONCLUSÃO

Tendo em vista que o principal objetivo deste trabalho é apresentar as bases da biosemântica da teoria da representação semântica em Millikan, percorremos o seguinte caminho: i) lidamos com a filosofia da biologia e o que são funções biológicas, ii) estabelecemos a intencionalidade naturalizada e o seu papel comunicativo e iii) traçamos uma relação entre Millikan e outros teóricos, tais como o teleosemântico Dretske e o semiótico Peirce. A filosofia da biologia, bem como o delineamento das funções auxilia a compreender a metodologia escolhida por Millikan, já que o conteúdo de uma representação é firmado em uma razão (função), em um projeto que pode ser concretizado ou não. Em termos linguísticos, expressões linguísticas foram e são feitas para cumprir papéis, os quais, em sua maioria, possuem como parâmetro, em linhas gerais, o conceito de verdade. Na linguagem pública, as expressões servem para comunicar conteúdos verdadeiros. Enquanto isto é feito, permite reproduzir e padronizar os termos entre os locutores (produtores) e ouvintes (consumidores ou intérpretes).

A teoria dos signos de Millikan depende da presunção de que organismos trabalham intencionalmente e suas funções são teleológicas, e nisto está alicerçada a semântica. Millikan repaginou a intencionalidade de Brentano. Essa versão estrita da intencionalidade é embasada nos objetos mentais (atos, estados, eventos etc) e na direcionalidade, uma propriedade que não é tão distante assim de teorias tradicionais da linguagem, tais como a referencial. Em Millikan, há um vínculo entre aquilo que os signos pretendem e aquilo que podem ser, como se apresentam. A propagação das informações possui um propósito central, que é a coordenação de informações úteis, especialmente para o consumidor (intérprete).

Sendo assim, a linguagem atua como uma ferramenta que fortalece funções estabilizadoras, as quais harmonizam o código comunicacional entre locutores (produtores) e ouvintes (consumidores, intérpretes). A abordagem de Millikan possui espaço para análise, compreensão e interpretação de signos mediante dois mecanismos: os que produzem e, posteriormente, os que consomem, embasados no significado (em suas relevâncias) e na função. Ou seja, trata-se das informações produzidas e, por conseguinte, como essas mesmas informações são interpretadas tomando, sobretudo, os contextos em que os agentes intencionais estão inseridos e/ou como esses signos desempenham os seus papéis, por exemplo, uma expressão linguística  $z$  pode ser comum em um determinado lugar  $w$ , mas pode

não ser usado em outro lugar e/ou ser usado com outro sentido. Isso ocorre muito com os sotaques e os dialetos que, amiúde, mudam de uma região para outra.

De mais a mais, há uma avaliação de ocorrências que se repetem e/ou são previsíveis, como quando observamos que em uma determinada região *r*, em uma determinada época do ano *e* considerando as características *x* ou *y* haja a possibilidade de chuva, levando em consideração que já tenha ocorrido chuva com esses mesmos sinais, apesar de ocorrer que não chova sempre, dadas as mesmas circunstâncias. Haja vista, embora os signos possam ser diversos tais como uma pegada na areia, gotas de chuva em uma planta, uma peça de teatro, uma bandeira na frente de uma escola de samba, uma logomarca, um desenho em um caderno, seja um fenômeno natural ou algo produzido por um agente intencional, tudo que nos cerca possui relevância. Essa relevância nos auxilia a organizar e compreender o mundo. Mas a maneira como esses signos são analisados varia no que tange aos filósofos apresentados aqui como uma espécie de contraponto a Millikan, seja por conta da teleosemântica (Dretske) ou por causa da terminologia utilizada inicialmente pela filósofa (Peirce).

Conforme Dretske, a conexão entre signo e objeto, em uma compreensão inicial, que relaciona signo ao conteúdo informacional que é determinada por uma relação natural, que não pode ser falsa ou por uma relação intencional em que a falsidade configura um processo de não-aprendizagem. Porém, se o signo é visto como mental, pode gerar frases falsas, segundo Dretske. Segundo Peirce, esses signos guardam similaridades e/ou relações. Para Millikan, os signos não são limitados por um viés normativo no sentido estrito da palavra, porque em suas composições há a incorporação de elementos contingentes da história do organismo.

De maneira geral, durante um longo tempo, teorias sobre o significado foram estabelecidas mediante o estabelecimento de regras consideradas eternas. Muitas sentenças buscam satisfazer diferentes condições de verdade, uma promessa, uma ordem, um pedido, entre outros. Em outros domínios, signos diferenciados exercem funções equivalentes e tantas outras indicam novos conhecimentos, como quando uma crença, mesmo de forma distal, é utilizada para o entendimento de um conceito. As teorias referenciais e pragmáticas são pautadas em descrições e/ou regras, representados e representações que trabalham mediante relações permanentes e/ou transitórias cujo objetivo é chegar à verdade.

No entanto, ao que tudo indica, fazem isso por apenas uma via, ou seja, não lidam com os dois mecanismos, como na teoria de Millikan, ou pelo menos, não especificam com clareza esses mecanismos: i) o da origem evolutiva da linguagem, das representações e signos das representações, ii) e as funções biológicas dessas representações. Millikan com a teleosemântica, mostrou que há representações, como as *pushmi-pullyu* que seguem outros critérios a parte da análise do conteúdo proposicional. Como a dança das abelhas, um exemplo dessas representações, que é articulada para orientar as abelhas, por um lado, e para descrever o estado de coisas a ser encontrado, especificando a distância que essas abelhas devem percorrer.

Millikan avança em sua discussão porque trata as representações primitivas (ícones indicativos e diretivos) ao estipular mapeamentos semânticos baseados em informações locais ou naturais. Há vínculos entre representação e representado que são pautados em informações que são retiradas do ambiente e/ou em um conjunto de mensagens expressas em cada situação em que aquele signo ocorre. Ademais, a linguagem pública, cuja função principal é a comunicação, é alicerçada em convenções linguísticas que são fortalecidas pelo processo de seleção. Além disso, enquanto as fases referencial e pragmática concentram-se nas propriedades dos objetos, na visão de Millikan, o foco dos conteúdos está nas possibilidades de ação (gerando o reconhecimento de substâncias). Em muitas circunstâncias, há signos que são estipulados por percepções que podem ser sobrepostas com outras percepções.

Em termos filosóficos, erigir o significado tem sido uma constante busca pela verdade. E soa absurdo afirmar o contrário, mesmo porque desde as situações mais simples do cotidiano às mais complexas, não faz sentido trilhar o caminho oposto. E a perspectiva teleosemântica, aliás, não nos conduz a afirmar que deveríamos investigar o falso, mas que talvez deveríamos prestar atenção nesse viés, uma vez que, levando em conta a construção do conhecimento, nos bancos escolares e na esfera científica, tomando o processo de ensino aprendizagem, os erros fazem parte do processo.

Dessa forma, o que une a categoria dos signos é a capacidade de querer informar algo e/ou ser destinado a algo. E é justamente essa característica que chamou a atenção de Millikan. Diante disso, tendo em vista que, se todo o signo, em termos biológicos, é uma proposta, então há a possibilidade da não concretização em suas realizações. Ademais, os mais diferentes encontros teóricos e/ou perceptuais podem promover outros signos e/ou reforçar os já existentes. Isso porque a nossa inteligência é uma herança de uma estrutura

biológica. Mas como fazemos uso dessa habilidade dependerá, entre outros fatores, daquilo a que temos acesso, do que precisamos e/ou do contexto em que vivemos. Dessa forma, a constituição dos significados não depende, exclusivamente, de preceitos alicerçados por regras linguísticas eternas, perenes, e sim, de regras que devem ser vistas como fruto devivências, experiências em setores diversos de nossas vidas, relações que estabelecemos com outras pessoas, animais e o meio ambiente, que fazem parte do que chamamos de evolução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABRANTES, Paulo. A psicologia de senso comum em cenários para a evolução da mente humana. **Manuscrito**, Campinas, v.29, n°1, p.185-257, 2006.
- ABRANTES, Paulo. Funcionalismo e Causação mental. **Center for Logic, Epistemology and History of Science**. Campinas, v.XXV (special number), p.13-45, 2002.
- ABRANTES, Paulo. O programa de uma epistemologia evolucionista. **Revista da Filosofia**. Curitiba, v.16, n°18, p.11-55, jan/jun. 2004.
- ALLGAYER, Heloisa & HILLER, Rafael. Uma análise acerca da ética evolucionista tradicional (darwinismo social): críticas sobre a fundamentação evolutiva. **Problemata**, João Pessoa, v.6.n.2, p.178-193, 2015.
- ALVES, Pedro M.S. É a autoconsciência uma forma de intencionalidade? **Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**, Rio de Janeiro v.3, n 2, p. 13-36, 2014.
- AMUNDSON, Ron and LAUDER, George V. Function without purpose. In: **Biology and Philosophy**, Califórnia, v.09, p 443-469, oct/1994.
- ANDALÉCIO Aleixina. L; SOUZA, Renato. R. Ciência cognitiva e ciência da informação: paralelos. **Informação & Informação**, Curitiba, v. 13, n.1, p. 72- 80, jan/jun. 2008.
- ANTUNES, Camila A. As leis de Newton e a estrutura do espaço – temporal da mecânica clássica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v.40, n°3, p.3311 – 3321, 2018.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BEDAU, Mark. Can biological teleology be naturalized? **Journal of Philosophy**, v.88, n°11, p.647-655, nov.1991.
- BOCAYUVA, Izabela. Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.51, n.122, p.399-412, dez/2010.
- BRANQUINHO, João. **Enciclopédia de termos lógicos-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRENTANO (1874). Franz. **Psychology from an Empirical standpoint**. New York: Routledge, 1995.

- CLAPIN, Hugh. **Representation in Mind – New approaches to mental representation.** Perspectives on cognitive Science: Elsevier, 2004.
- CAPONI, Gustavo. Biología funcional vs. biología evolutiva. **Episteme**, Porto Alegre, n. 12, p. 23-46, 2001.
- CAPONI, Gustavo. Explicación seccional e explicación funcional: la teleologia em la biologia contemporánea. **Episteme**, Porto Alegre, n.14, p. 57-88, 2002.
- CAPONI, Gustavo. Os modos da teleologia em Cuvier, Darwin e Claude Bernard. **Scientle Studia**. São Paulo, USP, v.1, n.1, p.27-41, 2003.
- CARMO, Juliano. Sobre a normatividade do significado. **Kínesis**, Marília, v. IV, nº 7, p.376-391, jul/2012.
- CARMO, Ricardo; NUNES-NETO, Nei Freitas. Teleologia, função e ensino de biologia. **Acta Scientiae**. Canoas, v.18, nº 3, p.820-839, set./dez.2016.
- CARNAP, Rudolf. **Meaning and Necessity**. Chicago/London: The University Press, reedição, [1947] 1958.
- CARNAP, Rudolf. Pseudoproblemas da filosofia. In: **Schlick & Carnap**. Coleção os Pensadores. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1961.
- CESCON, Everaldo. Quatro perspectivas contemporâneas em filosofia da mente. **Daímon Revista Internacional de Filosofia**, Espanha, Suplemento 3, p.321-335, 2010.
- CHAGAS, Pedro D. Após a nacionalidade: história do romance e produção romanesca no Brasil e na América Latina. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, nº38, p.41-59. Jul/dez 2011.
- CHEDIAK, Karla. **Análise do conceito de função a partir da interpretação histórica**. In: Prestes, M. E.; Martins, L. A. C. P. & Stefano, W. (Ed.). Filosofia e história da biologia. v.1. São Paulo: Mack Pesquisa, p. 161-74. 2006.
- CHEDIAK, Karla. Função Natural e Indicação – A atividade de Representação em Fred Dretske. **Filosofia, Darwinismo e Evolución**. Ed. Alejandro Rosas. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, p. 100 – 119, 2007.
- CHEDIAK, Karla. **Função e explicações funcionais em Biologia**. In: Paulo Abrantes. Filosofia da Biologia. 2ºed. Seropédica: Editora do PPGFIL – UFRJ. p. 103-121, 2018.
- CHEDIAK, Karla. Representação e Contexto: A crítica de Millikan a Dretske. **Dissertatio**, Pelotas, v.40, p.257-271, jan/ 2014.
- CHEDIAK, Karla. Uma análise crítica da teleosemântica informacional de Fred Dretske. **Griot: Revista de Filosofia**. Bahia, v.16, nº2, p.1-10, dez/2017.



- COSTA, Claudio F. Teorias descritivistas dos nomes próprios. **Dissertatio**, v.30, p.185-195,2009.
- CUMMINS, R. **Functional analysis**. In: Allen, C.; Bekoff, M. & Lauder, G. (Org.). *Nature's purposes – analyses of function and design in biology*. Cambridge: MIT Press, p. 169-96, 1998 [1975].
- DARWIN, Charles **A origem das espécies**. São Paulo: Ediouro, 2004.
- DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.
- DESCARTES, René. **Meditações**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DRETSKE, Fred. **Knowledge and the Flow of Information**. Cambridge, Massachussets: MIT PRESS, 1981.
- DRETSKE, Fred. **Misrepresentation**. In: STICH, S.P; WARFIELD, T.A. (Org.). *Mental Representation: A Reader*. Oxford, Reino Unido e Cambridge, Massachussets: Basil Blackwell, p.157-173, 1994.
- DRETSKE, Fred. **Naturalizing the Mind**. Cambridge, Massachussets: MIT PRESS, 1995.
- DUARTE, Fábio B. O mentalismo, o empirismo e o funcionalismo nos estudos da linguagem. **Soletras**, São Gonçalo, UERJ, ano I, nº 2, p.39-46, jul/dez.2001.
- EL-HANI, Charbel. N; NUNES NETO, Nei. F. Gaia, Teleologia e Ciência. **Episteme**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p.15-48, jan/jun 2006.
- FAVARETTO, M.C. Nasce um gigante. <http://www.unicamp.br/chaa/PDFTrabs/MI-CocaCola.pdf>. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2018.
- FERREIRA, Marcelo. A. A teleologia na biologia contemporânea. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 1, nº. 2, p.183-194, 2003.
- FRÉCHETTE, Guillaume. A tese de Brentano revisitada. **Revista de Filosofia Guairacá**, Guarapuava, v.32, nº 2, p.106-132, 2016.
- FREGÉ, Gottlob. **Sobre sentido e a referência**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GENTILE, Nélida. On the naturalization of Fregean senses. **Filosofia Unisinos**, São Paulo, v. 15(3), p.263-270, 2014.
- GIBSON, James. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- GIBSON, James. **The theory of affordances**. In: R.E. Shaw and and J. Bransford, eds, *Perceiving, Acting and Knowing*. Hillsdale, N.J. Erlbaum, 1986.

Godfrey-Smith, Peter. On Folk Psychology and Mental Representation. In: Hugh Clapin. **Representation in Mind – New approaches to mental representation**. p. 147-162. Perspectives on cognitive Science: Elsevier, 2004.

GRICE, Paul. Meaning. **The Philosophical Review**. v. 66, p.377-388, jul/1957.

HACKER, Peter. M. S. **Natureza humana - Categorias fundamentais**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HACKING, Ian. **El surgimiento de la probabilidad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

HACKING, Ian. **La domesticación del azar**. Barcelona: Gedisa editorial, 2006.

HELENE, Andréa F; HELENE, Otaviano. Alguns aspectos da óptica do olho humano. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, USP, v.33, n°3, p. 3312-3319, 2011.

JACOB, Pierre. Millikan's Teleosemantics and Communicative Agency. In T. Metzinger & J. M. Windt (Eds). **Open MIND: 20 (T)**. Frankfurt: MIND Group. p. 01-22, 2015.

LEAHY, Brian. Teleosemantics: Intentionality, productivity, and the theory of meaning. **Erschienen in: Language and Linguistics Compass**, v. 8, n° 5. p. 197-210, 2014.

LEAL-TOLEDO, Gustavo. Em busca de uma fundamentação para a memética. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 1, p. 187-210, jan./abril, 2013.

LEAL-TOLEDO, Gustavo. **Os memes e a memética: o uso de modelos biológicos na cultura**. São Paulo: FiloCzar, 2017.

LECLERC, A. Intencionalidade – Compêndio em linha de problemas de Filosofia Analítica. **Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa** – Alameda da Universidade, p. 01-25, Campo Grande, 2015

LENNOX, James. Darwin was a Teleologist. **Biology and Philosophy**, Amsterdam, v.8, p.409-421, 1993.

MAROLDI, Marcelo. O mito do dado e a epistemologia de Sellars. **Revista Griot de Filosofia**, Amargosa, v.14, n° 2, p.393-408, dez/2016.

MAYR, Ernst. **Biologia, ciência única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MAYR, Ernst. **O desenvolvimento do pensamento biológico**. Brasília: UNB, [1982] 1998.

MAYR, Ernst. **Toward a new philosophy of biology: observations of an evolutionist**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

MAYR, Ernst. The Idea of Teleology. **Journal of the history of ideas**. University of Pennsylvania Press. v.53, n°1. p.117-135, 1992.

MEYER, Diogo; EL-HANI, Charbel. N. **Evolução: o sentido da biologia**. São Paulo: UNESP, 2005.

- MIGUENS, Sofia. Dennet, Millikan e o Teleofuncionalismo. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Tomo. v.3-4. Braga. p.467-509, 1998.
- MIGUENS, Sofia. **Uma teoria fisicalista do conteúdo e da consciência - D. Dennett e os debates da filosofia da mente**. Porto: Campo das Letras editores, 2002.
- MILLIKAN, Ruth. A common structure for concepts of individuals, stuffs, and real Kinds: More Mama, more milk, and more mouse. Cambridge University Press. **Behavioral and Brain Sciences**. n° 21, p.55-100, 1998.
- MILLIKAN, Ruth. Em defesa da linguagem pública (In Defense of Public Language). Tradução de Luca Igansi e Luís Marcos Sander. **Filosofia Unisinos**. 16(3):282-302, sep/dec.2015.
- MILLIKAN, Ruth. **Language: A Biological Model**. Cambridge: MIT Press, 2005.
- MILLIKAN, Ruth. **Language, Thought and Other Biological Categories**. Cambridge: MIT Press, 1984.
- MILLIKAN, Ruth. Naturalizing Intentionality. **Dissertation Filosofia**. Pelotas, p.211-216, 2015.
- MILLIKAN, Ruth. **On Clear and Confused Ideas: An essay about substance concepts**. Cambridge: MIT Press, 1984.
- MILLIKAN, Ruth. Useless content. In: Graham Macdonald e David Papineau. **Teleosemantics**. p.100-114. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- MILLIKAN, Ruth. **Varieties of Meaning**. Cambridge: MIT Press, 2002.
- MILLIKAN, Ruth. **White Queen Psychology and Other Essays**. Cambridge: MIT Press, 1993.
- MONROY, Maria. Epistemology and Ontology in Frege and Peirce: On Thoughts and Generals. **Cognitio**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 139-161, jan/jun 2010.
- MONTEIRO, Eliana M.M. **A avaliação e treino cognitivo de crianças com incapacidade intelectual**. Tese de Doutoramento. Universidade de Minho – Instituto de Educação. Portugal, p. 213, jan/2018.
- MOSSIO, Matteo; BICH, Leonardo. What makes biological organisation teleological? **Synthese**. Paris, p. 1089-1114, 2017.
- MOURÃO JUNIOR, Carlos A.; FARIA, Nicole C. Memória. **Juiz de Fora Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica**, 28(4), p. 780-788. 2015.

NEANDER, Karen. **Function as selected effects: the conceptual analyst's defense**. In: Allen, C.; Bekoff, M. & Lauder, G. (Ed.). *Nature's purposes – analyses of function and design in biology*. Cambridge: MIT Press, p. 313-333, 1998 [1991].

NÖTH, Winfried; GURICK, Amaral. A teoria da informação de Charles S. Peirce. **TECCOGS**, São Paulo, v.5. p.04-29, 2011.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

NÖTH, Winfried. The criterion of habit in Peirce's definitions of the symbol. **Transactions**. v. 46, n.1, p. 82-93, 2010.

OLIVEIRA, Flávio; RODRIGUES, Sérgio. Affordances: a relação entre agente e ambiente. **Ciências & Cognição**. Rio de Janeiro, v.9, p.120-130, 2006.

OLIVEIRA, Andréa O; MOURÃO JUNIOR, Carlos A. Estudo teórico sobre percepção na filosofia e nas neurociências. **Neuropsicologia Latino Americana**, Juiz de Fora, v. 5, n°1. p. 41-53, 2013.

PAPINEAU, David. **Reality and Representation**. Oxford: Press, 1987.

PAPINEAU, David. **Teleosemantics**. Oxford: Clarendon Press, 2006.

PAULA NETO, Otaviano. Forma platônica e substâncias aristotélica. **Argumentos**. Fortaleza, ano 10, n° 19, p.174-185, 2018.

PAVANI, Niege. Informação e conhecimento: uma abordagem semiótica. **Filogenese**. Marília. v.2. n° 2. p.138-145, 2009.

PEIRCE, Charles. **Semiótica e Filosofia: Textos escolhidos de Charles Sanders Peirce**. São Paulo: Cultrix, 1975.

PEIRCE, Charles. **The Collected Papers**. v.2. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

POLISELI, L. O Arcabouço filosófico da biologia proposto por Ernst Mayr. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.106-120, jan/jun 2013.

PORTA, Mario A. G. Franz Brentano: Equivocidad del ser y objeto intencional. **Kriterion**, Belo Horizonte, n°.105, p.97-118, jun/2002.

PORTA, Mario A. G. **Brentano e a sua escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PUTNAM, Hilary. In: \_\_\_\_\_. **Language, mind, and Knowledge**. University of Minnesota Press: Minneapolis. p.131-193, 1975.

PUTNAM, Hilary. Minds and machines. In: HOOK, S (ed). **Dimensions of mind**. New York: New York Press, p.20-33, 1960.

- QUEIROZ, João. Classificações de signos de C.S. Peirce de ‘On the logic of science’ ao ‘Syllabus of certain topics of logic’. **Transformação**, São Paulo, v. 30(2), p.179-195, 2007.
- RAMÓN, Saturnino P. A importância da Act-Psychology de Franz Brentano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Goiânia, v.19 (2), p.340-345, 2005.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- RECANATI, François. Millikan’s theory of signs. Review of Ruth Millikan. **Philosophy and Phenomenological Research**, Wiley. Paris: Institut Jean-Nicod., p.01-07, 2006.
- RIBEIRO, Emílio. Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce. **Estudos semióticos**. São Paulo, v.6, n.1, p.46-53, jun/2010.
- RITCHIE, Jack. **Naturalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- RUSSELL, Bertrand. **A análise da mente**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SAINSBURY, Mark. *Departing from Frege: Essays in the philosophy of language*. London and New York: Routledge, 2002.
- SAMPAIO, José; CALÇADA, Caio. **Física**. São Paulo: Atual, 2005.
- SANT’ANNA, André R. Funcionalismo homuncular e o problema dos qualia. **Filogênese**. Marília, v.5, p.1-15, 2012.
- SANT’ANNA, André. O que são explicações teleofuncionais? **Filogênese**. v.6, nº 02. Marília: Unesp, p. 93-109, 2013.
- SANTOS, César. Os significados não estão na cabeça: Putnam sobre o significado e a intencionalidade. **Revista eletrônica de Filosofia**. São Paulo, v. 11, nº. 1, p.86-97, jan/jun. 2014.
- SANTOS, Breno; NUNES-FILHO, Lauro. Psicologia empírica e psicologia descritiva: o estatuto ontológico do objeto intencional em Brentano. **Kalagatos**, Fortaleza, v.11, nº21, p.93-123, 2014.
- SEARLE, John. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SELLARS, Wilfrid. **Empirismo e Filosofia da Mente**. Tradução de Sofia Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SILVA, Porfírio. Intencionalidade: Mecanismos e Interação. **Revista Principia (14)**: UFSC, p.255-277, 2010.
- SILVEIRA, Lauro. Charles Sanders Peirce: ciência enquanto semiótica. **Transformação**, São Paulo, v.12, p.71-84, 1989.
- SMITH, Plínio. A percepção como uma relação: uma análise do conceito comum de percepção. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 18. n. 1, 2014.

- STEIN, Sofia. Ações Linguísticas Significativas: Relação entre Propósitos e Projeções. **IX SAPPGFILPUCRS**, Porto Alegre, p.01-11, jun/2012.
- STEIN, Sofia. Thinking about the content of thoughts: Advance or regression? **Cognition**, São Paulo, v.15, n.1, p.173-186, jan/jun 2014.
- TWARDOWSKI, Karzimierz. Sobre a doutrina do conteúdo e do objeto das representações. In: Celso Braida. **Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong**. p.43-90, Florianópolis: Rocca Brayde, 2005.
- TEIXEIRA, João. Knowledge and the Flow of Information (Review). **Transformação**. São Paulo, v.12, p.133-140, 1989.
- TEIXEIRA, João. Robots, intencionalidade e inteligência artificial. **Transformação**, São Paulo, v. 14, p.109-121, 1991.
- TOMMASI, S. M. B. Arte e Criatividade (Parte 1). **Revista Direcional**, São Paulo, p.26-37, jun/2010.
- VASCONCELOS, Vitor; MARTINS, Paulo. A teleologia e a aleatoriedade no estudo das ciências da natureza: sistemas, ontologia e evolução. **Interthesis**. Florianópolis. v. 8, n°2, p.316-334, 2011.
- VASCONCELOS, Vitor; MARTINS, Paulo. A teleologia e o estudo das ciências da natureza – contribuições da filosofia. **Ambiente e Educação**. Rio Grande, FURG, v.16, n° 1, p.59-77, 2011.
- VELARDE-MAYOL, Víctor. El objeto puro en Meinong. **Diánoia**, México, v. LII, n°58, p.27-48, may/2007.
- WRIGHT, L. Functions. In: Allen, C.; Bekoff, M. & Lauder, G. (Ed.). **Nature's purposes – analyses of function and design in biology**. Cambridge: MIT Press, p. 51-78.1998 [1973].
- WINOGRAD, M. Freud e Brentano: mais que um flerte filosófico. **Psico**. v.44, n.1, p.34-44, jan/mar 2013.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas (coleção os Pensadores)**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2001.